CDOC

Revista do Laboratório de Pesquisa CDOC-ARREMOS

VOLUME 5
EDIÇÃO ANAIS 2020

V SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CULTURA DOCUMENTAL, RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

REALIZADO EM 03 E 04 DE NOVEMBRO DE 2020

ANAIS

V Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião
e Movimentos Sociais
Realizado em 03 e 04 de Novembro de 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais
RIO DE JANEIRO
2022

Universidade Federal do Estado do Rio de janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanos e Sociais - CCH
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

G892a Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Anais [recurso eletrônico] / 5º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, 3 e 4 de nov. 2020 / Rio de Janeiro – UNIRIO, 2022. 158 p.

Disponível em: http://www.unirio.br/cch/cdocarremos/publicacoes

ISSN: 25266144

1. Cultura Documental. 2. Religião. 3. Movimentos Sociais. 4. Ditadura.

CONSELHO EDITORIAL

Promoção e Realização/ Promotion and organization: Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Comissão Científica/ AcademicCommittee:

Drª. Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), no qual debruçou-se sobre o estudo da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), onde investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí (1966-2010) e sua relação com o movimento sindical. Seus interesses acadêmicos concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais, relação Igreja-Estado e História Oral. É pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde investigou as intervenções sindicais ocorridas durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade na Democracia, vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ).

Drª. Andréa Lucia da Silva de Paiva

Professora Adjunta Nível III do Departamento de Ciências Sociais da UFF/ Polo de Campos dos Goytacazes. Doutora em Ciências Humanas com concentração em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (2004). Bacharel e licenciada no curso de Ciências Sociais da UFRJ (2000) onde se especializou em pesquisa na sobre memória e patrimônio. Recentemente, vem trabalhando nas linhas de pesquisa "Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação" e "Memória, religiosidade e Educação".

Drª. Jacqueline Ribeiro Cabral

Atua como docente adjunta no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF). Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia no IUPERJ como bolsista da CAPES (2014-2015), e obteve os títulos de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz (2012), Mestrado em História pela UERJ (2003), Especialização em História do Brasil pela UFF (2001), Bacharelado e Licenciatura em História também pela UFF (1999), e Bacharelado em Arquivologia pela UNIRIO (2015). Possui experiência profissional em história das ciências e seus interesses de pesquisa dentro do campo informacional são: acervos pessoais, arquivos e direitos humanos, arquivos e sociedade, história dos arquivos e da arquivologia, memória social e relações de gênero.

Integrante dos grupos Informação, Memória e Sociedade - IMeS (IBICT) e Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros - Degenera (UERJ), ambos cadastrados no CNPq.

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor. Atuou ainda no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Integra o Conselho Consultivo da revista Informação Arquivística da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordena a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz. Publicou livros, artigos e outros trabalhos sobre os seguintes temas: arquivos e memória; arquivos pessoais de cientistas; gestão de documentos e arquivos de instituições de ciência & tecnologia e saúde; e história da arquivologia no Brasil. Além destes temas, tem interesse no estudo das relações entre arquivologia, arquivos, transformações do Estado e gestão pública.

Dr. Ricardo Medeiro Pimenta

Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). É Historiador graduado (2003) pela Universidade Gama Filho - UGF com pós-graduação em História do Brasil (2005) pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Possui mestrado em Memória Social e Documento (2006) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ? UNIRIO, e doutorado em Memória Social (2010) pela mesma instituição, com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. É Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ) e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional. É líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Memória e Sociedade", registrado no diretório do CNPq, e participa como pesquisador de outros grupos como: "Estudos e Práticas de Preservação Digital", "Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)" e "Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade". Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e seus lugares/dispositivos; aspectos políticos e econômicos do controle da informação; seus mecanismos de vigilância (surveillance); e ciberespaço em perspectiva sociológica e

histórica. Possui interesse nas reflexões concernentes ao papel do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais. Pesquisa atualmente (1) os aspectos tecnopolíticos e culturais da visibilidade informacional na hipermodernidade e (2) a construção e usos do conceito de informação pela Escola Nacional de Informações (EsNI), durante a Ditadura Militar.

Comissão Organizadora/ Organizing Committee:

Bruno Ferreira Leite
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Patricia Ladeira Penna Macêdo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Apoio/Support:

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC UNIRIO
Pró Reitoria de Pós-graduação e pesquisa – PROPG UNIRIO

Produção, editoração e diagramação/ Production, publishing and layout:

André Felipe Paiva dos Santos
Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Contato / Contact:

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais
Avenida Pasteur, 458, Sl 208, CCH- Urca, Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 22290-255
Telefone: +55 21 2542-1053
E-mail: grupocdocarremos@gmail.com

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

03 de Novembro de 2020

17:00 - 19:00

Mesa 1 – Práticas sociais e produções documentais: arquivo e memória
Mediação: Danilo André Cinacchi Bueno (UNIRIO)

Título do Trabalho	Apresentador
Um estudo sobre o Feminismo Pan-americano à luz do arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça	Vitória Regina L.C. Barros
O movimento operário brasileiro e a luta pela preservação da memória: o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira	Renato Cotrim
Conservação e Memória: o conjunto de fichas cadastrais de moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré	Thamires Ribeiro; Ana Paula C. de Carvalho

19:00 – 21:00

Mesa 2 – Cultura Documental: aspectos teóricos e técnicos
Mediação: Isabela Costa da Silva (Arquivo Central – UNIRIO)

Título do Trabalho	Apresentador
A institucionalização de acervos no Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (2002-2004).	Walter da S. P. Junior
Net-Ativismo em redes sociais: a função social dos arquivistas na preservação de movimentos sociais digitais.	Maria Thereza M. P. Sotomayor
De morte "morrida" ou "matada": documentadamente morto.	Camila Mattos da Costa

04 de Novembro de 2020

17:00 – 19:00

Mesa 3 – Religião e Movimentos Sociais: aspectos infocomunicacionais
Mediação: Gabriel Silva Rezende (PUC-RIO)

Título do Trabalho	Apresentador
Curadoria Digital: o arquivo pessoal de Yvonne Maggie como fonte de memória da umbanda.	Barbara Maria R. C. H. e Celso Castro (orientador)
O legado do indigenismo religioso no Brasil entre memórias, documentos e arquivos.	Diego O. da Silveira
Os terreiros e as mulheres: um movimento de emancipação política.	Beatriz R. Santos e Joselina da Silva (orientadora)

19:30 – 22:00

Mesa 4 – Ditadura e Censura: informação, memória e movimentos sociais
Mediação: Bruna Marques Cabral (LHER-UFRJ)

Título do Trabalho	Apresentador
Torturas e torturados: memória, testemunho e denúncia.	Paula Ribeiro da Igreja
As novas democracias e os arquivos da repressão: legados autoritários e possibilidades democráticas.	Fernanda de M. Costa
Ditadura e arquivos pessoais: análise dos acervos privados custodiados pelo Arquivo Nacional.	Kalila Bassanetti; Rafaella de S. Serafm e Patrícia L. P. Macêdo (orientadora)
A luta contra a ditadura civil-militar em Volta Redonda: o caso da JOC e da Frente Operária (1962-1971).	Márcio C. Coutinho, Jean R. Sales (orientador) e Alejandra Estevez (Coorientadora)

05 de Novembro de 2020

X Mesa Redonda Arquivo, Memória e Ditadura (19:00) – Os Arquivos e a promoção dos Direitos Humanos
Sandra Patrícia Arenas Crisales – Universidad de Antioquia, Colômbia.
Vítor Manoel Marques da Fonseca – Programação de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI – UFF)
Apresentação e Mediação: João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO/CDOC-ARREMOS)

SUMÁRIO

3 **Conselho Editorial**
Promoção e Realização; Comissão Científica; Comissão Organizadora; Apoio e Contato

6 **Programação**

10 **Apresentação**
João Marcus Figueiredo Assis

12 **Um estudo sobre o Feminismo Pan-Americano à luz do arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça**
Vitória Regina de L. C. Barros

38 **Conservação e Memória: o conjunto de fichas cadastrais de moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré**
Thamires Ribeiro; Ana Paula C. de Carvalho

60 **A institucionalização de acervos no Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (2002 - 2004)**
Walter da S. P. Junior

77 **Net-Ativismo em redes sociais: a função social dos arquivistas na preservação de movimentos sociais digitais**
Maria Thereza M. P. Sotomayor

92 **De morte "morrida" ou "matada", documentadamente morto**
Camila Mattos da Costa

107 **Torturas e Torturados: memória, testemunho e denúncia**
Paula Ribeiro da Igreja

124 **As novas democracias e os arquivos da repressão: transição política no Brasil, Arquivos da Repressão e seus usos**
Fernanda de Moraes Costa

138 **A luta contra a ditadura civil-militar em Volta Redonda: o caso da JOC e da Frente Operária (1962-1971)**
Márcio C. Coutinho; Jean R. Sales; Alejandra Estevez

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2020 da Revista CDOC. Atravessamos tempos difíceis de pandemia, os quais exigiram de nossa Equipe renovadas atitudes e pensamentos, adequações e readequações. Esses tempos exigiram um fortalecimento interno, a formação mais aprofundada sobre a própria situação pessoal e coletiva. Tivemos que fazer opções que nos conduziram ao entendimento de que teríamos que fazer escolhas e nos voltar para algumas situações de urgência. Nesse sentido, a edição da revista foi protelada em função dessas urgências.

Superamos as adversidades, mantivemos a unidade interna, refizemos e reinventamos caminhos. Nosso compromisso de promover serviços formativos, investigativos e de divulgação da produção científica em torno dos Arquivos foi mantida, apesar das adversidades.

Apresentamos, nesta edição, resultados parciais de pesquisa, reflexões iniciadas ou concluídas em torno dos eixos que nos envolvem no Laboratório CDOC-ARREMOS. Esta edição disponibiliza debates relevantes sobre os aspectos sociais e técnicos que envolvem os trabalhos com documentos arquivísticos, a pesquisa documental, a reflexão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade e os desdobramentos no universo da articulação religiosa.

Esses temas, que envolvem o fazer acadêmico do Laboratório e de pesquisadoras e pesquisadores próximas e próximos a nós são cada vez mais necessários. Essas temáticas atuais estão envolvidas com o compromisso da manutenção da cidadania e da democracia, no qual os documentos arquivísticos se apresentam como instrumentos fundamentais nos processos comunicativos e informacionais.

Neste número apresentamos trabalhos interessantes que ilustram o compromisso da Revista CDOC com a divulgação de reflexões fundadas nos princípios arquivísticos a partir da condição social dos registros documentais, da memória social e dos processos religiosos e sócio culturais dos Arquivos. Nesse sentido, os eixos estruturantes das investigações acadêmicas delineiam temáticas em torno da religião, dos movimentos sociais e dos arquivos. As temáticas refletem interesses de análise que atualizam o fazer acadêmico e profissional em torno dos Arquivos, da Arquivologia, da História, das Ciências Sociais, entre outros campos convergentes.

Nesta edição, Fernanda de Moraes Costa apresenta sua pesquisa, resultado da dissertação de mestrado, em torno da transição política no Brasil, os arquivos da repressão e seus usos. O texto de Walter Junior visa apresentar aspectos da institucionalização de acervos no centro de memória do carnaval da liga independente das escolas de samba do rio de janeiro entre o período de 2002 e 2004. O texto de Camila Costa aponta para questões relevantes sobre documentação do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, a partir da noção de arquivo como prova e testemunho de uma verdade jurídica.

O artigo de Maria Thereza Sotomayor propõe analisar elementos provindos da Arquivologia em relação a registros provenientes de páginas de redes sociais que trabalham pela divulgação de histórias de vida, especialmente de pessoas em situação de rua. O texto de Thamires Ribeiro e Ana Paula Carvalho apresenta ações desenvolvidas para o trabalho de conservação do "Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda", que forma utilizados como registro de moradores removidos de favelas localizadas em áreas valorizadas da cidade do Rio de Janeiro. O tema da ditadura civil-militar no Brasil é retomado aqui por Márcio Coutinho, Jean Sales e Alejandra Estevez, a partir da investigação sobre a Juventude Operária Católica e da Frente Operária, na Diocese católica de Volta Redonda, RJ.

O artigo de Paula Igreja analisa os impactos do livro do deputado Márcio Moreira Alves, que reúne uma série de testemunhos e documentos para denunciar a violação dos direitos humanos no regime militar brasileiro. Procura pensar o livro como um dispositivo de memória diante do negacionismo e de políticas de esquecimento. Vitória Regina Barros aborda o feminismo Pan-americano à luz do arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, representante do Brasil, na Comissão Interamericana de Mulheres.

A satisfação que temos em apresentar esse número da Revista se traduz na qualidade dos textos, na amplitude e diversidade das temáticas, na seriedade de autoras e autores e de avaliadoras e avaliadores que nos acompanham. Boa leitura!

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2022.

João Marcus Figueiredo Assis
Arquivista e Sociólogo. Professor da UNIRIO.
Coordenador do Laboratório CDOC-ARREMOS

UM ESTUDO SOBRE O FEMINISMO PAN-AMERICANO À LUZ DO ARQUIVO PESSOAL DE ANNA AMÉLIA DE QUEIROZ CARNEIRO DE MENDONÇA

Vitória Regina de L. C. Barros[1*]

Resumo: Depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), o arquivo pessoal da poetisa e feminista Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça contém um rico e variado conjunto de fontes históricas com vasto potencial para pesquisas que se proponham a realizar reflexões sobre o movimento feminista, decorrido durante a primeira metade do século XX, no Brasil e no âmbito internacional. Uma das possibilidades que esse arquivo oferece é o estudo das redes de contato e de mobilização mútua construídas entre as militantes do continente americano em prol das lutas pelos direitos da mulher. Partindo dessa perspectiva, o presente artigo tem o objetivo de discutir sobre a dinâmica cooperativa internacional estabelecida entre as feministas, priorizando o cenário pan-americano. Para tanto, será examinado documentos sobre a participação de Anna Amélia, como representante do Brasil, na Comissão Interamericana de Mulheres, organização fundamental para a compreensão do estabelecimento de conexões transfronteiriças entre as ativistas da América. Além disso, ao longo do artigo, atento para a trajetória pessoal e profissional da poetisa afim de visibilizar seus feitos e privilegiar a atuação feminina como construtor social. O desenvolvimento da pesquisa foi possível, uma vez que o arquivo pessoal da titular se encontra organizado, digitalizado e disponibilizado online, permitindo, inclusive, refletir sobre a presença de acervos de mulheres em instituições arquivísticas

Palavras-Chave: Movimento Feminista Pan-americano, Comissão Interamericana de Mulheres, Arquivos Pessoais, Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

Abstract: Deposited at the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (FGV CPDOC), the personal archive of the poet and feminist Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça contains a rich and varied set of historical sources with vast potential for research that proposes to carry out reflections on the feminist movement, which took place during the first half of the 20th century, in Brazil and internationally. One of the possibilities that this archive offers is the study of networks of contact and mutual mobilization built between activists on the American continent in favor of struggles for women's rights. From this perspective, this article aims to discuss the international cooperative dynamics established among feminists, prioritizing the Pan-American scenario. To this end, documents about the participation of Anna Amélia, as a representative of Brazil, in the Inter-American Commission of Women, a fundamental organization for understanding the establishment of cross-border connections between activists in America, will be examined. In addition, throughout the article, attentive to the personal and professional trajectory of the poet in order to make her achievements visible and privilege the female role as a social

[1*] Graduada em História e em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). Mestranda no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (FGV CPDOC).
E-mail: vrbarros1988@gmail.com ou vitoria.barros@fgv.br

constructor. The development of the research was possible, since the holder's personal archive is organized, digitized and made available online, allowing, even, to reflect on the presence of women's collections in archival institutions.

Keywords: Pan American Feminist Movement, Inter-American Commission of Women, Personal Archives, Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

1. Introdução

Durante a primeira metade do século XX, militantes feministas ao redor do mundo atuaram simultaneamente a nível nacional e internacional com o objetivo de lutar em prol dos direitos civis e políticos da mulher. Naquele contexto, floresceu a mobilização coletiva entre as ativistas do continente americano com o propósito de estabelecer redes de contato e compartilhamento de estratégias de ação, pensamentos e recursos com o intuito de desenvolver uma dinâmica transnacional cooperativa, ou seja, utilizar o cenário internacional como espaço para articular e pressionar a política nacional, de seus respectivos países, em busca da emancipação feminina.

Segundo María Elvira Álvarez Giménez (2019), essa estratégia atraiu muitas militantes feministas a nível continental, fazendo com que, em alguns casos, aumentasse a legitimidade do movimento feminista, evidenciando que a esfera internacional fora útil e muito bem utilizada pelas atuantes.

Apesar de a luta feminista ter sido travada em ambos os níveis, a maior parte dos estudos realizados sobre a atuação do movimento feminista nas primeiras décadas do século XX são construídos observando o quadro e a dinâmica nacional. Partindo dessa perspectiva, Teresa Marques (2013, p.927) aponta que as iniciativas de Bertha Lutz[2] e suas colaboradas no plano da política externa do Brasil e das Américas não recebeu a atenção devida até o momento, ao passo que as suas iniciativas no âmbito da política doméstica são objetos de pesquisa de vários estudos há anos, ressaltado algumas lacunas analíticas presentes no campo historiográfico brasileiro.

É pensando nessas ausências que este artigo tem o objetivo de analisar os vínculos estabelecidos entre as feministas na esfera pan-americana. Para tanto, será lançado um olhar crítico sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão Interamericana de Mulheres, organização "encarregada de estudar os problemas continentais, as mulheres das Américas e de informar as conferências internacionais sobre isso"[3], servindo com espaço essencial para intercâmbio entre as ativistas do continente.

A CIM foi uma das organizações feministas que surgiram durante os anos 1920 com o propósito de atuar em prol dos direitos civis e políticos da mulher a nível continental e nacional dos respectivos países participantes, contudo, o papel de organizações internacionais tem sido ignorado em estudos sobre as dimensões

[2] Bertha Lutz foi bióloga, cientista e feminista pioneira na luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

[3] Ata final da III Assembleia da CIM (1942). Documento disponível no acervo de Anna Amelia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/470

transnacionais do movimento feminista (TOWNS, 2010). Por isso, a pesquisa mostra-se assertiva.

O estudo foi construído a partir da análise dos documentos pessoais da escritora, poetisa e feminista Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, uma vez que a ativista foi nomeada delegada oficial do Brasil na Comissão, representando os interesses do movimento feminista nacional durante as conferências de 1942-1944. Dessa forma, ao consultar seu arquivo, é possível encontrar um conjunto de registros sobre a sua atuação na militância feminista, nos quais possibilita analisarmos a dinâmica internacional e pan-americanista da rede de contato e mobilização mútua estabelecida pelas mulheres da América durante a primeira metade do século passado.

O acervo encontra-se sob tutela do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Trata-se de um conjunto documental que está organizado, digitalizado e disponibilizado na plataforma online do arquivo devido a um projeto recente desenvolvido pela instituição em parceria com a Center Research Libraries (CRL).

Em vista do exposto, o artigo está dividido em seis partes: introdução, apresentação da trajetória de Anna Amélia Mendonça, apontando o quão sua vida profissional fora intensa e nos permite discutir sobre assuntos como militância feminista e causas estudantis. Na terceira parte, é abordado o debate sobre a relação entre arquivos pessoais, memória e gênero a partir da representatividade do acervo pessoal da poetisa. Na sequência, discuto sobre o que é e como se formou o feminismo pan-americano. Na quinta seção, examino o papel da Comissão Interamericana de Mulheres no estabelecimento de redes de cooperação entre as femininas da América e quais eram reivindicações do movimento feminista naquele contexto histórico à luz do conjunto documental de Anna Amélia. E, por último, a conclusão.

2. Trajetória pessoal, intelectual e profissional

Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) no dia 17 de agosto de 1896. Logo após seu nascimento, seus pais, Laura Machado de Queiroz e José Joaquim de Queiroz Júnior, se mudaram para São Paulo (SP), onde permaneceram por três anos e meio. Depois de seu pai comprar uma antiga usina de ferro no município de Itabirito, a família se mudaria para o interior de Minas Gerais, onde Anna Amélia viveria durante a sua infância e adolescência.

Considerada uma *autodidata genial*[4], Anna Amélia nunca fora a escola. Sua educação primária e secundária ficou sob responsabilidade de preceptoras estrangeiras que lhe ensinaram história, artes e línguas como o francês, o inglês e o alemão.

A sua aptidão para a compreensão de outros idiomas influenciou diretamente na construção de sua carreira intelectual e profissional. Isso fica evidente ao consultarmos seu acervo pessoal[5], no qual apresenta documentos redigido nas três línguas, além do espanhol e do português. A maior parte dessas fontes são cartas, informes, boletins e relatórios que apontam para sua participação em eventos nacionais e internacionais e para sua comunicação com atores brasileiros e de outros países.

Além disso, Anna Amélia também escreveu alguns versos, poemas e discursos em inglês, inclusive, seu primeiro soneto quando ainda era criança. Aos 14 anos, teria seu primeiro livro publicado. "Esperanças" foi imprimido em Paris e lançado no Rio de Janeiro em 1911, recebendo excelentes críticas literárias.

É interessante ressaltar que esta obra teve como escritor um autor desconhecido, evidenciando o apagamento das mulheres da cena intelectual. Segundo a historiadora Michelle Perrot (2007), as mulheres tiveram tardiamente o acesso à escrita e quando o tiveram, começaram a compreender seus vestígios como irrelevantes e sem valor, consequentemente, acabando por destruí-los na maioria das vezes.

"A desvalorização das mulheres por si mesmas" é apontado pela autora como uma prática que é ensinada às mulheres "como um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento" (PERROT, 2005 e 2007). Para ela, isso é uma das causas que influenciaram na escassez de documentos sobre as narrativas e trajetórias femininas, acabando por auxiliar na perpetuação de um silêncio absoluto sobre as mulheres.

Já no finalzinho do século XIX e início do século XX, a romancista Virginia Woolf escreveria alguns artigos comentando sobre a dificuldade que a mulher possui para se inserir no mundo profissional e intelectual, posto que a sociedade é dominada por homens. Seguindo essa linha de pensamento, Woolf (2018, p.10) afirma que apesar de a escrita ser considerada uma atividade "respeitável e inofensiva", no qual "o riscar da caneta não perturbava a paz do lar", as mulheres

[4] Documento biográfico sobre a poetisa apresenta, enfaticamente, essa informação. Documento disponível no acervo de Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/AACM_vpr/2508
[5] Acesso disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo

possuíam muitos obstáculos que atrapalhavam o expressar de suas opiniões e o ato de escrever suas vontades e paixões:

> A linha correu pelos dedos da moça (...) E então bateu em alguma coisa. Foi uma pancada forte (...) falando sem metáforas, ela pensou numa coisa, uma coisa sobre o corpo, sobre as paixões, que para ela, como mulher, era impróprio de dizer. E a razão lhe dizia que os homens ficariam chocados. Foi a consciência do que diriam os homens sobre uma mulher que fala suas paixões que a despertou do estado de inconsciência como artista. Não podia mais escrever (...) isso creio que é uma experiencia muito comum entre as mulheres que escrevem – ficam bloqueadas pelo extremo convencionalismo do outro sexo (WOOLF, 2018, p.16 e 17).

Enquanto escritora e poetisa, Anna Amélia teve o início de sua carreira literária sombreada pelo "fantasma do autor desconhecido", todavia, como uma mulher muito à frente de seu tempo, ela conseguiria adentrar em um espaço predominantemente masculino, isto, claro, devido a ser uma mulher branca da elite.

Assim, em 1922, aos 25 anos de idade, teria seu primeiro livro definitivo intitulado "Alma" publicado. Desde então, a poetisa aumentaria consideravelmente a sua lista de obras escritas: "Ansiedade" (1926), "A Harmonia das Coisas e dos Seres" (1936), "Mal de amor" (1939), "Dois meses entre os americanos" (1944), "50 Poemas de Anna Amélia" (1951), "Joias do Brasil Antigo" (1968) e "Quatro pedaços do planeta no tempo do Zeppelin" (1976 - póstumo). As publicações da poetisa eram sempre destacadas e bem avaliadas nos periódicos da época:

> Dra. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça é reconhecida, em todo o país, como uma das nossas maiores poetisas. Seu prestígio irradia-se por toda parte aonde chegam os seus escritos (O Malho, RJ, 1940, Edição 0004)[6].
>
> A meu ver Mme Queiroz de Mendonça é uma artista que possui excepcionais qualidades, mas a sua poesia é, sobretudo, caracteristicamente intelectual (Fon Fon, RJ, 1927, Edição 0002)[7].

Além dos livros, a poetisa também escreveu poemas, versos e algumas colunas para os jornais O Globo, O Jornal, Diário da Noite e A Noite, para a Revista O Cruzeiro e dirigiu por dois anos a Seção Feminina do Diário de Notícias. Aliás, Anna Amélia foi responsável por diversas traduções de obras estrangeiras, inclusive, a primeira tradução para o português feita de Hamlet, tragédia escrita William Shakespeare, publicado no Brasil em 1968.

Se a trajetória intelectual e profissional da poetisa foi muito ampla no campo da Literatura, sua atuação enquanto ativista em prol dos direitos civis e políticos das

[6] Acesso disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/116300/92760
[7] Acesso disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/259063/58962

mulheres também seria bastante enriquecedora. Nesse aspecto, é relevante apontar que a Anna Amélia foi Vice-presidenta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz em 1922. Devido a sua atuação de destaque na militância feminista, tornou-se a primeira mulher a integrar o Tribunal Eleitoral, compondo a mesa da eleição de 1934, no qual apresentou as reivindicações das mulheres brasileiras na Assembleia Constituinte.

Ainda seria Delegada do Brasil no XII Congresso Internacional Feminista realizado em Istambul, Turquia, em 1935 pela Aliança Internacional de Mulheres, além de ser nomeada Delegada do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres pelo Presidente Getulio Vargas (1942-1944).

Além dessas posições ocupadas, a poetisa também participou de diversos eventos nacionais e internacionais que discutiram o papel da mulher na vida pública e privada, principalmente, sobre a importância da emancipação feminina. Em algumas dessas ocasiões, chegou até a realizar algumas pronúncias, como ocorreu no Congresso de 1935, em que discursou o texto *A Mulher como Cidadã*, e em 1938 no Congresso da FBPF, no qual discorreu sobre o Pan-americanismo, ambos escritos pela própria.

Paralelamente as atividades na luta feminista, a poetisa desempenhou algumas funções relativas as causas estudantis. Nesse aspecto, em 1929, fundou a Casa do Estudante do Brasil, "primeira entidade estudantil de âmbito nacional visando a assistência social aos estudantes e a promoção, difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais"[8]. Anna Amélia foi idealizadora e presidenta da C.E.B durante muitos anos. Exerceu suas atividades na C.E.B até falecer em 1971 aos 75 anos.

Por último, é válido pontuar que apesar de existirem poucos trabalhos realizados sobre a poetisa[9], suas informações biográficas encontram-se acessíveis em seu acervo pessoal. Há uma série que apresenta uma gama de documentos sobre a trajetória de Anna Amélia, inclusive em inglês, ressaltando a sua influência para além do âmbito nacional. Além disso, por ter construído uma carreira de destaque e influente, é possível

[8] Casa do Estudante do Brasil, Verbete Temático do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV CPDOC). Acesso disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil

[9] Destaco o artigo *Anna Amélia: militância e paixão* de Constância Lima Duarte (2007) e o artigo *Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC)* das autoras Alessandra N. Monteir, Anna Beatriz O. M. Costa, Carolina Gonçalves Alves e Juliana Maia Mendes (2019).

encontrar notícias sobre a poetisa em vários jornais da época através da Hemeroteca Digital[10].

3. Arquivo pessoal, memória e representatividade feminina

O arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça foi doado em 2010 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) por Priscilla Scott Bueno, neta da poetisa[11].

Em seu acervo é possível encontrar documentos textuais, impressos e audiovisuais organizados e divididos em sete séries: Militância Feminista, Militância Estudantil, Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos, Literatura, Vida Privada, Documentos Póstumos e Recortes de Jornais. Essa composição magnífica e variada de registros reflete a atuação profissional plural e intensa da poetisa.

Nesse aspecto, de acordo com o Guia de arquivos do CPDOC,

> o conjunto de documentos reunidos é importante para pesquisadores interessados nas lutas femininas ocorridas no Brasil no início do século XX e nas tentativas dos movimentos femininas de promover debates sobre o direito e a saúde da mulher. O arquivo também é relevante para pesquisas sobre a questão estudantil no Brasil, sobretudo no que diz respeito à atuação da titular na Casa do Estudante do Brasil, criada em 1929, e na Casa do Estudante, inaugurada na Cidade Universitária de Paris em 1959. No campo da Literatura, o arquivo apresenta documentos sobre a atuação da titular como poetisa e tradutora[12].

Atualmente, seu arquivo encontra-se disponível para consulta *online*[13]. Isso é possível devido a um projeto, iniciado em 2019, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em parceria com a Center Research Libraries (CRL), no qual digitalizou e disponibilizou ao público geral nove acervos pessoais de mulheres que estão sob tutela do CPDOC. Foram elas: Almerinda Farias Gamas, Anna Amélia Queiroz (objeto desta pesquisa), Delminda Benvinda Gudolle Aranha, Hermínia de Souza e Silva Collor, Hilda Von Sperling Machado, Luiza de Freitas Valle Aranha, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, Rosalina Coelho Lisboa e Yvonne Maggie. É possível acessar os fundos através da Base de Acervo do CPDOC[14].

[10] Acesso disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

[11] Anna Amélia casou-se, em 1917, com Marcos Carneiro de Mendonça, com quem teve seus três filhos: Márcia Cláudia, José Joaquim e Bárbara Heliodora.

[12] Acesso disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AACM

[13] Acesso disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_aacm

[14] Acesso disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo

Além dos nove fundos pessoais citados, ainda se encontra depositado no CPDOC os acervos de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Luiza Erundina, Silvia Escorel de Moraes e Alba Zaluar. O primeiro repositório está organizado e possui sua versão digital, enquanto os outros ainda estão em processamento devido a doação ter sido realizada muito recentemente (exceto o acervo de Celina Vargas).

É importante ressaltar que dentre o total de 223 fundos pessoais custodiados no CPDOC, 199 são de titulares homens e apenas 14 são de titulares mulheres. Essa disparidade numérica nos permite discutir acerca da (in)visibilidade dos documentos femininos sob a tutela de instituições arquivísticas

A escassez de fontes sobre as mulheres e/ou de autoria feminina é destacado, desde os anos 1970 e 1980, como o reflexo de um processo histórico e social que durante séculos não reconheceu a mulher enquanto indivíduo e agente histórico com características, trajetórias e narrativas relevantes. Nesse aspecto, "o que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sigo negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada" (LERNER, 2019, p.28).

Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2005 e 2007), o silêncio imposto a figura feminina é tão comum, porque sua prática é constantemente colocada tanto no espaço público quanto na vida privada. Dessa forma, "este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária" (PERROT, 2005, p.10).

Assim, a autora afirma que "por pudor, mas também por autodesvalorização, elas interiorizavam, de certa forma, o silêncio que as envolviam" (PERROT, 2005, p.13). Consequentemente, por muitas vezes, as próprias mulheres destruíram e apagaram seus vestígios devido a percepção de que suas narrativas não são interessantes e nem relevantes, afinal, existe "um consentimento de negação de si que está no âmago das educações femininas" (PERROT, 1989, p.12 e 13).

Além disso, a escassez de documentos femininos "também significa pouco ou nenhum espaço dado aos artigos das mulheres em repositórios de manuscritos e pouco ou nenhum esforço para adquirir esses materiais"[15] (MOSELEY, 1973, p.215). Partindo dessa perspectiva, Nascimento e Oliveira (2019, p.263) apontam que o "surgimento dos arquivos tem um entrelaçamento com o surgimento da escrita e das sociedades patriarcais, na qual os portadores e transmissores dos valores eram/são homens".

[15] Tradução própria.

Assim, o apagamento da memória feminina (e de outros grupos marginalizados) diz muito a respeito sobre o que a sociedade pretende preservar e lembrar sobre o passado. Segundo Michael Pollak, a memória está constantemente vinculada à uma prática de *disputa* de instituições, grupos, partidos, famílias, entre outros, por privilegiar uma *seleta* lembrança em vez de outra. Assim, o autor afirma que existe um processo de negociação e seleção do que se quer lembrar influenciado pela conjuntura e pelas decisões políticas do presente.

Logo, as instituições arquivísticas ao privilegiarem a custódia e a conservação de determinados vestígios em detrimento de outros acaba por influenciar o conhecimento que é e será construído sobre o passado e presente. É por isso que é necessário desconstruir a percepção de que o arquivo é um lugar neutro que apenas guarda um conjunto de documentos. Assim, é interessante colocá-lo como parte de um processo constante de escolhas sobre o que deve ser lembrado ou esquecido, visível ou silenciado. Afinal, segundo Rodney Carter (2006, p.216), "se os registros são destruídos, manipulados ou excluídos, as narrativas dos grupos não podem ser transmitidas ao longo do tempo. Suas histórias não serão ouvidas e podem acabar desaparecendo da história"[16].

Em vista do exposto, "a História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorização" (ARONOVICH, 2019, p.22). Por isso, é importante discutirmos a representatividade de arquivos femininos.

Nesse aspecto, é necessário que as instituições arquivísticas desenvolvam estratégias de visibilidade que permitam retirar os documentos femininos das "zonas de sombra", do "não-dito"[17]. O primeiro passo é observar e identificar que existem relações de poder dentro do arquivo, no qual hierarquiza saberes[18]. Segundo Heymann e Nedel (2018, p.7), desde a década de 1990, há o aumento de reflexões, influenciadas por Michel Foucault e Jacques Derrida, que apontam para "o poder que arquivos e arquivistas exercem sobre os campos da memória, do conhecimento e das identidades". Carter (2006, p.220) argumenta que esses três domínios são amplamente afetados quando os arquivos refletem apenas a perspectiva dos poderosos.

As discussões teóricas elaboradas no âmbito acadêmico precisam auxiliar no repensar e no reformular das práticas realizadas nos arquivos, assim como, suas

[16] Tradução própria.
[17] Conceitos formulados por Michael Pollak (1989).
[18] Argumentos construídos por Michael Foucault (2008).

descrições, guias, apresentações, entre outros. Estas propostas parecem ser muito simplórias, porém elas possuem efeitos positivos no objetivo de visibilizar as titulares femininas e suas respectivas trajetórias e documentos.

Um exemplo disso, é a experiência que o CPDOC vem desenvolvendo desde 2015, quando a instituição resolveu acrescentar o marcador de gênero na política de seu acervo. Criado em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação produziu seus próprios aportes metodológicos de organização de arquivos pessoais. Assim como os aportes técnicos, a política de aquisição de acervos do CPDOC também fora desenvolvida de acordo com as perspectivas e com os objetivos que a instituição tinha naquele momento, isto é, constituir um "arquivo com fundos pessoais de homens públicos com destacada atuação na vida pública brasileira contemporânea".

Após 42 anos destacando essa política de acervo, em 2015, ocorreu uma mudança essencial para estimular a aquisição de novos fundos femininos e realçar que as instituições arquivísticas devem ser lugares de memória acessíveis para a memória das mulheres. Com isso, foi acrescentado a palavra *mulher* em sua política[19]. Desde então, a instituição passou a repensar o espaço destinado as titulares femininas dentro seu acervo, realizando debates críticos em relação ao baixo número de fundos pessoais de mulheres e acerca de suas respectivas descrições arquivísticas, posto que muitas eram destacadas como mães e esposas de outros homens que atuaram no âmbito público brasileiro, e não como mulheres que possuem suas próprias narrativas e trajetórias profissionais.

É dentro desse contexto que, aos poucos, o projeto que organizou, digitalizou e disponibilizou nove acervos de mulheres foi sendo construído e realizado, inclusive, por professoras, pesquisadoras e estagiárias que eram majoritariamente mulheres. Ao passo que os trabalhos foram sendo efetuados, percebeu-se que desde o início do CPDOC, havia documentos femininos sob sua tutela. São eles os acervos de Delminda Aranha e Luiza Aranha, ambos doados em 1973 de forma anexa ao acervo do Oswaldo Aranha. A partir desses dados, o mapeamento de informações sobre as outras titulares foi sendo elaborados com o objetivo discutir a representatividade de seus documentos e de suas atuações.

[19] Acesso disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cpdoc/POLITICA_DE_ACERVO_DA_ESCOLA_DE_CIENCIAS_SOCIAIS_DA_FUNDACAO_GETULIO_VARGAS.pdf

É interessante ressaltar que enquanto esse projeto estava sendo desenvolvido, quatro novos acervos de mulheres foram doados ao CPDOC. Dentro de cinco anos, a partir da mudança da política de acervo, até o momento atual (2020), o número de fundos recebidos foi maior do que os cinco anos anteriores a alteração. De 2010 a 2015, apenas o acervo de Anna Amélia Mendonça, objeto desta pesquisa, foi doado a instituição.

Isso afirma que modificações consideradas pequenas, na verdade possuem um efeito muito notável e valoroso em prol de potencializar as narrativas femininas e seus documentos, reconhecendo a memória de um grupo que foi historicamente silenciado. Segundo Carter (2006, p.223 e 224), sempre existe alguma estratégia para conseguir reconhecer nos arquivos os vestígios do passado de grupos que são compreendidos como ausentes, isto é, os grupos minoritários, subalternos.

Nesse aspecto, o autor utiliza o exemplo bem-sucedido da "tática literária feminista" de "ouvir os silêncios", no qual "os textos podem ser examinados e interrogados de acordo com suas omissões e lacunas, fazendo com que o silêncio da representatividade das mulheres seja explorado"[20] (CARTER, 2006, p.224).

Assim, Carter afirma que ao procurar o que não está nos registros, o que não está nos arquivos, pode-se iluminar as vozes daqueles que estão sendo marginalizados, logo, pode-se usar os documentos e a presença dos poderosos para perceber as ausências e, assim, subverter essa posição privilegiada.

É partir desse olhar crítico que proponho uma pesquisa apoiada na documentação pessoal de Anna Amélia de Q. C. de Mendonça com o objetivo, já realizado, de ressaltar a necessidade de discutirmos sobre a influência que o arquivo possui na construção e na permanência de uma memória feminina invisibilidade e silenciada, como também utilizar-se de suas fontes para analisar a atuação da poetisa em prol das causas feministas e, principalmente, compreender a articulação entre as ativistas que, na primeira metade do século XX, tinham como proposta a união entre as mulheres da América em busca de lutar e garantir os seus direitos civis e políticos..

4. Feminismo Pan-americano: uma perspectiva transnacional da luta pelos direitos civis e políticos das mulheres

Desde o final do século XIX, as mulheres do ocidente estão atuando na esfera internacional. Contudo, até o momento, a maior parte das pesquisas realizadas analisam

[20] Tradução própria.

as relações e as organizações transnacionais de líderes norte-americanas e europeias. Nesse aspecto, é válido ressaltar que essa dinâmica (internacionalista) se desenvolveu de diferentes maneiras ao longo de todo o continente americano (MILLER, 1986).

Segundo María Giménez (2019), os congressos científicos realizados durante a primeira metade do século XX permitiram os primeiros encontros entre as mulheres intelectuais e feministas da América. Miller (1986) pontua que eram educadoras, médicas, advogadas preocupadas em discutir sobre os problemas sociais femininos, como higiene, cuidados infantis e o bem-estar da mãe, ou seja, "interesses tradicionais das mulheres".

Esses fóruns de discussão compunham um amplo intercâmbio de conhecimento entre os países do continente. Além disso, eram essenciais para estreitar os laços de amizade entre as mulheres que participavam. Essa importância de criar uma rede de conexão e mobilização mútua entre as mulheres da América se insere em um contexto que a proposta de uma união solidária continental em torno de princípios e interesses comuns tornar-se-ia um projeto político incentivado pelos Estados Unidos.

Assim, o Pan-americanismo surge com a finalidade de "debater questões políticas, comerciais e econômicas, mas também educacionais, sociais, culturais e científicas entre os países da América". O termo surgiu durante a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos (1889-1890). Nessa reunião, foi fundada a União Internacional das Repúblicas Americanas, posteriormente conhecida como União Pan-americana. A organização ficou responsável por preparar programas e regulamentos, fazer investigações especiais e convocar as conferências seguintes (GUEDES, 2013, p.3).

Dessa forma, o movimento pan-americano articulou e estabeleceu uma dimensão internacional que foi amplamente utilizada pelo movimento feminista para debater suas próprias prioridades, ampliar sua esfera de atuação e instituir uma mobilização cooperativa entre as mulheres do continente para obter bons resultados em favor da emancipação feminina em seus próprios territórios nacionais.

Essa característica transnacional da primeira onda feminista assumiu um nível mais intenso durante o período entre guerras (1919-1939), momento em que houve a ampliação do movimento sufragista em perspectivas nacionais. Assim, ao passo que cresceu o número de organizações e o número de adesão de mulheres em prol da emancipação feminina, tornou-se extremamente necessário a comunicação e o

compartilhamento de pensamentos, objetivos e estratégias de atuação entre as ativistas de países próximos e distantes (STAFF, 2020).

Consequentemente, um número considerável de eventos, conferências e até mesmo de organizações internacionais e pan-americanas surgiram nesse contexto com o foco em unir as vozes femininas. Além disso, a fim de valer seus pontos de vistas, os grupos feministas também buscaram atuar junto às esferas diplomáticas para se fortalecerem internamente (MARQUES, 2013, p.933). Nesse aspecto, Towns (2010) afirma que as ativistas conseguiram colocar o sufrágio feminino como um dos temas da agenda de discussão formal da União Pan-americana, ou seja, como uma questão diplomática a ser debatida entre os representantes de cada país do continente.

Apesar dessa mobilização transnacional ter oferecido um outro meio de atuação para as mulheres, não podemos observar esse intercâmbio entre países e representantes como algo despretensioso, uma vez que "as organizações internacionais podem ser tanto portadores dos interesses dos governos nacionais quanto dos movimentos sociais (...) e muita das vezes, esses interesses não são facilmente separados", ainda mais em um contexto marcado pelo imperialismo norte-americano e seus anseios hegemônicos no hemisfério (TOWS, 2010, p.781 e 782).

Dessa forma, "as conferências pan-americanas, internacionais, não apenas moldaram o feminismo, mas o feminismo também influenciou a diplomacia e o pan-americanismo". De qualquer modo, o importante aqui é destacarmos que as mulheres não hesitaram em traçar diferentes estratégias para conquistar os seus direitos e sua legitimidade em nível nacional e internacional (MARINO, 2019, p.10). Inclusive, Miller (1986) destaca que a legislação que promulgou o sufrágio feminino em diversos países da América foi resultado de uma complexa interação entre esses dois níveis de mobilização das ativistas.

Por isso, a seguir, proponho investigar como o estabelecimento de uma rede de cooperação transnacional entre as ativistas da América nos permite compreender como a esfera internacional foi percebida pelas mulheres como uma arena favorável a atuação feminista, inclusive, como meio para reforçar e pressionar a adesão das pautas femininas na política nacional. Será possível analisarmos os compromissos com a luta pelos direitos das mulheres, com a manutenção da democracia e o estabelecimento da paz empreendidos simultaneamente pelas ativistas durante os encontros pan-americanos e da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

Naquele cenário, a Comissão Interamericana de Mulheres foi uma das muitas organizações feministas que surgiram entre a década de 1920 e 1940 com o objetivo de reivindicar os direitos das mulheres em seus respectivos países e no continente americano como um todo. Segundo Giménez (2019, p.116), a CIM detém um papel de liderança na construção e na afirmação das relações e dos laços entre as feministas latinas e norte-americanas durante esse contexto histórico.

Levando isso em consideração, na sequência, examino a atuação da Comissão e sua influência na dinâmica pan-americana e internacional desenvolvida durante a primeira metade do século XX. A análise da organização permite atentar para a troca de conhecimento e a formação de amizades e solidariedade entre as ativistas da América. A partir disso, inclusive, torna-se possível estudar as reivindicações pelos direitos civis e políticos das mulheres e os objetivos pacifistas do movimento feminista em nível continental.

Para tanto, foi lançado um olhar crítico sobre o acervo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, uma vez que a poetisa foi nomeada, pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, delegada oficial do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres[21]. Assim, ao consultar o conjunto documental sobre sua militância feminista, é possível encontrar registros sobre sua atuação entre três reuniões da organização realizadas entre 1942 e 1944, período em que Anna Amélia permaneceu no cargo honorário da CIM, representando o movimento feminista brasileiro.

A escolha por Anna Amélia diz muito a respeito sobre a influência que a poetisa tinha na luta pelos direitos da mulher no cenário nacional, principalmente, devido a sua atuação como Vice-presidenta da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 por Bertha Lutz. Por ocupar essa posição durante anos, Anna Amélia estabeleceu uma rede de contatos com outras líderes feministas nacionais e internacionais e com algumas organizações feministas do continente americano. Assim, a ativista estava ciente dos acontecimentos, das reivindicações, das estratégias de mobilização, podendo desempenhar o papel como representante do movimento feminista brasileira na Comissão Interamericana de Mulheres.

5. Comissão Interamericana de Mulheres

[21] Publicação no Diário Oficial sobre a nomeação da Anna Amélia para a Comissão Interamericana de Mulheres. Documento disponível no seu próprio acervo: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/415

A luta pelos direitos das mulheres tornou-se intensa a partir da década de 1920 devido ao surgimento de um número considerável de organizações nacionais e internacionais que tinham como objetivo estabelecer o compromisso com as reivindicações femininas. Segundo Giménez (2019), nenhuma instituição feminista no continente americano atuou de forma isolada, uma vez que as ativistas mantinham o contato entre si constantemente.

Nesse aspecto, a autora afirma que esses laços foram essenciais para as líderes feministas de cada país da América perceberem a necessidade e a importância de se mobilizarem utilizando a perspectiva pan-americana, isto é, através da proposta de uma relação solidária e harmoniosa entre as nações do continente, as mulheres compreenderam que elas poderiam se organizar em redes sólidas de cooperação em prol dos seus próprios objetivos.

Essa união entre os dois movimentos proporcionou a realização de vários eventos e a formação de comitês que estreitaram a relação entre o feminismo e pan-americanismo[22]. Esse vínculo teve um impacto significativo na agenda de discussão das Conferências Pan-americanas a partir da V Conferência realizada em Santiago, no Chile, em 1923. Naquela reunião, pela primeira vez, foi recomendado ao Conselho da União Pan-americana que fosse incluído a pauta sobre a necessidade de acabar com as diferenças constitucionais e legais existentes entre homens e mulheres nas conferências futuras.

Para que essa proposta fosse de fato realizada pelos países participantes da reunião, foi decidido que cada nação deveria ficar responsável pela preparação de um relatório informativo, a ser apresentado no próximo encontro, sobre a situação da mulher na constituição e nas leis e sobre a educação e a cultura feminina em seus respectivos territórios.

Towns (2010, p.789) ressalta que é muito difícil sabermos se foram as ativistas (mulheres) ou se foi um representante de algum país (homem) que inseriu o tema sobre os direitos políticos das mulheres na esfera intergovernamental pan-americana, uma vez que o delegado guatemalteco Máximo Soto Hall, autodenominado defensor da igualdade entre os sexos, também preparou uma proposta de direitos das mulheres para a V Conferência.

[22] Podemos citar como exemplo a "Primeira Conferência Auxiliar Pan-Americana para Mulheres" (1915-1916) e a Conferências Pan-americana de Mulheres Em Baltimore (1922).

Apesar disso, naquele contexto, os créditos seriam dados para Hall, como fica perceptível no discurso do ex-presidente do Chile Dr. Carlos Dávila proferido durante o fórum do New York Times em abril de 1943:

> (....) no ano de 1923 na Conferência do Chile, que o cidadão Don Máximo Soto Hall apresentara um projeto para a criação de uma Comissão que teria a missão de estudar a situação civil, política e social da mulher na América. O diplomata assegurou que sendo cinquenta porcento da população da América do sexo feminino, era indispensável conhecer sua situação real, estudar seus problemas e buscar soluções adequadas, já que em uma sociedade bem organizada não deve existir tais diferenças em razão do sexo[23].

Esse é um bom exemplo de como as atuações e as trajetórias das mulheres são silenciadas e/ou apagadas ao favorecer apenas a experiência de grupos hegemônicos (homens).

De qualquer modo, esses esforços ajudaram a colocar a discussão sobre os direitos das mulheres, como por exemplo o sufrágio, como questão política e cultural a ser debatido nos fóruns diplomáticos pan-americanos. Por isso, apesar de nenhuma mulher ter sido relacionada para participar na VI Conferência realizada em 1928 em Havana, Cuba, várias líderes feministas de diferentes países do continente americano compareceram, pois compreenderam que seria uma excelente oportunidade para estabelecer a mobilização feminista e as suas reivindicações no âmbito internacional, uma vez que naquele contexto, as mulheres haviam desenvolvido conexões transnacionais (TOWNS, 2010).

Durante a Conferência, as ativistas apresentaram um *Tratado de Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens* que foi rejeitado pelos representantes diplomáticos dos países do continente. Contudo, a pressão pela criação de um órgão oficial encarregado de investigar a situação jurídica da mulher nos 21 países membros da União Pan-Americana seria aprovado.

Assim, foi fundado a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), primeira organização internacional do mundo criada especialmente para estudar a condição e a realidade feminina na América e, a partir disso, lutar pela obtenção dos direitos das mulheres (GIMÉNEZ, 2019, p.117). No próprio Boletim Informativo da CIM era destacado os seus objetivos:

> Comissão Interamericana de Mulheres tende a fazer conhecer os valores femininos de cada país pelo resto de toda América, desenrolando assim o conhecimento e o amor por todo o Continente;

[23] DÁVILA, Carlos. "La Mujer y la Unidad Continental", 1943, p. 15. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/50

> A Comissão Interamericana de Mulheres pede para a mulher os direitos civis e políticos, creditando neles um direito e um dever[24].

Essa investigação deveria ser apresentada nas conferências pan-americanas seguintes, para que a partir dela, pudesse ser feito tratados diplomáticos internacionais de acordo as discussões sobre as reivindicações femininas.

Partindo dessa perspectiva, a Comissão teve um papel crucial e de liderança na dinâmica transnacional e cooperacional das ativistas na América, uma vez que conseguiu reunir os laços entre as feministas do continente em uma organização e, a partir disso, proporcionar uma atuação direcionada na esfera internacional. Portanto, a "CIM foi um triunfo na busca das feministas por legitimidade política e foi a principal agência por meio da qual as mulheres dos Estados Unidos e da América Latina se relacionaram"[25] (GIMÉNEZ, 2019, p.117).

A Comissão foi continuada pela VII Conferência Pan-americana realizada em Montevidéu em 1933. A organização apresentou "um relatório com os resultados de suas investigações. Vale ressaltar que foi a primeira vez no mundo que foi feito um estudo, exclusivamente por mulheres, sobre as leis que as afetavam em termos de direitos civis e políticos" (GIMÉNEZ, 2019, p.125).

Essa reunião ainda contou com a presença da ilustre líder feminista brasileira Bertha Lutz e foi dela que partiu a proposta de cada país assumir o compromisso de nomear uma delegada oficial para atuar na Comissão Interamericana de Mulheres e para participar nas conferências pan-americanas seguintes. Dessa forma, as representantes ficaram encarregadas de "estudar a legislação civil, política e social da mulher na América, apresentando um informe as Conferências e enumerando os problemas que julgavam ser tratados"[26].

Segundo Towns (2010), a delegada escolhida estaria representando os interesses do movimento feminista e estaria, de certo modo, sendo portadora dos interesses do seu Estado Nacional. Assim, a autora afirma que durante alguns anos, principalmente durante o mandato da presidenta Doris Stevens, a CIM era uma organização mais autônoma e não seguia, obrigatoriamente, as intenções do governo norte-americano, inclusive, fazendo com que o Presidente dos EUA, T. Roosevelt, tentasse fechar a CIM.

[24] Boletim da Comissão Interamericana de Mulheres, vol.1, nº 2, julho de 1943, p.15. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/502
[25] Tradução própria.
[26] Boletim da Comissão Interamericana de Mulheres, vol.1, nº 2, julho de 1943, p.15. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/502

Como não conseguiu, ainda houve tentativas de destituir Stevens do cargo. Anos mais tarde, esse caráter autônomo mudaria com a nomeação de Ana Rosa de Martínez Guerrero para a presidência da Comissão, fazendo com que a organização ficasse mais associada aos interesses norte-americanos.

Essa alteração seria sentida pelas ativistas que atuavam na CIM, principalmente, as latino-americanas que era numericamente mais presente. Isso promoveu uma antipatia e uma hostilidade entre as feministas, uma vez que as líderes da América Latina perceberam as intenções imperialistas e as tentativas hegemônicas dos EUA e de suas representantes (GIMÉNEZ, 2019).

Dessa forma, é extremamente necessário entendermos que apesar da importância da criação da CIM, e a influência que a organização teve na mobilização internacional em prol dos direitos das mulheres na América, desde seu início, existiu momentos tensos nos bastidores e dificuldades no dia a dia. Ou seja, eram relações complexas em que todas as ativistas se posicionavam com maestria. Logo, não podemos concluir que houve uma dominação das norte-americanas.

Dado isso, voltando a discussão sobre a nomeação das delegadas, é importante ressaltar que uma boa parte dos países do continente não indicaram uma representante para atuar na Comissão, na verdade, a maioria sequer respondeu aos pedidos da União Pan-americana e da CIM.

Como os cargos eram honorários, a nomeação das representantes dependia da boa vontade de cada governo. Nesse aspecto, Giménez (2019, p.118) destaca que das 21 repúblicas que constituíam a UPA, somente 7 enviaram delegadas para a primeira reunião da Comissão Interamericana de Mulheres em 1930 – o Brasil não enviou nenhuma representante.

Além disso, a autora comenta que um número considerável de líderes feministas não conseguia fazer parte da CIM e nem participar das conferências por não terem condições econômicas o suficiente para realizar as viagens a Washington e nem para se manterem em cargos que não apresentavam algum tipo de remuneração. Inclusive, "é por esta razão que muitas das membras iniciais da organização não eram necessariamente militantes feministas em seus países, mas esposas de representantes diplomáticos" (GIMÉNEZ, 2019, p.118).

A Comissão não conseguia auxiliar financeiramente as ativistas, porque a organização nunca recebeu ajuda financeira da União Pan-americana e nem dos países

da América. Levando isso em consideração, fica perceptível que as mulheres que conseguiam participar na organização eram privilegiadas economicamente, ou seja, provinham da elite de suas respectivas nações, algo que também permitia o acesso à educação e a formação.

Apesar desses infortúnios, a Comissão Interamericana de Mulheres foi estabelecida permanentemente durante a VIII Conferência Pan-americana realizada em Lima em 1938. Naquela reunião, também foi "aprovado a D*eclaração de Lima a favor dos Direitos da Mulher* que estipulava a necessidade dos países do continente a legislar em favor da igualdade dos direitos civis e políticos" (GIMÉNEZ, 2019, p.125).

A partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, a Comissão Interamericana de Mulheres começaria a ter uma maior atenção dos líderes diplomáticos, principalmente dos EUA que, por sinal, passaram a investir mais recursos na mobilização mútua entre as ativistas do continente. A adesão a luta pela emancipação feminina passou a ser recomenda pela União Pan-americana e pelo governo norte-americano como um caminho necessário para combater o nazifascismo e o comunismo, assim, fortalecendo a democracia na América como um todo.

A justificativa utilizada era que a tendência retroativa que acometia as nações europeias, retirando a liberdade e negando a igualdade e os direitos aos homens e as mulheres, deveria ser evitada a todo custo em um continente que preza pelo progresso democrático, tanto que já estava comprometido com a promoção pelo sufrágio feminino.

Logo, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dois novos compromissos foram acrescentados a agenda de discussão da União Pan-americana e da Comissão Interamericana de Mulheres: a luta contra o nazifascismo e a importância da paz. Após o ataque japonês a base militar norte-americana em Pearl Harbor, provocando a entrada dos Estados Unidos na guerra, o entusiasmo para estreitar e consolidar a relação entre os países do continente americano se intensificaria sob a justificativa de que era necessário unir esforços contra uma ideologia que ameaçava a democracia e a paz tanto na América quanto no mundo.

Segundo Towns (2010) e Marino (2014, 2019), nesse momento, as feministas compreenderam que era necessário intensificar ainda mais os laços solidários para poder alcançar dois objetivos fortemente ligados, a paz e a igualdade entre os sexos. Dessa forma, "a Comissão Interamericana de Mulheres ao pedir para a mulher todos os

direitos que como cidadã lhe correspondem, o faz pensando no triunfo da Democracia que trará ao mundo pós-guerra a realidade dos sonhos de paz e liberdade"[27].

Assim, a ênfase no papel das mulheres na manutenção da paz no continente (e até mesmo no mundo) tornaram-se mais frequentes. Tanto os diplomatas e os líderes políticos dos países na América quanto as próprias ativistas evidenciaram o pacifismo como uma característica da feminilidade, enquanto o sentimento belicista e agressivo seria inerente à figura masculina.

Marino (2014, p.76 e 77) destaca que a própria Bertha Lutz, em cartas trocadas com a sufragista norte-americana Mary Wilhelmine Williams, pontuou que compreendia a noção de "cidadania feminina" de acordo com o papel da mulher enquanto pacifista, ou seja, de que a adoção dos direitos das mulheres seria um passo importante no estabelecimento da harmonia mundial, pois o instinto maternal da mulher, amante da paz e inimigo do militarismo, ao adentrar a esfera política nacional e internacional, possibilitaria o compromisso simultâneo com a igualdade, com a democracia e com a paz, assim, sendo um contraponto as ações violentas masculinas e ao nazifascismo, percebido com uma ideologia e uma forma de governo que levava ao ápice a negação da liberdade.

Nesse aspecto, o vínculo entre o pacifismo e as reivindicações pela emancipação feminina, fez com que as ativistas intensificassem a sua mobilização na esfera internacional. Giménez (2019, p.129) pontua que as feministas utilizaram as redes de contato cooperacional estabelecidas pela Comissão Interamericana de Mulheres para reforçar e chamar as mulheres da América a se unirem para lutar simultaneamente pela manutenção da paz no continente e no mundo e pela conquista dos direitos femininos.

Isso fica visível ao observarmos a *Ata final da III Assembleia Anual da Comissão Interamericana de Mulheres*, 12/1942**,** no qual é destacado a importância da solidariedade pan-americana entre as mulheres como um dos tópicos centrais de discussão e atuação da organização em prol da luta pela democracia no continente:

> Considerando que as mulheres de diferentes países têm provado com seus trabalhos que podem ser um vínculo essencial para proporcionar este entendimento, a CIM resolve fazer um chamado a todas as mulheres do Continente a fim de que sigam trabalhando dentro de seus países, para formar um ambiente propício que facilite a aproximação necessária para chegar a formar uma América democrática, unida e consciente[28].

[27] Boletim da Comissão Interamericana de Mulheres, vol.1, nº 2, julho de 1943, p.15. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/502

[28] Boletim Informativo nº6, Ata final da III Assembleia Anual da Comissão Interamericana de Mulheres, 12/1942, tópico 12, p. 11-12. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/469

Nesse mesmo Boletim Informativo, também é publicado o plano de trabalho que deverá ser realizado até o próximo encontro anual, neste caso, em 1943. Nessa parte, mais uma vez é frisado a necessidade de as ativistas atuarem auxiliando seus respectivos governos, para além de suas atividades de interesse próprios (direitos das mulheres):

> 1. Cada delegada deverá apoiar em seu país todo movimento tendente a reforçar os ideais democráticos que tragam resultados a união do Continente Americano;
>
> 2. Cada delegada cooperará com a organização da Defesa Civil em seu país e em demais atividades relacionadas com a situação de emergência que atravessa o Continente[29].

Logo, fica claro a influência que a CIM exerceu, nesse momento, na união de demandas intergovernamentais e feministas. O próprio Diretor da União Pan-Americana, Dr. L. S. Rowe, afirmou durante a III Assembleia Anual da Comissão, em 1942, que

> Se o trabalho da Comissão Interamericana de Mulheres tem sido importante novo e mais profundo com o desenvolvimento de uma luta tão importante para as nações da América. No campo de batalha, ou mesmo que no lar, o conflito avassalador que hoje nos envolve, exige das mulheres sacrifícios cada vez mais heroicos, mas ao mesmo tempo coloca a mulher em uma posição mais notável e de maior influência na estrutura social e na vida econômica das nações[30].

Nessa mesma reunião, a representante do Brasil, Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, também apresentou algumas propostas que julgava ser desenvolvidas pela CIM:

> II. A Comissão Interamericana de Mulheres solicita urgentemente às mulheres das nações beligerantes a se comprometerem a empregar todos os seus esforços para que seus países continuem a guerra contra o eixo até a vitória final e o estabelecimento da paz numa base de justiça social e de amizade internacional;
>
> XI. A C.I.M chama a atenção para o fato de que homens e mulheres têm direitos a uma igual responsabilidade no Governo Nacional e Internacional para que as duas metades da humanidade possam ajudar a criação e gozar do reino da justiça e da boa vontade sobre a terra;
>
> XII. A C.I.M dirige um apelo a todos os grupos de mulheres organizados no mundo, para que peçam urgentemente à conferência de paz ou à reunião de pessoas encarregadas de restabelecer a ordem depois da conquista da paz, que haja uma mulher delega de cada país representado por delegações nesta Assembleia;

[29] Boletim Informativo nº6, Ata final da III Assembleia Anual da Comissão Interamericana de Mulheres, 12/1942, p.13. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/469

[30] ROWE, L. S. *Discurso*, 1942. Tradução própria. Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/470

> XIII. As mulheres reunidas na C.I.M se declaram pela Democracia e aceitam a carta do Atlântico como declaração de princípio[31].

Portanto, fica perceptível que "o pacifismo dessa organização estava enquadrado dentro de uma visão claramente pan-americana, já que suas integrantes consideravam que deveriam se relacionar com as mulheres do continente americano, uma vez tinham muito em comum" (GIMÉNEZ, 2019, p.127).

Em vista do exposto, as feministas durante a primeira metade do século XX buscaram, constantemente, traçar diferentes meios de mobilização em prol dos seus próprios interesses. Nesse aspecto, a arena internacional foi percebida como um espaço propício para conquistar legitimidade e eficácia política, e assim, influenciar a ordem política de seus respectivos países a adotarem os direitos das mulheres. Segundo Giménez (2019, p.129 e 130), esse era o raciocínio estratégico das feministas naquele contexto histórico.

Nesse aspecto, a autora afirma que "analisar os movimentos feministas do continente americano requer o abandono dos referenciais analíticos nacionais até então utilizados", devendo "aderir as perspectivas transnacionais que permitam compreender melhor a forma como as organizações feministas conceberam suas lutas e estratégias políticas"[32] (GIMÉNEZ, 2019, p.130).

Considerações finais

De acordo com o que foi discutido ao longo do artigo, é importante entendermos que mesmo com a proposta de estabelecer uma cooperação pan-americana (internacional) entre as mulheres do continente como forma de unir esforços, compartilhar estratégias de atuação e definir compromissos em prol dos direitos das mulheres, não devemos perceber as ativistas enquanto um grupo homogêneo que possui uma agenda de discussão uniforme. Towns (2010) destaca que a nacionalidade e a origem e o contexto histórico de cada país da América interfere no cenário pan-americano e no movimento feminista, mesmo existindo algumas causas compartilhadas.

Nesse aspecto, Rupp (1998, p.538) argumenta que é possível construir denominadores comuns para permitir investigar a diversidade de ações e relações construídas pelas mulheres como outros atores e entre si, seja nacionalmente ou internacionalmente, contudo, isso deve vir acompanhado com a conceitualização de um

[31] Documento disponível no acervo da Anna Amélia: https://docvirt.com/docreader.net/aacm_mf/456
[32] Tradução própria.

feminismo que consiga ser abrangente o suficiente para abarcar uma vasta gama de atividades e pensamentos feministas ao redor do mundo. Do ponto de vista teórico-metodológico, os estudos de gênero ressaltam a importância de compreender a pluralidade da realidade social feminina no continente americano, porque isso permite que as pesquisas utilizem diferentes ângulos analíticos para estudar as atuações e as identidades múltiplas das mulheres.

Partindo dessa perspectiva, é necessário pontuar que o movimento feminista norte-americano - durante a primeira metade do século XX - apresentava ideias, objetivos e estratégias de ação divergentes das ativistas latino-americanas, fazendo com que tanto na arena pan-americana quanto nos eventos e nos bastidores da Comissão Interamericana de Mulheres houvesse conflitos entre as feministas. Além disso, Marino (2019) comenta que havia líderes feministas descontentes com a atuação da presidenta Doris Stevens, pois acreditavam que existiam pretensões e atitudes de superioridade das ativistas dos EUA. Inclusive, o próprio movimento feminista norte-americano também apresentava tensões e disputas.

Apesar disso, "relatar ao público masculino as divergências internas nos feminismos era impensável. Entretanto, a insistência no uso do singular assumiu, ao longo dos anos, a característica de autoilusão (...)". Por isso, é fundamental enfatizar a complexidade da dinâmica do internacionalismo feminista da primeira onda, uma vez que as propostas e a sua adesão eram negociadas entre ativistas (MARQUES, 2013, p.938).

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. *Prefácio*. In: LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo, Cultrix, 2019, p.19-25.

CARTER, Rodney G.S. *Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence*. Archivaria, [S.l.], p. 215-233, sep. 2006. ISSN 1923-6409. Available at: https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12541

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236p.

GIMÉNEZ, María Elvira Álvarez. *The transnational feminist movement in the Americas in the 1930s*. Ciencia Nueva, Revista de Historia y Política, vol. 3 Núm.1,

Enero-Junio de 2019, p.113-133. https://doi.org/10.22517/25392662.22661

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *A Cooperação Intelectual no fórum das Conferências Pan-Americanas.* Revista Memória em Rede, Pelotas, v.3, n.8, Jan./Jun.2013, p.1-14 – ISSN- 2177-4129

HEYMANN, Luciana e NEDEL, Letícia. *Apresentação*. In: HEYMANN, Luciana e NEDEL, Letícia. Pensar os arquivos: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.7-13.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019, 375p.

MARINO, Katherine M. *Transnational Pan-American Feminism: The Friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926–1944.* Journal of Women's History, vol. 26 no. 2, 2014, p. 63-87. Project MUSE, doi:10.1353/jowh.2014.0034.

_____. *Feminism for the Americas: the making of an international human rights movement*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2019, 368p.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevidéu, 1933*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 927-944, Dec.2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2013000300009&lng=en&nrm=iso . acesso on 13 Nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300009.

MILLER, Francesca. *The International Relations of Women of the Americas 1890-1928*." The Americas, vol. 43, no. 2, 1986, p. 171–182. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/1007437

MOSELEY, Eva. *Women in Archives: Documenting the History of Women in America.* The American Archivist, vol. 36, no. 2, p. 215–222, 1973.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do, OLIVEIRA, Eliane Braga de. *A representação da mulher nos arquivos*. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, ROMEIRO, Nathália Lima (Org.)**.** O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019, 263-284.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História. São Paulo, n. 18, p. 9-18, 1989.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, 520p.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. N.3, 1989, p. 3-15.

RUPP, Leila J. *Feminisms and Internationalism: A View from the Centre.* Gender & History, Vol.10 No.3, November 1998, p. 535–538. ISSN 0953–5233.

STAFF, Michelle. *Women's Rights on the World Stage: Feminism and*

Internationalism in the Life of Chrystal Macmillan (1872–1937). Journal of Women's History, vol. 32 no. 3, 2020, p. 38-63. Project MUSE, doi:10.1353/jowh.2020.0026.

TOWNS, Ann. *The Inter-American Commission of Women and Women's Suffrage, 1920-1945*. Journal of Latin American Studies, vol. 42, no. 4, 2010, pp. 779–807. JSTOR, www.jstor.org/stable/40984958

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018, 112p.

CONSERVAÇÃO E MEMÓRIA: O CONJUNTO DE FICHAS CADASTRAIS DE MORADORES DO CENTRO DE HABITAÇÃO PROVISÓRIA NOVA HOLANDA DO MUSEU DA MARÉ

Thamires Ribeiro
Ana Paula C. de Carvalho

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar ações desenvolvidas para a Conservação do "Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda", que serviram como registro de moradores removidos de favelas localizadas em áreas valorizadas da cidade para conjuntos habitacionais provisórios, geralmente distantes do Centro, o maior de todos foi construído na Maré, batizado de Nova Holanda, na década de 1960 durante o governo de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara que tinha como política a repressão e a erradicação das favelas. Estas fichas são parte integrante do Arquivo Dona Orosina Vieira, acervo institucional do Museu da Maré inaugurado em 2006, reconhecido por ser localizado em uma favela e criado a partir da iniciativa de seus moradores. Ele narra o surgimento do bairro Maré, território periférico localizado às margens da Baia de Guanabara, próximo ao campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As ações formuladas baseiam-se em conceitos de teóricos da área de Conservação-Restauração, tendo em mente a missão do Maré da Maré, de preservação e divulgação de seu acervo, valorizando as narrativas de seus moradores, que por muito tempo foram omitidas pelos discursos historiográficos dominantes e pelas organizações oficiais de memória. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa realizamos como procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, o registro fotográfico de seu estado atual, catalogação, um de seus exemplares foi selecionado para a realização de exame organoléptico, mapeamento de danos e também foi desenvolvida uma ficha de diagnóstico. As fichas foram contabilizadas em um total de 2915, um banco de dados foi criado visando o armazenamento de suas informações e a redução de sua manipulação e elaboramos um gráfico com as localidades que aparecem nelas com maior frequência.

Palavras-chave: Conservação, Memória, Museu da Maré.

Abstract: This article aims to presente actions developed for the conservation of the 'Set of Resident Registration Files of the Provisional Housing Center Nova Holanda'. The files serve a record of residents removed from slums (favelas) located in favored areas of the city and relocated to Provisional Housing which were generally distant from the Center. The largest Provisional Housing of all, named Nova Holanda, was built in Maré in the 1960s during the government of Carlos Lacerda, governor of the State of Guanabara, whose policy was to suppress and eradicate favelas. These files are part of the Dona Orosina Vieira Archive, institutional archive of Museum of Maré (Museu da Maré), inaugurated in 2006, which is recognized for being a Museum inside of a favela and created in self-initiative by its own residentes. It narrates the emergence of the neighborhood of Maré, which is a peripheral territory located on the banks of Guanabara Bay and close to the campus of the Federal University of Rio de Janeiro. The formulated actions are based on concepts of the conservation and restoration research área. Furthermore, they bear in mind the Museum's missiono of preserving and disseminating its collection and valuing the narratives of its residents, who for a long time were omitted by dominant historiographic discourses and official memory organizations. In order to archieve the proposed research objectives, we carried out the following methodological procedures: realization of the bibliographic survey on the subject matter, taking a photographic record of files current state, catalogization, carrying out an organoleptic examination of one selected specimen, mapping damage and developing a diagnostic sheet. In total, 2915 sheets were

recorded and a database was created in aim to store their information and to reduce their manipulation. Finally, we created a graph with the locations that appear on them most frequently.

.

Keywords: Conservation, Museum of Maré, Memory.

1 Da Maré ao Museu: lugar de memória

A Maré foi instituída como bairro pela Lei Municipal n°2.119 de 19 de janeiro de 1994, sendo composta por 15 localidades[33], onde de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reside uma população de aproximadamente 130 mil pessoas. Território periférico, a região localiza-se às margens da Baia de Guanabara, próximo ao campus da UFRJ e está posicionada entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, importantes vias de circulação da cidade.

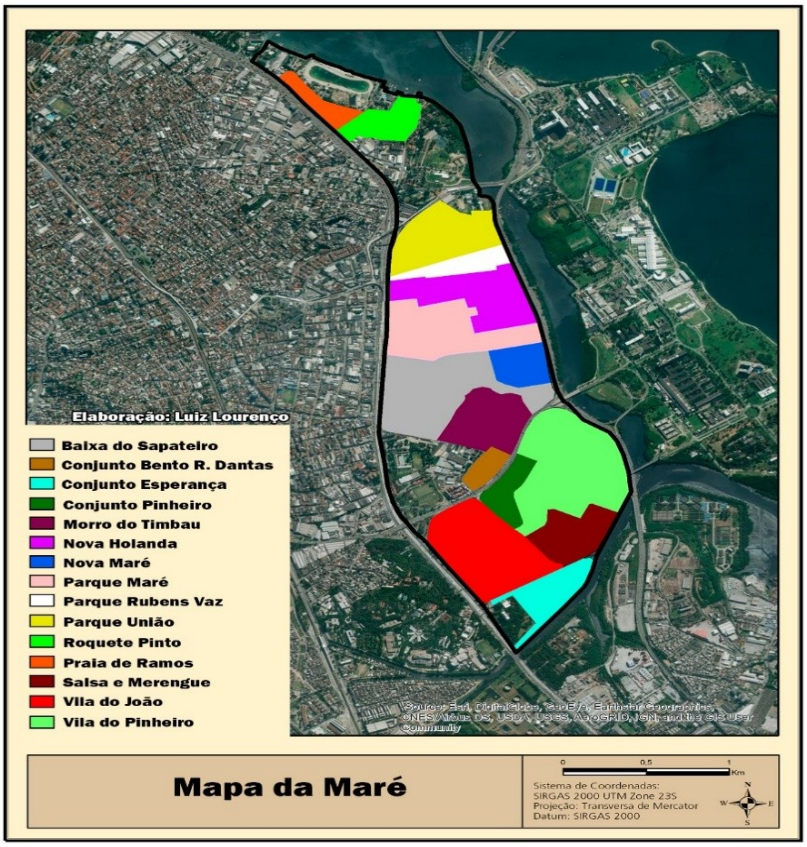


Figura 1 - Mapa de localidades da Maré. Fonte: (Lourenço, 2018, p.14).

A origem do nome Maré foi inspirada pelos mangues e praias que predominavam o local no passado. Sua ocupação teve início na década de 1940, com populações que migraram majoritariamente do interior de Minas Gerais e interior do estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1950 com o êxodo

[33] Sobre a criação do bairro da Maré ver: SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

rural ocorreu um aumento da migração proveniente das regiões Norte e Nordeste. Muitos desses migrantes foram trabalhar na construção da Avenida Brasil e não tinham condições socioeconômicas de arcar com habitações em áreas formais da cidade. Como consequência, eles passaram a ocupar áreas vizinhas da Avenida Brasil como a Maré. A região apresentava desvalorização imobiliária frente a outras áreas da cidade devido aos terrenos alagadiços. Mas, mesmo assim, acabou sendo ocupada devido as obras públicas de grandes dimensões como a criação da Cidade Universitária e as indústrias instaladas ao longo da via (VIEIRA, 2006).

Inaugurado no dia 8 de maio de 2006, o Museu da Maré localiza-se na Avenida Guilherme Maxwell, 26 – Maré, Rio de Janeiro, estabelecido em um antigo galpão da indústria naval, inicialmente cedido em comodato[34] pela Companhia Libra de Navegação à instituição gestora do Museu.

Figura 2 - Fachada do Museu da Maré. (Autora, 2019).

A criação do Museu da Maré foi fruto do desenvolvimento de ações anteriores, responsáveis por fornecerem as bases necessárias para o seu surgimento. Em 1997 foi

[34] Em maio de 2019 ao completar 13 anos, o Museu da Maré recebeu a posse definitiva do imóvel.

fundado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – (CEASM)[35], organização não-governamental (ONG), localizada no endereço Praça dos Caetés, 7 – Maré, Rio de Janeiro, sendo a instituição criada por moradores da Maré. Como consequência do empenho no trabalho de memória, surge a Rede Memória da Maré[36], que passa a exercer de modo institucional, inúmeros projetos visando a salvaguarda da história local. A partir do material produzido pelas pesquisas oriundas desses projetos, gerou-se um arquivo documental.

Em 2002, o arquivo documental criado pela Rede Memória da Maré é batizado com o nome de Dona Orosina Viera, mulher negra, migrante e viúva, considerada a moradora mais antiga da região.

Em 2003, a Companhia Libra de Navegação - proprietária do antigo galpão - cedeu o imóvel em comodato para o CEASM, que decidiu criar ali a Casa de Cultura da Maré. Pouco tempo depois, em 2005, com fundos provenientes do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura[37] e o suporte técnico do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, teve início a construção do museu, que foi inaugurado no ano seguinte.

A Rede Memória da Maré, que funcionava no Morro do Timbau, foi transferida para o espaço da Casa de Cultura da Maré, juntamente com o Arquivo Dona Orosina Vieira. Em pouco tempo, as pessoas passaram a se referir a esse espaço como Museu e, em menos de um ano, a Casa de Cultura da Maré e a Rede Memória da Maré "desapareceram", dando lugar ao Museu da Maré com sua exposição de longa duração, seus projetos e seu arquivo institucional, o Arquivo Dona Orosina Vieira.

O Museu da Maré abrange diversos eixos de atuação que possuem como ponto central a exposição de longa duração, mas que se desdobram em outras atividades como a organização de acervo documental, a realização de pesquisa em história oral e o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas.

[35] Projeto responsável pela criação do primeiro pré-vestibular comunitário do bairro Maré.

[36] Em 2005 a Rede Memória recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), este prêmio é conferido a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de *salvaguarda de bens de natureza imaterial*.

[37] O CEASM participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Em 2004, o CEASM foi selecionado com o projeto intitulado "Museu da Maré", que passou a existir na Casa de Cultura da Maré, a partir de 2006.

Figura 3 – Tempo da água da exposição de longa duração do Museu da Maré. (ADOV, 2007).

Ele tornou-se uma das principais fontes de estudos sobre a memória e a história das favelas colaborando no combate a ignorância e o estigma que permeiam este tema. Chagas e Abreu (2007) descrevem de que modo ele alcança este objetivo através de sua atuação:

> A experiência do Museu como ferramenta de comunicação e trabalho contribui para a luta contra o preconceito em relação aos museus – tradicionalmente considerados como dispositivos de interesse exclusivo das elites econômicas – e também em relação às favelas – comumente tratadas como lugares de violência, de barbárie, de miséria e de desumanidade (CHAGAS; ABREU, 2007, p. 4).

O acervo do Arquivo Dona Orosina Vieira é formado por uma diversidade de materiais como: fotografias, publicações, fitas de vídeo e áudio, jornais, mapas e outros documentos textuais. Dentre eles encontra-se o nosso objeto de estudo o Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda.

2 As fichas cadastrais desenvolvidas pela Fundação Leão XIII: Contexto Histórico

As fichas cadastrais datam da década de 1970, geradas a partir de atividades desenvolvidas pela Fundação Leão XIII (FLXIII), responsável por prestar atendimento aos favelados da cidade do Rio de Janeiro. Chamamos atenção para a necessidade de

falar sobre tal entidade, pois, sua origem e relação com as favelas são fundamentais na compreensão do surgimento das fichas pesquisadas no presente artigo.

A FLXIII é criada através do Decreto presidencial n.º 22.498, em 22 de janeiro de 1947, sendo uma entidade privada, ligada à Diocese do Rio de Janeiro, por meio de um vínculo estabelecido entre o Cardeal D. Jaime Câmara e o prefeito da época Hildebrando de Góis. Silva (2006) descreve a articulação estabelecida entre Igreja e Estado, responsáveis pela origem da entidade:

> A própria forma de constituição da Fundação demonstrava um certo hibridismo, situado entre o público e o privado, o laico e o religioso. Com isso, o governo acabou não desenvolvendo efetivamente políticas para as favelas, delegando à Fundação essa função que, revestida de um caráter filantrópico, foi marcada pelas concepções conservadoras hegemônicas naquele momento (SILVA, 2006, p.73).

Em 1948 a atuação da FLXIII recebe um apoio significativo através da *Batalha do Rio,* uma campanha encabeçada pelo jornalista Carlos Lacerda, vereador pela União Democrática Nacional (UDN) e grande opositor do Governo Dutra e da gestão de Mendes de Moraes. Com uma série de artigos de sua autoria publicados no jornal Correio da Manhã, Lacerda alcança grande repercussão ao tratar da questão da favela.

Em um desses artigos, Lacerda responde a críticas que recebeu do Partido Comunista Brasileiro, que se opôs a Batalha do Rio por considerar que ela servia para encobrir a expulsão dos favelados para o campo, nele ficam aparentes quais as funções que Lacerda acreditava que os favelados deveriam desempenhar na cidade:

> Erram aqueles que pensam que o problema se resolveria pela "expulsão" dos favelados, pela sua remoção para locais distantes do lugar em que trabalham os membros da família etc. Inicialmente o que há a fazer é muito menos – e, ao mesmo tempo, muito mais. Muito menos, porque não seria preciso gastar muito nem perder tanto tempo em comissões e subcomissões que acabam sempre pelo inevitável "relatório" propondo medidas que uma vez anunciadas na imprensa, ficam no papel [...] Ao mesmo tempo é muito mais, porque não visa apenas remover a feitura de casebres que mancham a cidade, nem mesmo apenas enquadrar os favelados rigidamente, como se fossem todos uma categoria única de indesejáveis, uma casta de intocáveis que é preciso afugentar da cidade. (*No dia em que fossem todos, para o campo, cadê cozinheiras, lavadeiras, mata-mosquitos, condutores, operários da Prefeitura, a gente infinitamente variada, infinitamente útil, que mora nas*

> *favelas?*)[38]. (LACERDA, Carlos. Jornal Correio da Manhã, 21 de maio de 1948. Seção Tribuna da Imprensa, p.2, grifo nosso).

De seu início até meados da década de 1950, nota-se um aumento gradual das atribuições burocráticas encarregadas à FLXIII pelo Estado, deixando em segundo plano seu papel de mobilizar a população favelada, para representar a burocracia estatal dentro dos morros (VALLA, 1986).

Em 1956 foi criado o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), com o intuito de coordenar vários órgãos municipais e minimizar a falta de comunicação entre eles, foram integrados diversos órgãos dentre eles a FLXIII (LEEDS; LEDDS, 1978).

Foi justamente quando o Rio de Janeiro passou de Capital Federal à Estado da Guanabara que o SERFHA se tornou parte da Coordenação de Serviço Sociais do Estado, chefiado por José Arthur Rios[39] nomeado por Carlos Lacerda, isto deu ao SERFHA autonomia, pois, permitiu que o órgão colocasse em prática sua própria proposta, que baseou-se na vasta pesquisa da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais (SAGMACS)[40] do qual Rios era membro.

O modo como Rios conduziu a urbanização das favelas divergia dos interesses imobiliários, Leeds e Leeds (1978) alegam que o desacordo se deu pelas seguintes razões: não tomar a terra ocupada por favelas instaladas em locais valorizados da cidade

[38] LACERDA, Carlos. *O Partido Comunista e a Batalha do rio de Janeiro.* Jornal Correio da Manhã. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=1948. Acesso em 15 de abril de 2019.

[39] José Arthur Rios (1921-2017) foi um importante cientista social que fez parte da primeira turma do curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi um dos primeiros sociólogos a fazer mestrado nos Estados Unidos no ano de 1947. Coordenou uma pesquisa pioneira sobre favelas realizada no Rio de Janeiro sob orientação do Padre Lebret e publicada em O Estado de São Paulo em 13 e 15 de abril de 1960. Atuou na coordenação de Serviço Social do governo Carlos Lacerda.

[40] SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais) é um extenso relatório que trata sobre as favelas cariocas, trabalho pioneiro sobre esse tema, elaborado em 1958 por José Artur Rios e publicado em 1960 no O Estado de São Paulo. Carlos Lacerda, em outubro do mesmo ano publica o relatório em seu jornal, A Tribuna da Imprensa e a partir daí convence Rios a entrar para a política e posteriormente nomeia-o para a Coordenação de Serviços Sociais, assim que Lacerda assume o Governo do recém-criado Estado da Guanabara. (LEEDS E LEEDS, op. cit., p.199 e Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p.67).

para fins mais rentáveis e pela lógica do mutirão impossibilitar o pedido de grandes empréstimos às agências internacionais de fomento.

Em maio de 1962, o SERFHA tem suas funções subitamente interrompidas, quando Carlos Lacerda despede Arthur Rios, extingue o órgão e cria pouco tempo depois a Secretaria de Serviços Sociais (SSS) e indica Sandra Cavalcanti para o cargo de chefia. Essas mudanças indicam o término de uma fase de comunicação relativamente aberta entre as favelas e o Governo (LEEDS; LEEDS, 1978).

Outra decisão relevante tomada durante este ano (1962), resultado de manobras políticas praticadas por Lacerda, foi a incorporação definitiva da FLXIII ao Estado. O que levou Lacerda a fazer isso, foi o seu interesse pela natureza ambígua do órgão capaz de representar o Estado enquanto recebia capital estrangeiro (LEEDS; LEEDS, 1978).

Posteriormente, a FLXIII foi absorvida pela Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), subordinada da SSS. A COHAB era a autoridade nas construções de baixo custo e foi criada com o intuito de prestar assistência às favelas com o auxílio da FLXIII.

Esse foi um período de total reestruturação dos serviços sociais do Estado, a partir dessas alterações a prioridade na política de habitação passou a ser a erradicação das favelas, em que se promovia a construção de conjuntos habitacionais e se adotava as remoções como prática, eximindo os custos com políticas públicas nas favelas e dando foco às periferias que receberiam os favelados. Aqueles mandados para as novas habitações nos conjuntos teriam que pagar prestações mensais à COHAB. Os que não tinham condições financeiras para tal, eram enviados para Centros de Habitação Provisória (CHP), o maior de todos foi construído na Maré, intitulado de Nova Holanda.

3 A Nova Holanda: entre o provisório e o permanente

A Nova Holanda foi erguida sobre uma vasta região de aterro e a execução de seu projeto foi dividida em duas partes. Silva (2006) descreve de que modo se isto deu:

> Nos anos de 1962 e 1963 foi construído o primeiro setor do CHP, formado por 981 casas de madeira, construídas em lotes de 5 x 10 m. O segundo setor, construído no último ano de governo de Carlos Lacerda, era composto por 228 vagões de madeira, divididos em unidades, de dois pavimentos cada um: no primeiro pavimento havia sala, cozinha e banheiro; e no segundo havia dois quartos (SILVA, 2006, p.92).

Figura 4 - Chegada dos primeiros moradores à Nova Holanda em 1962.

Fonte: (ADOV 1962).

Com gente sendo trazida de várias favelas da cidade e inseridas provisoriamente em habitações precárias, a Nova Holanda se tornou um depósito de pessoas removidas. O depoimento de um dos moradores, presente no trabalho de Vieira (2008) sobre as memórias do bairro Maré resume bem essa situação:

> Em 64 foi fundada a Nova Holanda, na época do Lacerda, Lacerda era governador e ele queria acabar com a favela, fazia de tudo para acabar com a favela, então tinha ali o Morro do Pasmado na entrada de Copacabana, saia do túnel você via logo a entrada do Morro era uma favela ali e ele resolveu acabar com aquela favela e fez aquele conjunto da Vila Kennedy, botou metade do pessoal pra lá, depois fez Cidade de Deus, ai ele queria acabar com aquela outra favela que tinha ali no esqueleto, ali onde é hoje aquele trevo do maracanã, com a entrada da 28 de Setembro, ali era outra favela bem grande, hoje é o campus da UERJ, ai ele fez Nova Holanda, aterrou aquilo ali, fez as casas todas de madeira, todas em ruas e botou metade do pessoal pra morar ali, mas ali seria uma passagem até ele terminar Cidade de Deus que era pra botar o pessoal pra lá, então, Nova Holanda seria uma cidade dormitório, cada favela que ele ia tirando, jogava pra ali até construir casas, mas é que o pessoal foi ficando e não saíram mais... (VIEIRA, 2008, p.174).

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos moradores em decorrência das políticas de remoção, a mudança para lugares distantes acarretou no aumento da distância dos empregos e na consequente perda destes em muitos casos, escassez de transporte, fim de rendas extras (como os biscates realizados para as classes mais altas da zona sul), rompimento dos vínculos de vizinhança, desestruturação das famílias e o crescimento de suas despesas (SILVA, 2006).

A FLXIII exercia um rígido controle sobre a população da Nova Holanda, os moradores não tinham permissão para efetuar nenhum tipo de melhorias em suas casas, sob a justificativa da provisoriedade das habitações. Essa postura assumida pela entidade corroborou para a precariedade do conjunto, que teve sua condição agravada por moradores de localidades vizinhas que, sem os serviços básicos, realizavam ligações clandestinas na rede de abastecimento de água e energia elétrica.

A implantação dessa política de habitação, de forma não intencional, acabou por criar a favela "oficial", pois essa situação com o passar dos anos provocou a degradação dos materiais utilizados na construção do Centro de Habitação Provisória, que se tornou cada vez mais similar aos barracos comuns das favelas. Arthur Rios, autor do projeto dos Centro de Habitação Provisória, comenta sobre este processo:

> Eu sou o autor intelectual do Projeto Nova Holanda, ali naquele antigo pantanal na avenida Brasil - o Lacerda achava muita graça no nome: Nova Holanda. Ali havia umas palafitas, que mandamos destruir e construímos umas casas de madeira para servirem de moradia provisória para favelados que tivessem que ser removidos por uma razão ou outra. Posteriormente, a ocupação passou a ser permanente, e a área voltou a ser uma favela (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p.70)

Foi deste modo que a Nova Holanda se tornou fundamental no processo de consolidação da Maré, pois as primeiras localidades apesar de pertencerem a mesma região, progrediram de maneira autônoma, reconhecidas por serem destacadas uma das outras. Esse cenário passa a mudar quando o governo Lacerda estabelece uma nova forma de ocupação do espaço, através da construção da Centro de Habitação Provisória, pois as localidades do entorno começam a tirar proveito do sistema de abastecimento de água e energia elétrica instalados, o que incentivou o crescimento e o contato entre elas.

4 Os conceitos de patrimônio e memória

Diversas mudanças nos campos políticos, históricos e culturais contribuíram de modo decisivo na ampliação do conceito de patrimônio, o que provocou um aumento no número de objetos a serem preservados e consequentemente na variedade de seus suportes.

Grynszpan e Pandolfi (2007) descrevem que houve uma mudança gradual da ideia de nação ao passar dos anos, da noção de identidade nacional homogênea que imperou durante o século XIX, a uma outra que dá destaque à pluralidade cultural. Ao invés de

essências, as identidades vão sendo gradualmente consideradas como construções, o que acarretou na inserção das memórias nacionais grupos até então ausentes, percebidos de maneira pejorativa ou considerados menos relevantes. Desse modo, suas memórias passam a ser reconhecidas. E como reflexo dessas mudanças políticas os autores afirmam que: "A própria noção de patrimônio histórico e cultural nacional se altera para contemplar práticas, espaços, objetos relacionados a esses grupos" (GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2007, p. 68).

Neste artigo, além da definição de patrimônio, abordaremos também o conceito de memória. Ao refletirmos sobre este tema, somos imediatamente remetidos à ideia de passado, tanto em fatos coletivos quanto experiências pessoais. Pollak (1992) estabelece um paralelo entre ambas esferas (individual e coletiva):

> A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 1920, 1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

E prossegue:

> Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Nora (1993) problematiza a memória ao declarar que de certo modo ela não existe mais, pois, deixou de ser vivida no interior dos indivíduos para assumir contornos externos. A percepção de rompimento com o passado, fato característico de nossa história atual, fez surgir um interesse pelos lugares onde a memória se fixa e se abriga. Desse modo, instituíram-se "locais de memória", por que não há mais "meios de memória". Ao deixar de ser atividade subjetiva, a memória adquire formas físicas: museus, arquivos, cemitérios, coleções, monumentos... O autor considera que os lugares de memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais.

Mais uma vez utilizamos Pollak (1992), agora para nos auxiliar na compreensão da intimidade existente na relação entre memória e identidade a partir do seguinte trecho:

> Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Novamente recorremos à Pollak (1989, p.7) que define a memória como: "(...) operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar". E acrescenta:

> [A memória] (...) se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 7).

Frente à dificuldade em manter o equilíbrio e a coesão entre os diversos grupos sociais, devido ao fato deles também serem distintos, verificamos o Museu da Maré e seu arquivo institucional o Arquivo Dona Orosina Vieira como locais de disputa para manter a coesão entre os vários componentes de nossa sociedade.

Em espaços como as favelas – reconhecidas pela insuficiência de políticas públicas - é fundamental assegurar que sua população seja contemplada por iniciativas comprometidas com a preservação da memória local, contribuindo deste modo para a formação do seu sentimento de identidade. Grynszpan e Pandolfi (2007) compreendem que a releitura ou a incorporação de grupos minoritários na memória nacional não ocorre de modo passivo. A luta travada por essas minorias pelo reconhecimento de suas memórias resulta em transformações que impactam em inúmeros aspectos, dentre eles na obtenção de direitos:

> Apresentando-se no espaço público, rompendo com a invisibilidade ou impondo uma nova representação de si mesmos, buscam esses grupos o seu reconhecimento social, cultural, político e jurídico, o que também implica auferir vantagens correlativas, expressas em direitos. Expandem-se, por essa via, os limites da cidadania, incorporando-se direitos, incluindo o da memória (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p. 68-69).

O Museu da Maré juntamente com o Arquivo Dona Orosina Vieira, como iniciativas de memória trazem a público a história de surgimento do local, fortalecem o sentimento de identidade dos moradores com o espaço e a partir disto, tornam-se agentes na luta contra o imaginário negativo sobre as favelas. Grynszpan e Pandolfi (2007) conseguem resumir de modo satisfatório sua atuação:

> Para boa parte dos responsáveis por iniciativas de memórias, segundo seus objetivos manifestos, o que com elas se pretende é fundamentalmente romper com uma série de representações negativas frequentemente associadas às favelas, recorrendo para tanto à lembrança de práticas culturais tradicionais identificadas com as origens étnicas e regionais dos moradores, e à rememoração de um passado de trabalho, de solidariedade, de cooperação, de participação, de luta, e mobilização contra as adversidades, contra as ameaças de remoção, em prol de condições mais dignas de existência, enfim, de luta pela cidadania. As representações com que se quer romper são aquelas segundo as quais as favelas se caracterizam, entre outros aspectos, pela desordem, pela rejeição de valores morais, pela ausência de cultura, pela incivilidade, pela propensão à violência, hoje associada sobretudo ao tráfico de drogas. Segundo essas representações, as favelas seriam o espaço da barbárie, por oposição à civilização identificada com a cidade formal. Assim percebidas, elas terminam sendo objeto de evitação, de segregação, o que se busca reverter por meio das memórias. (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p.78)

Ainda nas palavras de Grynszpan e Pandolfi (2007), desta vez sobre a profissionalização da memória nestas iniciativas os autores consideram que:

> Sua condução e sua continuidade dependem do desempenho de um conjunto de operações que exigem um grau considerável de especialização e que envolvem agentes fora e dentro das favelas. Essas tarefas vão desde, por exemplo, a captação de recursos e a divulgação até a formação dos acervos de memórias, *sua guarda e conservação*, sua catalogação e reprodução, entre outras tantas (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p. 76, grifo nosso).

Nesse sentido, dentre os agentes necessários para o auxílio e seguimento destas iniciativas de memória está o profissional conservador-restaurador.

4 Proposta para conservação das fichas

Segundo o boletim da Associação Brasileira de Conservadores – Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) destacamos que:

> O conservador-restaurador tem uma grande responsabilidade pelo tratamento executado em originais insubstituíveis, quase sempre únicos e de grande valor artístico, religioso, histórico, científico, cultural, social ou econômico. O valor de tais objetos reside nas características de sua fabricação, em seu testemunho direto enquanto documento histórico e, portanto, em sua autenticidade estes objetos "são a expressão significativa da vida espiritual,

> religiosa e artística do passado, muitas vezes documentos de uma situação histórica, sejam obras de destacada importância ou simplesmente objetos da vida cotidiana" (BOLETIM ABRACOR, 1988, p.13).

Para complementar a compreensão sobre as atribuições e a conduta deste profissional, recorremos ao "O código de ética do conservador – restaurador" que atesta:

> Aos cuidados desses profissionais são entregues bens culturais que constituem a herança material e cultural da sociedade. Por bens culturais entendemos aqueles objetos a que a sociedade atribui particular valor artístico, histórico, documental, estético, científico, espiritual ou religioso. A sociedade atribui ao conservador-restaurador o cuidado desses bens, o que exige grande senso de responsabilidade moral, além da responsabilidade em relação ao proprietário ou responsável legal, a seus colegas e a seus supervisores, à sua profissão, ao público e à posteridade. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2013, p.3)

Desse modo, o conservador-restaurador possuí um papel fundamental no processo de preservação do patrimônio em museus e arquivos e seus documentos resguardados nos lugares de memória.

Neste trabalho optamos pelo termo *Conservação, grafado com maiúscula,* para denominar a área de conhecimento, que inclui as outras especialidades que dela fazem parte: a *conservação*, a *restauração* e a *conservação preventiva*. Compreendemos que este é o termo mais apropriado para a salvaguarda dos bens culturais, que deve ser em sua essência, mais conservativa, optando-se pelos procedimentos que correspondem a restauração somente em casos muito específicos.

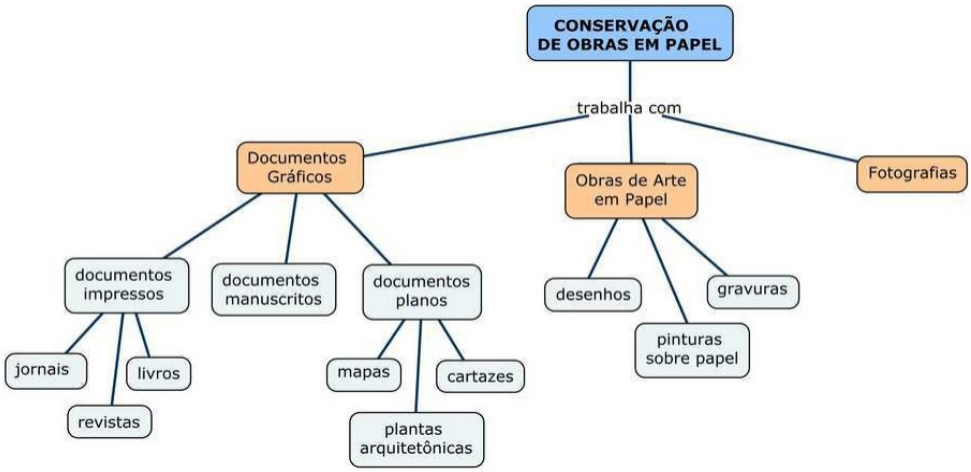
A Conservação possui um papel fundamental na preservação patrimonial em decorrência do fato de englobar todas as medidas que tenham por intuito proteger os bens culturais e por estar inserida nesta área, recorre a diversos campos de saber, que confluem para a salvaguarda desses bens em seus diversos aspectos. É uma disciplina relativamente recente, que no século XX devido as enormes destruições causadas pelas duas grandes guerras no patrimônio cultural europeu, adquiriu um maior desenvolvimento, onde teve reconhecido seu caráter interdisciplinar e científico (BOJANOSKI, 2018).

Abordaremos o processo de catalogação, que resultou no banco de dados contendo informações das fichas, visando reduzir a manipulação da ficha impressa (em suporte papel). Em outra etapa, apresentaremos o exame organoléptico e o mapeamento

de danos. Além da avaliação do estado de conservação/diagnóstico para nortear uma futura proposta de Conservação das fichas.

A Conservação de obras em papel, também denominada de Conservação de documentos gráficos é uma área complexa devido à enorme variedade de obras, materiais e tipologias de acervos que abrange. Utilizamos abaixo, o esquema elaborado por Bojanoski (2018) que sintetiza como a Conservação de obras em papel se ordena baseado nos materiais encontrados com mais frequência em arquivos, bibliotecas e museus, particularmente no âmbito das instituições brasileiras:

Figura 5 - Organograma com as tipologias mais frequentes na Conservação de papel no Brasil.



Fonte: (BOJANOSKI, 2018, P.78).

Ao observarmos o esquema elaborado por Bojanoski (2018) podemos constatar que o conjunto de fichas se enquadra no campo de documentos impressos possuindo partes manuscritas.

A maior parte das atividades que envolvem a conservação e a restauração de obras em papel, se dão em bibliotecas e arquivos resultando em algumas particularidades relevantes para a área, de acordo com Viñas (2010):

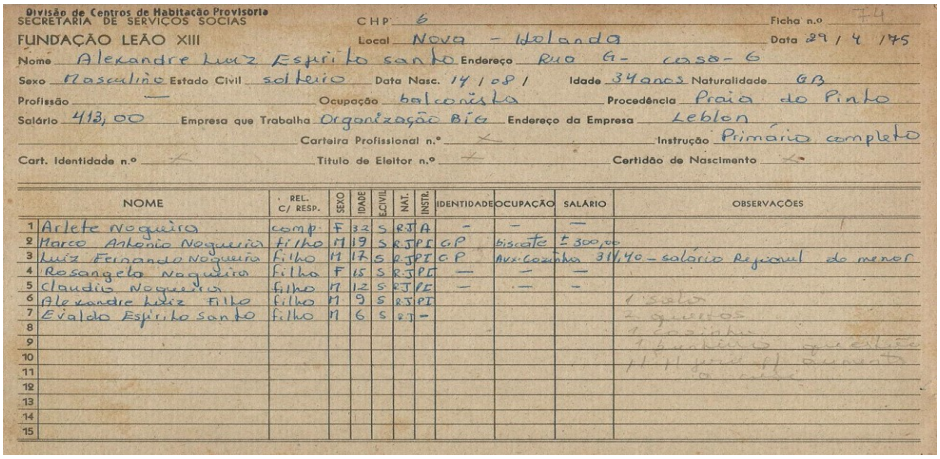
> Isto é interessante, porque quantitativamente a maior parte dos trabalhos de conservação e restauração de nosso campo se desenvolvem em centros nos quais o primordial não é a natureza artística do objeto, mas seu conteúdo. Quer dizer, o primordial não é a capacidade do objeto para produzir sensações de tipo estético, mas a informação que transmite. Isto é lógico se pensamos em que, efetivamente, os livros, os documentos, os periódicos, que encontram-se em bibliotecas, em arquivos ou em hemerotecas, se conservam

> como registros de informação, e não como objetos de disfrute visual.[41] (VIÑAS, 2010, p.21, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o autor constata que, que na prática, o intuito não é devolver aos objetos a sua aparência original através da restauração, mas conservar a informação que eles contêm, desse modo declara:

> Portanto, o restaurador deste campo na realidade restaura muito pouco, mas conserva muito. É, claramente, um conservador antes de ser restaurador. Seu trabalho, seu esforço, suas técnicas, estão fundamentalmente destinadas a evitar que a informação se perca. Como veremos, esta circunstância é crucial para entender muitos aspectos de seu trabalho[42] (VIÑAS, 2010, p. 22, tradução nossa).

A partir dessas informações, desenvolvemos ações que têm como prioridade a conservação das informações presentes no "Conjunto de fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré".


Divisão de Centros de Habitação Provisória
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
FUNDAÇÃO LEÃO XIII
CHP 6 Ficha n.º 74
Local Nova - Holanda Data 29 / 4 / 75
Nome Alexandre Luiz Espirito santo Endereço Rua G- casa- 6
Sexo Masculino Estado Civil solteiro Data Nasc. 14 / 08 / Idade 34 anos Naturalidade GB
Profissão — Ocupação balconista Procedência Praia do Pinto
Salário 413,00 Empresa que Trabalha Organização Bia Endereço da Empresa Leblon
Carteira Profissional n.º — Instrução Primário completo
Cart. Identidade n.º — Título de Eleitor n.º — Certidão de Nascimento —

	NOME	REL. C/ RESP.	SEXO	IDADE	E.CIVIL	NAT.	INSTR.	IDENTIDADE	OCUPAÇÃO	SALÁRIO	OBSERVAÇÕES
1	Arlete Nogueira	comp.	F	32	S	RJ	A	-	-	—	
2	Marco Antonio Nogueira	filho	M	19	S	RJ	PI	G.P	biscate	± 300,00	
3	Luiz Fernando Nogueira	filho	M	17	S	RJ	PI	G.P	Aux. Cozinha	311,40 - salário Regional do menor	
4	Rosangela Nogueira	filha	F	15	S	RJ	PI	—	—	—	
5	Claudio Nogueira	filho	M	12	S	RJ	PI	—	—	—	
6	Alexandre Luiz Filho	filho	M	9	S	RJ	PI				1 sofá
7	Evaldo Espirito santo	filho	M	6	S	RJ	-				2 quartos
8											1 cozinha
9											1 banheiro
10											1 quintal
11											
12											
13											
14											
15											

Gráfico 6 - Exemplar do conjunto de fichas cadastrais de moradores do centro de habitação provisória Nova Holanda. (ADOV, 2018).

5.1 Organização das fichas para preservação da informação

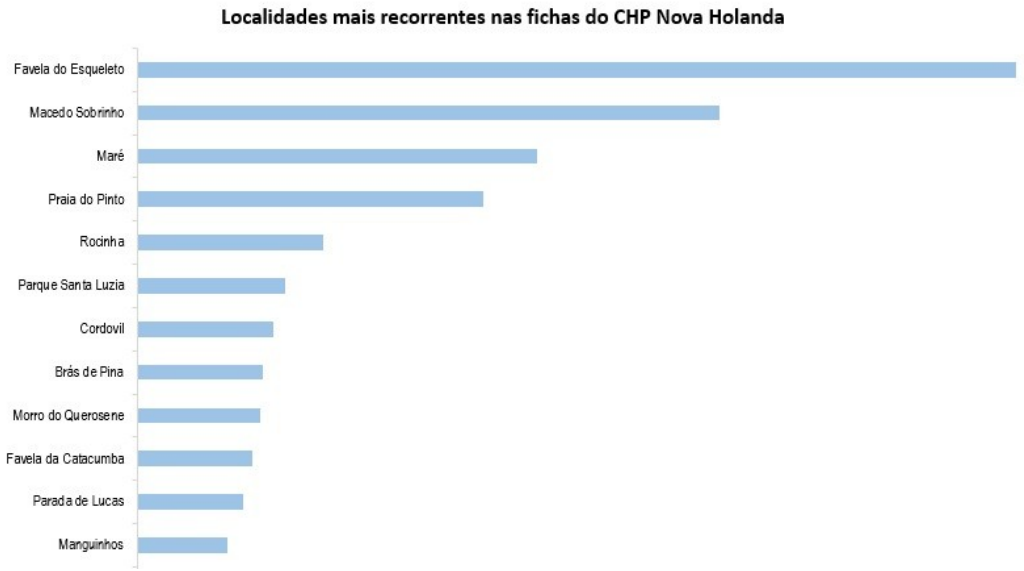
Nesta primeira etapa criamos um arquivo em Excel onde foram inseridos os dados principais dos moradores representados em cada uma das fichas, esta ação além de

[41] No texto original: *Esto es interesante, porque cuatitativamente la mayor parte de los trabajos de conservación y restauración de nuestro campo se desarollan en centros en los que lo primordial no es la naturaleza artística del objeto, sino su contenido. Es decir, lo primordial no es la capacidad del objeto para produzir sensaciones de tipo estético, sino la información que transmite. Esto es lógico si pensamos em que, efectivamente, los libros, los documentos, los periódicos, que se hallan en bibliotecas, en archivos o en hemerotecas, se conservan como registros de información, y no como objetos de disfrute visual.*

[42] No texto original: *Por ello, el restaurador de este campo en realidad restaura muy poco, pero conserva mucho. Es, con claridad, un conservador antes que un restaurador. Su trabajo, su esfuerzo, sus técnicas, están fundamentalmente destinadas a evitar que la información se pierda. Como veremos, esta circunstancia es crucial para entender muchos aspectos de su trabajo.*

facilitar o acesso à informação, também se constitui em uma importante ferramenta de conservação pois, reduz o manuseio das fichas.

Ao desenvolver esse arquivo respeitamos o arranjo[43] do conjunto das fichas mantendo a sua ordem original, que é a ordem alfabética. Após a realização do arquivo em Excel contendo os dados dos moradores contabilizamos um total de 2.915 fichas, a partir desta informação foi possível criar um gráfico com as localidades que aparecem com maior frequência nelas:



As ações desenvolvidas nesta primeira etapa possuem o intuito de facilitar e ampliar o acesso as informações presentes no conjunto de fichas.

5.2 Exame organoléptico e algumas ações norteadoras

As fichas possuem as dimensões de 16 cm de largura x 12 cm de altura, através do exame organoléptico, que consiste na utilização dos sentidos humanos para a análise das características dos materiais, como por exemplo: a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura etc, foi possível observar que as fichas possuem papel de poupa de madeira, notamos também o uso de grampos em uma quantidade significativa delas, algumas possuem papéis anexados.

[43] Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (Arquivo Nacional, 2005, p.37)

Sobre o acondicionamento atual do conjunto de fichas, elas encontram-se em uma caixa de poliondas[44] dentro do arquivo deslizante do Arquivo Dona Orosina Vieira.

Nos selecionamos um dos exemplares do conjunto de fichas para a realização de um mapa de danos. Constatamos que os danos levantados nesta ficha são comuns as outras das fichas do conjunto, mas para que futuramente todas elas tenham os seus danos particularmente registrados elaboramos uma ficha de diagnóstico[45]. Salientamos aqui o diagnóstico como uma etapa fundamental da metodologia de conservação e restauração pois, é a partir dele que serão determinadas as prioridades, práticas e tratamento que serão adotados para o "Conjunto de fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda".

Destacamos também a importância da digitalização do conjunto de fichas após a realização de seu tratamento, esse processo é utilizado pelos arquivos como uma estratégia de preservação, uma vez que seus acervos possuem características informacionais pressupõem-se que eles serão disponibilizados, sendo consultados e manipulados diretamente pelos usuários, a digitalização possibilita que duas ações almejadas por estas instituições se deem de maneira concomitante: a conservação de seus acervos e a ampliação de seu acesso, o que no caso deste trabalho significa a conservação deste conjunto de fichas juntamente à difusão da história do bairro Maré, um dos principais objetivos do Museu da Maré e de seu arquivo institucional o Arquivo Dona Orosina Vieira.

6 Considerações finais

Ao compreender a memória como fenômeno coletivo e social, podemos considerar o Museu da Maré e seu arquivo institucional o Arquivo Dona Orosina Vieira como "locais de memória" onde a memória é resgatada e utilizada como ferramenta para romper com o preconceito e estigma sofridos historicamente pelas favelas, enquanto fortalece o sentimento de identidade dos moradores da Maré.

[44] Material utilizado no acondicionamento de acervos arquivísticos e reservas técnicas de museus por suas características físicas favoráveis: resistência à água, umidade, calor e choques, por não permitir a formação de mofo ou outros corpos estranhos, também por não ser nocivo e nem prejudicial, ou seja, um material inócuo.

[45] Observação, análise e registro para identificar o estado de conservação de um acervo como um todo (conservação preventiva) ou de um objeto específico (conservação e restauração) (BOJANOSKI, 2018, p.16)

A condução e continuidade das iniciativas de memória requerem a execução de um conjunto de operações, dentre as quais o conservador restaurador se faz necessário para a preservação de seus acervos, o exercício das atividades deste profissional é baseado em parâmetros de teóricos da Conservação. O contentamento das pessoas que serão afetadas pelo seu trabalho no presente e no futuro é um fator determinante sobre as decisões que irá tomar.

Podemos constatar que as inúmeras mudanças no conceito de patrimônio ao longo dos anos implicaram em sua ampliação, acarretando na incorporação de novas tipologias de materiais incluindo o patrimônio documental em papel.

A Conservação do patrimônio documental é uma das etapas inseridas na política de preservação que abrange inúmeras outras ações com o intuito de prolongar o tempo de vida útil e permitir o acesso ao conteúdo informacional dos suportes que constituem os acervos dos espaços que detêm a sua guarda.

O acervo do Arquivo Dona Orosina Vieira é utilizado na manutenção da memória dos moradores da Maré, sendo assim, a preservação do "Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda", parte integrante deste acervo é fundamental para a consolidação e o prolongamento dessa função. Destacamos também a importância deste conjunto de fichas como fonte primária por sua quantidade considerável de informações tornando-o objeto de interesse para inúmeras áreas de conhecimento.

Através das informações reunidas neste trabalho e das ações desenvolvidas visando a sua conservação, demonstrou-se a relevância do Museu da Maré e seu arquivo institucional o Arquivo Dona Orosina Vieira como iniciativas engajadas na preservação da memória de seus moradores e a necessidade de se salvaguardar este conjunto de fichas, desse modo ratificamos a importância de se realizar futuramente o seu tratamento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em 06 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCADERNAÇÃO E RESTAURO. *Código de Ética do Conservador-Restaurador*. Disponível em: < http://aber.org.br/img/codigo_de_etica_2013.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

BOJANOSKI. Silvana de Fátima. *Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação.* Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018.

Boletim ABRACOR – ano VIII - N o 1- Julho de 1988. *O Conservador Restaurador: uma definição da profissão*. Comitê do ICOM para a restauração Grupo de Trabalho para a Formação em Conservação e Restauração, Paris,1984.

CHAGAS, Mário; ABREU. Regina. *Museu da Favela da Maré*: *memórias e narrativas a favor da dignidade social*. In Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Vol.3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Memória de favelas, em favelas*: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: Direitos e cidadania: memória, política e cultura. GOMES, Angela de Castro (Coord.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. Projeto História. V 10. São Paulo, dez. 1993.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro,vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro*, 1940-1985. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Da memória ao museu*: a experiência da favela da maré. Texto apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.

_____. *Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré.* Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIÑAS, Muñoz. Salvador. *La restauración del papel*. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.

_____. *Teoría contemporánea de la restauración*. Primeira. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACERVOS NO CENTRO DE MEMÓRIA DO CARNAVAL DA LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO (2002-2004)

Walter da S. P Junior

Resumo: O trabalho analisa o processo de institucionalização de acervos realizado pelo Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2004. O espaço é um centro de documentação dedicado ao carnaval carioca e teve Hiram Araújo como seu primeiro diretor. O texto expõe a peculiaridade do processo de formação do acervo, indicando personagens envolvidos, práticas e formato institucional escolhido. Nossa análise recai especialmente sobre duas modalidades de fontes institucionalizadas: o material incorporado por Hiram e a documentação referente ao julgamento das escolas de samba.

Palavras-chave: Carnaval. Centro de memória. Fontes documentais.

Abstract: The work analyzes the process of institutionalization of collections carried out by the Carnival Memory Center of the Independent League of Samba Schools in Rio de Janeiro between the years 2002 and 2004. The space is a documentation center dedicated to Rio carnival and had Hiram Araújo as its first director. The text exposes the peculiarity of the collection formation process, indicating the characters involved, practices and the chosen institutional format. Our analysis falls mainly on two types of institutionalized sources: the material incorporated by Hiram and the documentation related to the judgement of the samba schools.

Keywords: Carnaval. Memory Center. Documentary sources.

1. Introdução

O trabalho tem por objetivo caracterizar o processo de institucionalização de acervos realizado pelo Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2004. O período abarca o momento de idealização do espaço e a sua efetiva inauguração. O referido Centro foi criado com o intuito de dotar o carnaval carioca de um espaço de referências no assunto e surgiu ao redor da figura de Hiram Araújo, que se tornou seu primeiro diretor. Os documentos que mobilizaram a constituição desse serviço de disseminação de informações foram materiais que guardavam relação com a sua trajetória. Ao ingressarem na instituição, foram submetidos a critérios de ordenamento que correspondiam às necessidades imediatas de atendimento ao público e às características de trabalho do diretor. Paralelamente, a instituição optou por abrigar no Centro toda a documentação referente a uma atividade-fim da Liesa: o julgamento do desfile das escolas de samba. Nossa análise parte de um ponto de vista que enxerga arquivos, coleções e fontes - e as instituições criadas para custodiá-los - como artefatos dotados de uma historicidade própria. Aliamo-nos à proposição lançada por Oliveira (2007) de uma historicização radical e profunda dos acervos, entendida aqui como a análise do jogo de forças que atuou na produção, circulação e institucionalização das fontes citadas (Heymann, Rosa, 2019). As discussões apresentadas são parte de pesquisa de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, intitulada *Hiram Araújo e a institucionalização de acervos no Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro*.

2. A Liesa e seus personagens

A criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) é uma página importante na história das entidades representativas das escolas de samba do Rio. Segundo o jornalista Sérgio Cabral, sua origem está ligada a divergências no âmbito da antiga instituição que representava os sambistas:

> Em julho de 1984, as grandes escolas surpreenderiam com mais uma novidade: inspiradas nos maiores clubes do futebol brasileiro, cansados de disputar jogos deficitários com os clubes pequenos, criaram o Clube dos 13, pretendendo, assim, influir nas decisões tomadas pela Confederação Brasileira de Futebol, decidiram afastar-se da Associação das Escolas de

> Samba e criar uma nova identidade, a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (a Liesa) (Cabral, 2011, p. 247).

As intenções dos dirigentes dissidentes caminhavam na direção da ampliação da sua capacidade de influência e decisão no que dizia respeito à organização do carnaval das escolas:

> Os criadores da Liga pretendiam dar à administração das escolas de samba um tratamento que imaginavam empresarial. Queriam maior poder de barganha nas suas negociações com a prefeitura carioca, tendo em vista a receita auferida com a venda de ingressos para as arquibancadas, a negociação com as emissoras de tevê, a publicidade no Sambódromo e outras fontes de renda proporcionadas pelo desfile (Cabral, 2011, p. 248).

O movimento foi encabeçado por presidentes notoriamente envolvidos com o jogo do bicho. Dentre os contraventores, destacam-se os nomes de Luiz Pacheco Drummond (Imperatriz Leopoldinense), Ailton Guimarães Jorge, o "Capitão Guimarães" (Unidos de Vila Isabel), Castor de Andrade (Mocidade Independente de Padre Miguel) e Aniz Abraão David, o "Anisio" (Beija-Flor de Nilópolis). O grupo de contraventores da Liesa, já afastado do protótipo do bicheiro de bairro, um tanto quanto amador e perdulário, cuja figura mais emblemática é Natal da Portela (Araújo; Jório, 1975), representaria uma outra etapa do jogo do bicho carioca. Eles, pelo contrário, já seriam muito mais articulados socialmente e com uma estrutura de atuação que se pretendia empresarial, alguns inclusive aproveitando contatos oriundos da repressão da ditadura militar (Jupiara; Otávio, 2015). Segundo analistas, a criação da Liga estaria vinculada a um projeto de cooptação definitiva das escolas de samba enquanto vitrines sociais para a atuação dos contraventores:

> Eles sabiam que o papel assumido à frente da nova entidade lhes daria maior visibilidade e os ajudaria a cristalizar a imagem de mecenas diante da sociedade. E, em plena transição para a democracia, a Liga lhes representava mais: uma fachada de legalidade, já que se tornavam interlocutores oficiais do poder público.
>
> (...)
> Eles já diziam que não eram bicheiros, mas empresários. E afirmavam que profissionalizariam o carnaval. Esse é o mito fundador da Liga Independente das Escolas de Samba, movimentado por meio do qual a contravenção fez sua transição ao regime democrático (Jupiara; Otavio, 2015, p. 214).

Por sua vez, o *site* oficial da Liga assim resume as três décadas de atuação da entidade, elencando conquistas que seriam, segundo ela, modelo nacional:

> [A Liesa, desde sua fundação] Organizou os desfiles em seus mínimos detalhes, desde as normas técnicas que até hoje fazem parte do Regulamento,

> priorizando o respeito ao público e aos horários, estabelecendo limites que equilibraram e nivelaram a disputa entre as Agremiações. Assumiu a responsabilidade pela venda de ingressos, fixando regras de lisura e transparência, acompanhadas de perto pelo Ministério Público. Representa as filiadas em contratos firmados com os patrocinadores do espetáculo e o poder público[46].

De fato, a instituição tornou-se referência sem rival na condução dos rumos do carnaval do grupo especial das escolas de samba do Rio de Janeiro de 1984 em diante. Parte importante dessa afirmação no campo corresponde a uma capacidade de transmitir certa imagem de lisura nas atividades da entidade, ainda que diante de um curioso paradoxo, visto a ligação umbilical de seus dirigentes com o universo da contravenção.

O final da década de 1980 marca a aproximação com a Liesa de um personagem relevante do mundo do carnaval carioca: Hiram da Costa Araújo, convidado para ser coordenador dos jurados depois que a entidade passou a coordenar o julgamento dos desfiles, o que será comentado mais à frente. Ele nasceu em Natal (RN), em 1929, e veio com a família, ainda pequeno, para o Rio de Janeiro. Formado em medicina, foi o trabalho de cinco décadas nessa área que lhe forneceu a denominação pela qual seria amplamente conhecido, no meio do samba, nos anos seguintes: "Doutor Hiram". Em meados da década de 1960, iniciou sua atuação no carnaval como forma de se resguardar de possível repressão política motivada por seus contatos com a esquerda. No contexto de progressiva perseguição ideológica, um amigo da área da saúde, o farmacêutico Amaury Jório, convidou Hiram para fazer parte da diretoria do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, então jovem agremiação do bairro de Ramos, fundada em 1959. Naquele momento, escolas de samba não eram vistas como espaços subversivos, e a Imperatriz pôde servir de abrigo e fachada para a atuação de pessoas não identificadas com os ideais do regime militar e interessadas em realizar iniciativas no campo da cultura popular, muito inspiradas na atuação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (Natal, 2012). Em 1967, na Escola, fundou, com aqueles companheiros, o primeiro departamento cultural de uma escola de samba, onde desenvolveu enredos e projetos diversos como ações culturais. Transferiu-se para a Portela antes do carnaval de 1972, onde se tornou diretor cultural, assumindo a criação de enredos, bem como a concepção e organização dos desfiles. Era também voz ativa no processo de definição dos sambas de enredo que seriam cantados no carnaval da agremiação.

[46] http://liesa.globo.com/a-liesa/. Acesso em 12 dezembro 2020.

Durante toda a década de 1970 atuou, concomitantemente, no Departamento Cultural da Associação das Escolas de Samba da Guanabara. Em 1984, na Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.), criou o primeiro curso de jurados de escolas de samba. No final daquela década, assumiu a gerência do Museu do Carnaval (ligado à Riotur), ao qual ficaria vinculado nos anos seguintes. Após se desligar da direção, dedicou-se a atividades de pesquisa e assessoramento. Na Liesa, tornou-se assessor cultural em 1997 e diretor do Departamento Cultural em 2001. Três anos depois, concretizou a realização de dois sonhos: a inauguração do Centro de Memória do Carnaval, na Liesa, e a criação de um espaço de reflexão sobre o carnaval na universidade, o Instituto do Carnaval na Universidade Estácio de Sá, onde se tornou professor, diretor e, em 2006, *honoris causa*. Além dessas atividades, foi palestrante, produtor e comentarista na televisão e no rádio, representante do Brasil em entidades internacionais de carnaval e escreveu para alguns órgãos de imprensa, sem nunca ter descurado de sua atuação como cirurgião e obstetra[47].

Não sendo ele um sambista no sentido mais habitualmente utilizado, ou seja, não dominando nenhuma das atividades artísticas que propiciariam uma inserção naquela comunidade, notabilizou-se como "sambista-dirigente"[48], lugar social que soube potencializar e elevar a um patamar que consideramos único dentro da história das escolas de samba do Rio de Janeiro. Na ausência de instâncias de sistematização (tais como arquivos e centros de documentação), bem como de acervos identificados e acessíveis, as próprias obras de caráter enciclopédico[49] de Hiram converteram-se na fonte sobre o tema, estabelecendo marcos temporais, personagens e narrativas de origem, e assim, em meio de informações qualificadas para jornalistas, acadêmicos, estudantes e o público em geral.

Essa trajetória dialoga com a noção de projeto. De acordo com o antropólogo Gilberto Velho (2003), o filósofo Alfred Schutz definiu-o como a "conduta organizada para atingir finalidades específicas" (op. cit., p.40). Velho vai além e considera que, nas sociedades complexas, a configuração dos "indivíduos-sujeitos" estaria de forma indissociável ligada à formulação de projetos. Desse modo, afirma que: "A consciência

[47] Todas essas informações da note biográfica foram extraídas de currículo constante em https://liesa.globo.com/2019/por/08-historiadocarnaval/Hiram-Araujo.pdf. Acesso 17 setembro 2020.

[48] "Sambistas-dirigentes são os integrantes de uma escola de samba, responsáveis pelo planejamento, discussão e execução de um programa mínimo, cuja meta principal é o carnaval. Conhecidos como diretores, eles formam as diretorias das escolas de samba" (Araújo; Jório, 1969, p.81).

[49] São elas: *Escolas de samba em desfile: vida, paixão e sorte (*1969*), Natal, o homem de um braço só* (1975)*, Memória do carnaval* (como organizador) (1990)*, Carnaval: seis milênios de história* (1999*) e A cartilha das escolas de samba* (2012).

e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos" (op. cit., 2003, p.101). Hiram Araújo atravessou a década de 90 como um assessor especial da Liesa, sendo integrado ao seu quadro estatutário no final da década (Araújo, 2012). O papel construído de especialista e consultor para assuntos carnavalescos ganharia importante faceta a partir do início dos anos 2000 com o surgimento do Centro de Memória do Carnaval, conduzido diretamente por ele.

3. O Centro de Memória do Carnaval da Liesa.

Segundo seu documento de implantação, o Centro de Memória do Carnaval foi iniciado a partir de 16 de dezembro de 2002, tendo como objetivo "agrupar, em um só local, o maior número possível de informações que registrem a história do carnaval e de suas escolas de samba". O documento apresenta dez objetivos e finalidades para o espaço, que incluiriam a formação de banco de dados, condução de pesquisas, intercâmbio com instituições que já atuassem na área, criação de boletim informativo e de biblioteca especializada, gravação de todos os sambas de enredo, gravação de entrevistas com personagens ilustres, criação e disponibilização de arquivos e a realização de seminários e palestras[50]. O projeto parece ter sido feito a várias mãos. Segundo o bibliotecário Alexandre Medeiros, colaborador do espaço nos anos iniciais, ele e a pesquisadora Rachel Valença sugeririam a estrutura do documento, sobretudo a parte dos objetivos, feita em moldes profissionais para a constituição de um centro de documentação[51]. Na ótica de Fernando Araújo, filho de Hiram, as bases do documento foram transmitidas pelo dirigente, ficando a redação a cargo dele, que se tornara assistente do pai na Liesa[52]. As falas denotam o que parece ter sido um trabalho coletivo maturado entre os anos de 2002 e 2003.

Sua divisão compreende, nessa ordem: "Justificativa", "Apresentação", "O que é o Centro de Memória da Liesa", "Plano de trabalho" e "Objetivos gerais e finalidades". Na primeira parte é onde mais se sente a presença de Hiram Araújo, pois nela estão sintetizadas muitas de suas ideias repetidas em outras publicações. De acordo

[50] Projeto Centro de Memória da Liesa 2002, p.02 – Caixa B/C 1- Arquivos Hiram Araújo - Centro de Memória do Carnaval/Liesa.

[51] Entrevista Alexandre Medeiros – 12 de abril de 2020 – via Skype.

[52] Entrevista Fernando Araújo – 13 de julho de 2018 – Centro de Memória do Carnaval da Liesa

com o escrito, haveria uma incompatibilidade entre o pensamento dos intelectuais brasileiros e o carnaval carioca:

> Em consequência, não formamos uma *intelligentzia* capaz de entender verdadeiramente o fenômeno. Nossos intelectuais, por estarem na maioria dos casos afastados do processo, usam referências saudosistas e conservadoras do fenômeno Carnaval. Verdadeiro filho bastardo da cultura, o Carnaval é discriminado e tido como matéria menor por grande parte dos intelectuais merecendo sequer estudo no currículo escolar através de disciplinas próprias[53].

Ele apontava que, àquela altura, a Liesa já havia se tornado um espaço proeminente, procurado por aqueles interessados em saber mais sobre o carnaval:

> A Liesa, graças ao reconhecimento obtido com a vitoriosa organização dos desfiles das principais Escolas de Samba do Rio de Janeiro, passou a ser referência para os pesquisadores e estudiosos do Carnaval. Tornou-se, então, premente a organização de um arquivo de informações sobre o Carnaval, com o suporte de um banco de dados que possa ser consultado pelos interessados no assunto[54].

O presidente da Liga, na ocasião, Ailton Guimarães Jorge, resumiu, em prefácio de livro de Hiram, a atividade do Centro e o papel do seu diretor da seguinte forma:

> Este centro tem como objetivo básico servir como uma biblioteca para consulta de todos os estudiosos e interessados pelo carnaval. A Liesa foi buscar para desenvolver este projeto o exímio conhecedor da História das Escolas de Samba, Hiram Araújo, figura que dispensa comentários, tal a sua importância para o universo do samba (*apud* Araújo, 2003, p.09).

O espaço efetivamente se instalou e funciona até os dias atuais. Foi nele que Hiram Araújo atuou até se afastar da atividade pública, motivado por problemas de saúde, por volta de 2012. Trabalhando no Centro, consolidou sua vocação de consultor de carnaval. O Centro de Memória prestava um tipo de consultoria encarnada na figura prestigiada do próprio Dr. Hiram. Era, e permanece sendo, também um centro de documentação, abrigando documentos e sínteses sobre o carnaval, organizados com base nas pesquisas e livros já publicados por ele. No tempo em que o personagem estudado lá atuava, recebia visitantes com perfis variados. A esse propósito, o documento de implantação, citado anteriormente, afirmava: "O atendimento aos pesquisadores deve ser agendado previamente com o Diretor Cultural da Liesa, DR. HIRAM ARAÚJO, que procurará disponibilizar da forma mais eficiente o acervo

[53] Projeto Centro de Memória da Liesa 2002, p. 01– Caixa B/C 1- Arquivos Hiram Araújo - Centro de Memória do Carnaval/Liesa.

[54] Id, 2002, p.01

existente"[55]. Apesar de planejado desde 2002, somente dali a dois anos, no mês de agosto, a inauguração foi formalizada (Araújo, 2012).

4. Entram em cena os documentos

O bibliotecário Alexandre Medeiros era integrante da Imperatriz Leopoldinense e já desenvolvia, na agremiação, um trabalho de salvaguarda de acervos. Por volta de 2001, ele foi apresentado ao Doutor Hiram e tornou-se colaborador voluntário no projeto embrionário de criação de um espaço de referência para a pesquisa sobre o carnaval carioca. Segundo o profissional, a ideia primordial partiria de uma articulação com os departamentos culturais das escolas de samba do Rio, com o objetivo de reunir acervos que porventura esses segmentos tivessem conseguido preservar. Ainda segundo ele, foi realizada uma reunião com representantes de algumas agremiações, no período mencionado, onde Hiram pôde apresentar seus planos. No entanto, a médio prazo o resultado não foi tão animador, e a intenção do dirigente de formar um centro de memória com os acervos das escolas de samba teve que se adaptar. De acordo com Alexandre:

> Ninguém queria dar material. Queriam participar de alguma outra forma, reunião, etc., mas formando acervo, não. Então ali já ficou claro pra mim como as coisas iam acontecer. Mas o Dr. Hiram queria montar o acervo: "então eu vou montar o acervo e vou trazer o meu acervo de casa". (...) Era uma sala no 17º andar, uma sala pequena, um quadrado, que tinha um puxadinho, devia ter 9 metros quadrados, tinha umas estantes. Ele socou o material todo lá dentro, então o que que veio do Dr. Hiram: fotografia, livreto, documento, rascunho dele, disco, um monte de coisa. Eu comecei a organizar esse material dele. Eu e Rachel [Valença] fizemos uma proposta pra organizar o que seria esse acervo da Liga, o que seria esse centro de memória da Liga. Fizemos o mundo perfeito, contratar bibliotecário, arquivista e museólogo, digitalizar isso tudo, montar base de dado[56].

Anteriormente, Alexandre tivera a oportunidade de se debruçar sobre os arquivos de Amaury Jório (1925-1980), que estavam em posse de um dos seus filhos. O personagem foi um farmacêutico militar, residente em Ramos e fundador da Imperatriz Leopoldinense, da qual foi presidente na década de 60. Entusiasta do carnaval, Jório tornou-se reconhecido como dirigente, chegando a presidir a Associação das Escolas de Samba da Guanabara / Rio de Janeiro durante toda a década de 1970 até o seu

[55] Projeto Centro de Memória da Liesa 2002, p. 04 – Caixa B/C 1- Arquivos Hiram Araújo - Centro de Memória do Carnaval/Liesa.

[56] Entrevista com Alexandre Medeiros - 12 de abril de 2020 – via Skype.

falecimento[57]. Amigo e parceiro de atividades de Hiram, há grande simbiose entre a trajetória de ambos, sobretudo após a precoce morte de Amaury, quando Hiram torna-se uma espécie de guardião da memória do amigo[58]. Prossegue o relato do bibliotecário:

> E aí eu pude perceber que o acervo material do Amaury Jório era todo dividido em pastas, e todos os livretos tinham aquele furinho de arquivo permanente. "Almir [filho de Amaury], por que isso aqui?" "Porque meu pai arrumava assim, pegava tudo, furava, guardava em pastas." Aí eu juntei as duas informações: todos os livretos furados são do Amaury. A família do Amaury deu uma parte do acervo ao Hiram quando ele faleceu.
> (...)
> E nessa eu vi que ele tinha realmente alguns livretos, e nesses alguns tinham os tais dos dois furinhos. "Ah, isso era do Amaury. Esse não tem furinho, é do Hiram". E assim fui dividindo. Mas esse acervo primeiro, da casa do Hiram, que ele morava ali em Bonsucesso, levou e ficou ali [59].

Ainda de acordo com Alexandre, todo esse acervo reunido era abarcado sob a legenda de *Acervo Liesa*, sem a constituição de arquivos ou coleções específicas. Pouco tempo depois, Hiram conseguiu a doação do acervo remanescente do extinto Museu do Carnaval, localizado na Passarela do Samba Darcy Ribeiro, o popular Sambódromo. Criado em 1987, voltava-se à ação educativa e ao lazer, funções típicas de uma instituição dessa natureza. A proposta inicial do Museu trazia uma experiência inovadora: não seria uma instituição de guarda de objetos, como tradicionalmente constituem-se os acervos de museus (Souza, 2012). Hiram foi o primeiro diretor do espaço, até 1989. Na estrutura do Museu, foi formulado um setor de sistematização de dados e informações para fornecer consultoria a pesquisadores e público em geral, cuja nomenclatura variou: em alguns documentos foi nomeado "Centro de Memória e Animação do Carnaval", já em outras "Centro de Referências e Informações". Seriam eles os responsáveis pela execução do projeto Memória do Carnaval, que gerou o livro de mesmo nome no ano de 1990, organizado por Hiram Araújo sob os auspícios da empresa pública de turismo carioca (Araújo, 1990). Hiram atuou na Riotur até a meados dos anos 90. Algum tempo depois, as atividades tanto do Museu quanto do setor de pesquisa foram encerradas. Com a criação do Centro de Memória da Liesa, Hiram e equipe receberam autorização da Prefeitura do Rio de Janeiro para resgatar parte do material do antigo Museu do Carnaval (Araújo, 2012). Foram recolhidos: documentos textuais (fichamentos de livros, material de pesquisa e papéis administrativos) e iconográficos, reunidos justamente pelo mencionado núcleo de pesquisas, e também as

[57] Verbete Amaury Jório em https://dicionariompb.com.br/amaury-jorio. Acesso em 20 maio 2020.
[58] A propósito do papel dos guardiões da memória, consultar Gomes (1996).
[59] Entrevista com Alexandre Medeiros - 12 de abril de 2020 – via Skype.

transcrições do projeto de depoimentos de personagens do carnaval e da música popular que o Museu realizou. Ao serem incorporados ao Centro, foram alvo de diversas recomposições. Segundo o profissional mencionado anteriormente, no período enfocado, tanto o conteúdo textual quanto o iconográfico estiveram incorporados às caixas das escolas de samba do *Acervo Liesa,* misturando-se ao material de Hiram Araújo*;* em ação posterior, apenas as fotografias foram separadas e identificadas em pastas à parte, divididas por escolas de samba. Já as transcrições compõem uma série única.

Até onde se pôde apurar, não foi localizado nenhum documento que explicite uma política de aquisição de acervos bem delineada para o Centro, tanto durante esse momento inicial quanto para os anos que se seguiram. De acordo com o atual responsável, Fernando Araújo, a trajetória dessa função no interior do Centro corresponde mais a doações esparsas de itens isolados: "Entramos em contato com as escolas de samba e pedimos doação de material. À época [quando da criação do Centro] não havia distinção de material, pois não havia departamento cultural na maioria das escolas e a memória era algo secundário"[60].

É preciso salientar que no período aqui analisado não existia um acervo identificado como um arquivo pessoal de Hiram Araújo. Apenas posteriormente, em 2017, com a reunião de material encontrado em seu ambiente de trabalho, acrescido de outros oriundos da sua casa, é que surgiriam os *Arquivos Dr. Hiram Araújo*, cuja formação não será analisada.

Como apontamos, o Centro de Memória do Carnaval foi criado com a vocação de constituir-se em um centro de documentação temático sobre uma área específica, por sua vez atrelado à instituição que gerencia o desfile das escolas de samba desde 1984. A literatura clássica sobre o tema descreve o centro de documentação como um

> órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados (Belloto, 2007, p. 39).

A documentalista e historiadora Viviane Tessitore chama atenção para o fato de que, eventualmente, centros de documentação assumem denominação diversa, caso claro da instituição que analisamos:

[60] Entrevista com Fernando Araújo via Whatsapp - 07 de julho de 2020.

> Há entidades denominadas Centros de Memória que são tipicamente Centros de Documentação: especializadas em uma área do conhecimento ou da atividade humana, colecionam, por doação, permuta ou compra, acervo arquivístico, bibliográfico e/ou museológico em torno dessa área ou atividade. Sua denominação está vinculada à perspectiva histórica com que esse acervo é colecionado (Tessitore, 2017, p. 24).

Por sua vez, os centros de memória corresponderiam a uma entidade híbrida: "A partir dos anos 1980 começam a surgir, no Brasil, os centros de memória, ligados a organizações públicas e privadas e também àquelas sem finalidade lucrativa, chamadas de terceiro setor" (Camargo; Goulart, 2015, p. 64). Segundo as autoras, consolidaram-se principalmente no mundo empresarial e apresentam certa pluralidade de atividades, de acordo com o perfil da instituição, atuando desde a memória institucional, em momentos de efemérides e comemorações, até como parte integrante da política de gestão do conhecimento.

Em um rol exemplificativo, os documentos comumente armazenados por centros de documentação seriam:

> fundos de arquivo: conjuntos de documentos acumulados no exercício das funções de entidades ou pessoas; um arquivo que passou a conviver com outros semelhantes ao ser transferido para o Centro de Documentação. § coleções: conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de temas, funções, entidades, pessoas, ou mesmo de um tipo / gênero de documento. § material hemerográfico: como jornais, revistas e boletins. § material bibliográfico: como livros, teses, folhetos. § objetos tridimensionais, de acordo com a área do Centro. § bancos de dados sobre temas específicos, referências sobre as atividades e o acervo de entidades afins (Tessitore, 2017, p. 22).

Definidos como setores cuja função instrumental básica é informar, centros de documentação/memória não teriam a obrigação de armazenar acervos, em contraste com a atuação intrínseca dos arquivos, por exemplo. Uma vez que façam essa opção, torna-se recomendável que sejam respeitadas as especificidades de cada um daqueles tipos de acervos mencionados anteriormente:

> No processamento técnico da documentação existem algumas diferenças fundamentais. Se, na biblioteca e no museu, o tratamento documental é feito peça por peça, ainda que totalizando uma única e grande coleção, no arquivo, em geral, o tratamento técnico é dispensado não à unidade, mas às séries documentais que formam agrupamentos lógicos e orgânicos dentro dos diferentes fundos. Já o centro de documentação adota um tratamento que varia segundo a natureza de seu material (Belloto, 2017, p. 39).

No tratamento dispensado aos acervos incorporados ao Centro de Memória do Carnaval da Liesa, conforme relatamos, parece ter havido certo predomínio das normas disciplinares biblioteconômicas. A esse propósito, Viviane Tessitore reforça que:

> A área que mais se ocupou deles foi a biblioteconomia, pois os considera parte de seu domínio, e o fez numa dimensão bastante específica: organizando e referenciando os documentos como peças isoladas, qualquer que fosse sua natureza, e tratando as informações neles contidas como dados a serem decompostos e reordenados (Op.cit, 2017, p. 23).

Tal consideração fica bastante patente no tratamento dado ao acervo oriundo tanto da casa de Hiram Araújo quanto daquele advindo do Museu do Carnaval: ambos foram misturados para se transformarem em *Acervo Liesa*, em uma classificação que obedecia a uma organização temática. Desse modo, não foi levado em consideração o princípio da proveniência,[61] conforme preconizado pela arquivologia. Nas palavras do bibliotecário Alexandre Medeiros:

> Comecei a fazer arrumação e separação. Comecei a fazer uma separação de bibliotecário, que não era de arquivista. Porque a arquivologia pressupõe aquela coisa "procedência, origem... Não, fiz uma coisa prática. Peguei uma caixa box: "Portela, Salgueiro, Mangueira, Império", e fui enfiando dentro dessas caixas tudo que tinha. Pelo menos o material ficava minimamente organizado [62].

É preciso salientar que nenhuma dessas ações, a nosso ver, representa qualquer tipo de falha de formação ou de incapacidade do profissional envolvido. Pelo contrário, significavam realizar o possível, dentro de um cenário adverso, em prol da mínima organização e disponibilização desse que é um patrimônio documental de grande relevância para a memória e a pesquisa sobre o carnaval. Sabem os diversos profissionais envolvidos com a área o grande abismo entre as condições ideais apresentadas em manuais e a realidade com a qual se deparam em seus cotidianos. Alexandre comenta como a ausência de um banco de dados influenciou nos rumos da organização inicial do acervo, entre 2002 e 2004:

> O sistema vai te puxar e vai te trazer. É isso aqui, tá no lugar tal. Ali não ia ter sistema nenhum. Então eu falei: "gente, tenho que pensar como um usuário". Usuário, quando vem aqui, vem pesquisar sobre uma escola ou sobre uma personalidade. Desgraçadamente essa personalidade vai estar ligada a uma escola. Então, se eu conseguir juntar tudo por escola, vai ficar mais fácil pra quem vem pesquisar. Foi o que eu pensei na época. Um arranjo que eu fiz na época. Um pensamento do tipo "putz, tenho isso aqui e preciso organizar." E assim foi, funcionou durante um tempo[63] .

Saliente-se que com relação a esses acervos não foram construídos instrumentos de pesquisa, o que torna ainda mais obscura a identificação do contexto de produção

[61] Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos" (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

[62] Entrevista com Alexandre Medeiros - 12 de abril de 2020 – via Skype.

[63] Entrevista com Alexandre Medeiros - 12 de abril de 2020 – via Skype.

desses arquivos/coleções e os vínculos entre suas atividades e produtores (Belloto, 2007), apenas aclarados por pesquisas como a nossa.

Nessa primeira leva de acervos institucionalizados também chegou ao Centro, em data não registrada, o acervo Museu Histórico Portelense, que compreende entrevistas realizadas com 21 personagens da Portela entre os anos de 1974 e 1977 e ocupa duas caixas: uma com as fitas rolo, que foram todas digitalizadas, e outra com resumos biográficos datilografados de oito dos entrevistados. Esse material resultou de projeto do Departamento Cultural da agremiação, que tratava da constituição de arquivo sonoro com histórias de alguns membros considerados relevantes, visando à criação de um museu, como alude o nome da iniciativa (Candeia Filho; Araújo, 1978). Naquele período, a escola passava por um momento de disputas de projetos e narrativas que colocavam em lados opostos os grupos encabeçados por Hiram, então diretor cultural, e Candeia[64] (Buscacio, 2005). Nesse contexto, o material gravado para o Museu Histórico Portelense serviu a propósitos diferentes de representantes dos dois grupos. O patrono Natal faleceu em 05 de abril de 1975, e, meses depois, ainda no mesmo ano, Hiram e Amaury Jório assinaram a biografia *Natal, o homem de um braço só,* publicada com o apoio da Portela. O livro em primeira pessoa textualiza um longo depoimento biográfico de Natal da Portela e guarda grande semelhança com a entrevista prestada por ele ao Museu Histórico Portelense. Já em 1978, viria a público o *Escola de samba: árvore que perdeu a raiz,* estudo analítico sobre a história da Portela feito por Candeia e Isnard Araújo, irmão de Hiram, no entanto parceiro intelectual do grupo oposto. Como anunciado na introdução da monografia de ambos, o trabalho valeu-se das informações coletadas pelo projeto do Museu Histórico Portelense. As entrevistas foram conduzidas por Isnard Araújo, afastado voluntariamente do meio do samba ainda nos anos 70. O projeto foi descontinuado em 1978, e Hiram tornou-se o guardião do acervo sonoro, segundo o já citado Fernando Araújo, filho e colaborador do pai no Centro.

Em material impresso produzido nos anos iniciais, cujo texto ainda é mantido no site da Liesa atualmente, o Centro de Memória informa que: "O grande destaque do acervo são as coleções dos pesquisadores Amauri Jório e Hiram Araújo, reunindo a história das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, e a do antigo Museu do Carnaval, no Sambódromo, cedida pela Prefeitura do Rio"[65].

[64]Cantor, compositor e liderança da Portela (1935-1978), verbete Candeia, http://dicionariompb.com.br/candeia. Acesso em 20 maio 2020.

[65] Centro de Memória do Carnaval - Caixa D - Arquivos Hiram Araújo - Centro de Memória do Carnaval/Liesa.

Com essa transmissão e incorporação dos documentos "opera-se uma valorização que vai do arquivo à instituição, já que possuir determinados arquivos confere prestígio, funcionando como elemento de legitimação institucional" (Heymann, 2011, p.80).

Considerações finais

Ao abraçar duas funções - arquivo institucional de uma das atividades da instituição e centro de documentação temático -, o Centro moldou sua própria identidade híbrida. Os atos de organização e disponibilização da informação em qualquer instituição de custódia de documentos são dotados de significado que passam ao largo da neutralidade e inocência (Tanno, 2018). Iluminar esse processo é também aclarar enquadramentos e usos da memória. Afinal, se estamos diante de um centro que elege uma "memória" do carnaval, cabe a pergunta: qual/quais memória(s)? A conformação do Centro de Memória do Carnaval da Liesa configura-se em um complexo cenário. Destinado a ser um centro de documentação e de disponibilização de informações, responsável por "resgatar" dados do passado e apresentá-los aos interessados do presente, seu caráter de originalidade esteve calcado no simbolismo atrelado à institucionalização de documentos marcados pela força da trajetória do "Doutor" Hiram Araújo. No entanto, não se constituiu em um espaço explícito de consagração de sua "vida e obra" verbalizada como em outras iniciativas dessa natureza (Heymann, 2011). A reunião dos acervos evoca diferentes personagens e contextos, afinal sobrepostos pelo gesto colecionador individual, em um processo em que escolhas pessoais e práticas institucionais são indissociáveis, conformando-se, assim, um lugar de memória (Nora, 1993) do carnaval do Rio de Janeiro.

A propósito do nosso problema de pesquisa, consideramos que

> Identificar e divulgar fontes de pesquisa tem um significado que extrapola a mera descrição documental. Trata-se de contextualizar e criticar documentos, em seus múltiplos formatos, apontando limites e potencialidades de sua exploração no campo da pesquisa histórica (Heymann; Rosa, 2019, p.1087).

A dimensão mais relevante a ser apontada foi demonstrar como o processo de composição do Centro de Memória, e a consequente institucionalização de acervos, caracterizou-se por uma conjugação de necessidades. De um lado, a Liga passou a contar com um espaço para arquivar um produto relevante da sua atividade-fim (toda a

documentação de julgamento). Por outro lado, o espaço representou um eficaz lugar de atuação para o Dr. Hiram, que assim consolidava seu papel de homem de ideias do carnaval (modo como o conceituamos), gestado nas cinco décadas anteriores em diferentes frentes, ao tornar-se guardião da memória do carnaval e do patrimônio documental da Liesa.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval:* seis milênios de história. Rio de Janeiro: Editora Griphus, 2003.
_____. *A cartilha das escolas de samba*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2012.
_____. JÓRIO, Amaury. *Escolas de samba em desfile*: vida, paixão e sorte. Rio de Janeiro: GB, 1969.
_____. *Memória do Carnava*l. Rio de Janeiro: Riotur, 1990.
_____. *Natal, o homem de um braço só.* Rio de Janeiro: Editora Guavira, 1975.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BUSCACIO, Gabriela Cordeiro. "A chama não se apagou": Candeia e a GRAN Quilombo – movimentos negros e escolas de samba nos anos 70. Niterói, 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. São Paulo: Lazuli Editora, Companhia Editora Nacional, 2011.

CANDEIA FILHO, Antônio; ARAÚJO, Isnard. *Escola de samba:* árvore que esqueceu a raiz. Rio de Janeiro: Lidador, 1978.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida., GOULART, Silvana. *Centros de memória:* uma proposta de definição. São Paulo: SESC, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 09, n. 01-02, p. 17-30, jan./dez. 1996.

HEYMANN, Luciana Quillet; RODRIGUES, Rogério Rosa. Em defesa das fontes em tempos incertos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, p. 1087-1091, 2019.
_____. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais.* São Luis. v.8, n. 15, p. 77-95, 2011.

HOUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p.85-91, 1996.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. *Os porões da contravenção*: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

NATAL, Vinícius. Samba e cultura: práticas de resistência do Departamento Cultural da Imperatriz Leopoldinense (1967-1973). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 181-197, mai. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, p. 7-28., dez 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v.12, n.23, p.73-99. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200006>. Acesso em: 10 out. 2019.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*. v. 3, n. 17, p 85-91, 1996.

SOUZA, de Maximiniano. *Centro de memória e animação do carnaval – Museu do Carnaval*: o reflexo de uma memória em evolução! Rio de Janeiro, 2006. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Museologia) – Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. *Revista Acervo.* Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 88 – 101, set./dez. 2018. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903/990> . Acesso em 13 outubro 2019.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: Campos, José Francisco Guelfi (Org.). *Arquivos pessoais*: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo. Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2017.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metaformose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003, p. 97-105.

Fontes consultadas

Arquivos Dr. Hiram Araújo - Centro de Memória do Carnaval da Liga Independente das Escolas de Samba.
Entrevista com Alexandre Medeiros – 12/04/2020.
Entrevista com Fernando Araújo- 13/07/2018 e 07/07/2020.

Sites consultados

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN. Disponível em https://dicionariompb.com.br/amaury-jorio. Acesso em 20 maio 2020.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN. Disponível em http://dicionariompb.com.br/candeia. Acesso em 20 maio 2020.

G1. Disponível em https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2017/noticia/liesa-decide-dividir-titulo-do-carnaval-do-rio-entre-mocidade-e-portela.ghtml. Acesso em 12 dez 2020.

LIGA Independente das Escolas de Samba. Disponível em https://liesa.globo.com/2018/por/15-centromemoria/acervo.html. Acesso em 2020.

NET-ATIVISMO EM REDES SOCIAIS: A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVISTAS NA PRESERVAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS

Maria Thereza M. P. Sotomayor

Resumo: Este artigo propõe uma vinculação entre a memória, os arquivos digitais e os movimentos sociais chamados net-ativismo (DI FELICE, 2015). A arquivologia e a preservação digital são aqui pensadas enquanto instrumentos de mudança para concepções hegemônicas de humanidade, e compreendemos que estar disposto a tratar arquivisticamente registros oriundos de páginas de redes sociais que militam pela divulgação de histórias de vida, é uma das formas de servir à sociedade e proporcionar informações autênticas e confiáveis acerca das narrativas de pessoas em situação de rua, de modo que esse material esteja seguro e organizado, para que possa ser acessado por esse geração e as próximas, sem que esses registros sejam destruídos ou esquecidos a medida em que essas redes se tornarem obsoletas.

Palavras-chave: Memória social; Preservação digital; Net-ativismo.

Abstract: This article proposes a link between memory, digital archives and social movements called net-activism (DI FELICE, 2015). Archivology and digital preservation are thought here as instruments of change for hegemonic conceptions of humanity, and we understand that being willing to treat archival records from social media pages, that fight for the dissemination of life stories, is one of the ways of serving society and provide authentic and reliable information about the narratives of homeless people, so that this material is safe and organized, and it can be accessed by this generation and the next ones, without these records being destroyed or forgotten as that these networks become obsolete.

Keywords: Social memory; Digital preservation; Net-activism.

1 **Introdução**

Este artigo foi elaborado na fase inicial da minha pesquisa - tese, que dá continuidade e aprofundamento à dissertação de mestrado intitulada, "Rio Invisível e as Narrativas Visuais da População em Situação de Rua da Cidade do Rio de Janeiro", pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO. Por isso mesmo, serão expostas aqui algumas reflexões e proposições que ainda carecem de maturação. Portanto, neste artigo, os pontos focais são: o estudo da memória social e coletiva nas redes sociais digitais com ênfase nas narrativas dos marginalizados, e a proposta de desenvolvimento de um plano de preservação digital dessas páginas, tendo como hipótese de pesquisa, que elas são um registro arquivístico.

Durante o mestrado, o objeto de estudo foi a página de facebook Rio Invisível, que desde 2014 tem como atividade-fim, o registro e divulgação das histórias e fotografias de pessoas em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro. E desde aquele momento, uma das motivações para a pesquisa, foram a indignação com as desigualdades sociais e também o interesse no trabalho desses movimentos sociais que surgiram no contexto das mídias sociais. Alguns desafios encontrados durante a pesquisa foram, a obsolescência dessas redes, dificuldade metodológica inerente à netnografia e a falta de um trabalho de preservação digital do acervo, que apesar de muito rico, pode ser perdido em alguns anos pelo fato de seus produtores não possuírem um repositório digital.

Neste sentido, compreendemos esse movimento como sendo um tipo de net-ativismo, a partir do conceito de Di Felice (2017), visto que essas interações não partem de um sujeito único e sim de vários grupos, além de serem construídas a partir da relação entre pessoas, dispositivos e mídias sociais. Naquele momento existiam outras páginas com o mesmo perfil e com objetivos semelhantes às da RIO Invisível, mas optamos metodologicamente, por estudar somente esta página. No contexto da pandemia de COVID - 19, já no doutorado, foi possível observar dois movimentos: o de migração dos engajamentos das páginas para o *Instagram* e o de mobilização conjunta para a população em situação de rua por parte dessas páginas. Em junho de 2020, oito páginas se uniram para angariar fundos e distribuir kits de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social (moradores de rua, em sua maioria) em diversas partes do país, e

criaram a página "BR Invisível", que reposta histórias divulgadas nas páginas regionais, e faz campanhas de auxílio para pessoas em situação de marginalidade.

Percebendo esse processo como sendo parte da transformação digital que a sociedade vem passando, uma das propostas da pesquisa - tese é, a partir de repertório teórico e conceitual adequado, compreender porque isso ocorre de forma descolada do arcabouço epistemológico arquivístico. Além disso, como essas narrativas operam no contexto do ambiente digital, fluido por natureza, isso tende a fazer com que as experiências nele compartilhadas, também sejam fugazes.

Como foi dito anteriormente, trabalhamos com a perspectiva de que as mídias sociais são registros arquivísticos, e por isso mesmo, temos como propósito, a gestão e preservação de algumas das páginas que compõem a rede "BR Invisível". Além das ações de gestão e preservação digital, que pretendemos implementar, utilizaremos também o software livre[66] *Archivematica* para a desafiadora empreitada de manter essas informações das páginas num repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq). Estamos cientes de que este software representa uma das partes do processo e, mais ainda, de que para que esse trabalho seja promissor, é preciso que sejam realizadas ações contínuas, implementadas a partir de procedimentos normativos e técnicos (BRASIL, 2015).

A decisão de continuar este tema no doutorado foi tomada a partir da percepção de que esse acervo é um potencial patrimônio digital, tanto pelo fato de possuir centenas de narrativas de pessoas em situação de rua de diversas partes do país, como também por se tratar de registros de movimentos sociais no ambiente digital. Neste sentido, nos alinhamos com o conceito de cidadania patrimonial (LIMA FILHO, 2015), em que isso a que denominamos patrimônio digital, seja capaz de alcançar pessoas que costumeiramente ficam de fora das considerações do que seria um patrimônio nacional.

> Qual seria o lugar do subalterno na representação do patrimônio brasileiro, aquele que não se encaixa na excepcionalidade ou na relevância/representatividade do patrimônio? O reverso do patrimônio tem lugar na cidadania patrimonial, potencializando a cidadania insurgente. (LIMA FILHO, 2015, p. 140)

Isto posto, esse trabalho não perde de vista a dimensão social do fazer arquivístico e a responsabilidade do profissional de arquivos, que precisa responder às

[66]https://www.accesstomemory.org/pt-br/

demandas sociais e trabalhar para gerir e preservar os registros criados nesse ambiente, que apesar de muito recente na história da sociedade, já traz impactos na vida pública e privada. Por isso mesmo, julgamos interessante focar em movimentos sociais que se apropriam desses espaços para que possam auxiliar nesse processo de cidadania insurgente que pode ser criado a partir de um olhar patrimonial voltado para grupos que não possuem esse destaque na mídia ou mesmo nos arquivos históricos.

Os objetivos da pesquisa - tese são, analisar o papel das redes sociais na possibilidade de difusão de memórias dos marginalizados e o potencial uso político dessas memórias, que tradicionalmente não são colocadas em disputa. A partir disso, durante o processo de pesquisa, estudar os métodos de preservação do acervo que estão disponíveis e pensar em forma de como aplicá-los nas páginas, para que este trabalho de net-ativismo tenha possibilidade de ser acessado e lembrado mesmo quando as redes sociais que as hospedam, tenham fim. Até o momento da pesquisa, temos mais provocações do que respostas, mas estamos nos esforçando para alcançá-las.

2 Memória Social e Reconhecimento

A motivação desta pesquisa tem duas origens: uma é a indignação pessoal com situações de injustiça social, tais como as que são vistas nas ruas das cidades, na figura de pessoas em situação de rua e também no interesse nos movimentos sociais digitais que começaram a surgir trazendo as narrativas dessas pessoas para as mídias sociais. Neste sentido, nos alinhamos com a perspectiva de DiFelice (2017), visto que compreendemos que o estudo acerca da relação entre a tecnologia e a sociedade não pode se limitar à compreensão técnica do desenvolvimento das tecnologias ou o impacto social gerado por elas, mas sim "uma ecologia colaborativa que instaura interações experimentais entre dispositivos de conexão, bancos de dados, pessoas e grupos em forma distribuída em cada parte do planeta, provocando em muitos casos rupturas nas estruturas de poder" (DIFELICE, 2017, p. 136).

Cabe ressaltar que, embora muitos movimentos sociais tenham surgido com propósitos progressistas, assistimos perplexos à ascensão da extrema direita que, se utilizando da descentralidade desses movimentos, projetou uma tomada de poder em vários lugares do globo. Ter uma visão crítica desse ciberespaço (LÉVY, 2015), que é

caracterizado pelas relações sociais e modos originais de criação desse universo das redes sociais, é importante para que não se perca de vista que, por serem espaços "habitados" por humanos, são também disputados e capazes de provocar abalos sociais e políticos.

Contudo, embora seja importante ter a dimensão de que esses movimentos podem ser capitalizados para fins muito diferentes dos que os iniciaram, enfatizar o trabalho de páginas como essas é também uma forma de ocupar esses espaços virtuais, replicando e difundindo essas iniciativas. Uma das características dos movimentos sociais digitais, é a conexão intrínseca entre as tecnologias, as pessoas envolvidas e o espaço público. Nesse tipo de ativismo, um não existe sem o outro, evidenciando o caráter híbrido dessas atividades. São movimentos não antropomórficos, visto que essas redes dependem da técnica, dos dispositivos. A própria web 2.0 só existe por conta de uma sofisticação na forma como a internet é trabalhada (DIFELICE, 2017). Ou seja, os elementos dependem uns dos outros para que possam existir, e não se pode perder isso de vista.

Pode-se dizer, que dentro dessa perspectiva, o net-ativismo realizado pelos projetos Invisíveis - como os chamaremos neste artigo -, seriam do tipo dialógico, visto que se tratam de

> (...)interações participativas complexas que começavam *on-line*, estendiam-se nas ruas e nos espaços públicos, sempre continuando sua dimensão conectiva e digital, evidente tanto nas diversas fases de atuação, caracterizada pela produção e distribuição contínua de conteúdo *on-line,* quanto em sua própria origem. Esse tipo de formas de conflitualidade era, assim, a expressão de um agir interativo, que reunia pessoas, dispositivos, dados e territórios, em uma única ecologia colaborativa. (DI FELICE, 2017, p.185)

No caso das páginas supracitadas, embora a dinâmica seja, primeiro, uma entrevista depois, a edição da mesma, e então postá-la na rede social (no início *Facebook*), a intenção da criação da página veio antes, para que então, estando ela estabelecida na rede, pudesse divulgar a narrativa do entrevistado. Aliás, para que isso pudesse ser pensado, a mídia social precisava já existir e possibilitar essa situação. Segue uma imagem que ilustra como funciona o post no *Instagram:*

Fonte: instagram.com/spinvisivel. Postagem do dia 16/11/2020.

Um outro aspecto a ser analisado é que, embora DiFelice (2017) tenha uma perspectiva de que esses movimentos começam de um conflito, em especial contra as diversas formas de opressão do Estado, materializadas em pautas dos movimentos, podemos dizer que as páginas dos "Invisíveis" não têm *um* inimigo comum, mas sim a uma série de problemas estruturais que levam pessoas àquela situação e todo o descaso e violência física e simbólica a questão submetidas. Esta modalidade de violência, inclusive, apesar de parecer ser mais suave do que a primeira, se manifesta pelas vias da comunicação, conhecimento, do reconhecimento, ou mesmo ausência dele (BOURDIEU, 2002), e culmina nos estigmas sociais.

Neste sentido, ao estigmatizar essas pessoas, muitas vezes o resultado é deixar de "considerá-lo uma criatura comum e total, reduzindo a uma pessoa estragada e diminuída" (GOFFMAN, 1982, p.12). Por isso, embora muitas dessas páginas atuem também na arrecadação de itens de primeira necessidade para os entrevistados, como é o caso do post acima, que também faz parte da campanha de natal, a principal luta é pela emergência dessas subjetividades, mesmo diante da tentativa do Estado e da própria sociedade de transformá-los em meros espectros sociais, que só são visíveis do ponto de vista negativo.

Essa invisibilidade ou visibilidade negativa, como iremos chamar no decorrer do artigo, ocorre porque as normas que pretensamente tentam definir o humano são formadas por modos de poder que decidem que certas pessoas são mais "humanas" do que outras, com base em uma série de características sociais historicamente construídas.

E aqueles que não se enquadram nessas definições são rebaixados a tal ponto, que por não serem reconhecidos como humanos, não são tratados como tal (BUTLER, 2018).

Para a autora, "uma vez que a vida é entendida como igualmente valiosa e interdependente, certas formulações éticas resultam daí" (BUTLER, 2018, p.50), ou seja, é preciso que essas pessoas sejam vistas como pessoas, para que possamos criar a possibilidade de transformação. E uma das formas de alcançarmos isso é a partir da divulgação e valorização dessas memórias.

Essas narrativas de pessoas em situação de marginalidade social são uma forma de luta pelo reconhecimento, visto que a partir dessas normas pré-concebidas socialmente, essas pessoas sequer conseguem ser vistas enquanto humanas (BUTLER, 2015). Então, essas páginas, ao trazer esse tipo de narrativa visual (SOTOMAYOR, 2018) para a *web* 2.0, criam um verdadeiro acervo online, e ao mesmo tempo, esses movimentos sociais tornam possível a criação de um espaço para que esses corpos apareçam enquanto pessoas, com histórias de vida e trajetórias próprias.

Esse net-ativismo tem relevância do ponto de vista da memória social pelo fato de que privilegiar as narrativas e memórias de pessoas em situação de marginalidade social podem produzir empatia para com esses indivíduos, colocar suas memórias em disputa com as oficiais, subverter silêncios (POLLAK, 1989), e por vezes acabar por contribuir com novas formas de se pensar sobre esses grupos.

Porém, conforme aponta Damin (2020), o Instagram, assim como outras redes sociais, é finito, e questões de preservação digital acabam surgindo a partir daí, visto que no estudo desses ambientes se abre um horizonte de possibilidades. Ela destaca, que umas das questões que precisam ser pensadas é a seleção. O que irá ser preservado, e de quem? Essa escolha, precisa estar bem fundamentada, e no nosso caso, selecionamos pelo menos 2 páginas - RIO Invisível e SP Invisível, tanto porque são as que temos mais fácil acesso aos acervos, e aos seus produtores, quanto porque a página da capital paulista lidera as campanhas que são realizadas, já que tem uma estrutura de ONG, e a do Rio de Janeiro já possuímos também alguma familiaridade. Por acreditar na relevância desse acervo para a sociedade, visto que embora sejam acervos privados, podem ser considerados de interesse público, pelas informações que trazem acerca da

realidade das pessoas em situação de rua no início do século XXI e dos movimentos que realizam este trabalho.

Contudo, há ainda uma outra, mais complexa, que é, como preservar esses objetos digitais? Afinal de contas, as mídias sociais são fluidas e possuem uma dinâmica de difícil controle. Segundo a autora,

> O segundo desafio na tentativa de preservar objetos digitais no Instagram é a maneira, tanto de captação quanto de formato, de armazenamento. Como captar essa informação, tendo em vista que as interações (comentários, likes, mensagens) também compõem a complexidade envolta nos objetos digitais? (DAMIN, 2020, p.116)

De fato, no caso do *Instagram,* por exemplo, existem objetos digitais que são criados com destruição programada, e pensar na preservação deles é, de certa forma, mudar sua principal funcionalidade (DAMIN, 2020). Contudo, quando se pensa na produção de arquivos, e na própria definição de arquivo permanente, sabe-se esta última fase refere-se justamente ao momento em que o documento é tratado não a partir do seu uso primário, mas sim dos usos científicos, sociais e/ou culturais (BELLOTTO, 2006). Os jornais são bons exemplos de documentos que não foram criados para serem preservados, e o próprio tipo de papel utilizado para a confecção desses registros não é feito para uso a longo prazo. Ainda assim, em bibliotecas são preservados alguns exemplares, que permitem que seja possível o estudo das sociedades no tempo/espaço em que ele foi produzido. Pensaremos nessas páginas nessa mesma perspectiva.

3 Função social dos arquivos e das mídias sociais

Enquanto arquivista, é preciso estar atenta a esses movimentos da sociedade, que ao passar por uma transformação digital, é atravessada em diversos níveis e áreas da vida das pessoas, o que consequentemente, influencia na forma como são registradas as atividades, seja no âmbito institucional e burocrático ou social e afetivo. Não seria estranho, portanto, compreender esses registros enquanto arquivos privados, mais especificamente, arquivos sociais (BELLOTTO, 2006), visto que se tratam de documentos provenientes de projetos sociais, e alguns inclusive, como é o caso do SP Invisível, tornaram-se uma organização não governamental.

Contudo, os documentos produzidos não são apenas os administrativos, que são provenientes das atividades-meio, mas as narrativas visuais, que são a atividade-fim de

cada um deles, projetada nas mídias sociais. Esse fato muda toda a dinâmica desses registros, visto que eles só existem porque existe a mídia social, são feitos para serem expostos e ter visibilidade e expansão, a partir dos engajamentos dos seguidores. Mas essa mudança não nega sua possibilidade enquanto arquivo, visto que, segundo o próprio dicionário brasileiro de terminologia arquivística, o arquivo é considerado um "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (BRASIL, 2005, p.27).

O fato de ser independente da natureza do suporte, cria para o arquivista um horizonte de possibilidades e de responsabilidades também. As redes sociais digitais e outras plataformas tomaram uma dimensão tão grande, que movem desde campanhas políticas até relações íntimas. Parte da sociedade produz informações e dados a respeito de si mesma, registra momentos em vídeos ou imagens, conversa via aplicativo, realiza aulas - em tempos de pandemia, isso se tornou a forma pela qual realizamos a maior parte das nossas atividades - e enfim, mescla cada vez os espaços, *offline* e *online.* Negar que há uma transformação digital que alcança os arquivos e que deve ser objeto de reflexão e trabalho, é de certa forma, negar uma responsabilidade que também é desse profissional do início do século XXI.

Se a humanidade já foi atravessada pela chegada dos diversos suportes anteriores, como papiros, pergaminhos e o papel, sofisticando sua forma de preservação ao longo do tempo, e descobrindo, a partir da análise diplomática, como conferir autenticidade e confiabilidade aos documentos, atualmente o nosso papel é estar aberto para discussões interdisciplinares, e ao mesmo tempo colaborar ativamente nos processos de elaboração de *softwares* (BELLOTTO, 2006) que contemplem os requisitos necessários para assegurar segurança jurídica e a preservação a longo prazo desses documentos.

No caso dos documentos gerados pelas páginas selecionadas e elas mesmas, se as consideramos um documento em si, possuem um potencial político de resistência, pois as pessoas entrevistadas, vivem numa espécie de invisibilidade, não porque não são vistas, mas porque, como apontado anteriormente, sua própria dimensão humana e de cidadão é questionada. Conforme aponta Jessé Souza,

> "Gente" e "cidadão pleno" vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que "habita", de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamentos cotidianos. (SOUZA, 2003, p.180)

A população em situação de rua não é uma massa homogênea, são pessoas com histórias diversas, que precisam ser contadas por eles mesmos. E essas páginas, ao trazerem essas narrativas, são capazes de enfrentar essa corrente hegemônica de pensamento que mal os enxerga enquanto cidadãos plenos. A arquivologia é um campo disciplinar que tem em suas bases a função de ser alicerce do Estado, e desenvolveu métodos de organização e difusão das informações que foram se sofisticando ao longo dos séculos. Mas apesar de seu indubitável caráter técnico, isso de forma alguma pode induzir ao erro de que o profissional de arquivos, por se qualificar em uma profissão que possui métodos pré-estabelecidos, materializados em manuais e regras, precisa ser neutro ou menos analítico.

Ao contrário, para que nosso fazer não seja mais um instrumento do poder do opressor, é preciso que haja por parte de seu corpo técnico, uma dimensão social bem clara, que norteie todas as atividades. Isso se aplica a qualquer área de conhecimento. Tomemos a medicina como exemplo. Os profissionais precisam saber realizar uma cirurgia, entender a técnica, aprender a partir dos livros e também dos saberes empíricos, e isso não os isenta da sua dimensão social, da necessidade de pensar seu lugar na sociedade, há quem eles estão servindo, ou deixando de servir. Os arquivistas precisam ter essa consciência, e admitir tanto que precisam executar bem a técnica, como também não deixar de lado o senso crítico.

Assim, adentrar no universo complexo das tecnologias de informação e fazer parte da transformação digital da sociedade é uma necessidade que se impõe à nossa profissão, que só existe por uma demanda da social, e só vai continuar existindo se formos capazes de acompanhar as mudanças pelas quais estamos passando. E se meu campo disciplinar me dá condições de responder à necessidade de preservação do patrimônio digital, usar isso para manter viva a memória de pessoas que raramente têm a possibilidade de falar por si mesmas, é uma escolha consciente e política. Desta forma,

> para que o documento arquivístico digital possa ser utilizado como fonte de prova, testemunho, memória, patrimônio e cidadania plena, precisa ser

> autêntico. Tal característica deve ser mantida tanto no ambiente de gestão quanto no de preservação, seja abordagem custodial ou pós-custodial. Caso a cadeia de custódia seja interrompida, o tempo em que os documentos não estiveram sob a proteção do seu produtor ou sucessor, será suficiente para causar dúvidas com relação a sua autenticidade. (FLORES; MAZUCO; SANTOS, 2020, p.251)

Conforme apontam Flores, Mazuco, Santos (2020), os arquivos digitais são vulneráveis por natureza, não só no sentido de perda das informações pela obsolescência e degradação dos suportes, mas do risco de modificações, seja por descuido ou por má fé, o que põe em risco sua autenticidade. Diante de narrativas que propõem não apenas denunciar uma situação de vulnerabilidade social grave, mas também travar uma luta pelo reconhecimento, o cuidado para que essas informações não sejam falsificadas deve ser grande. Além disso, "as adulterações em documentos digitais não deixam vestígios, já em documentos analógicos, registrados em suportes como o papel, podem ser identificadas por métodos baseados na análise do suporte e da assinatura. " (FLORES; MAZUCO; SANTOS; 2020, p.251). Pensar na preservação da memória desses grupos e desses movimentos sociais exige, portanto, a compreensão de métodos que agreguem também a diplomática voltada para documentos digitais, para que seja possível que as próximas gerações tenham acesso aos registros, tendo a confiança de que eles são autênticos, tanto quanto temos hoje a respeito de documentos criados há séculos.

Por isso, o caminho a ser percorrido terá como base as prerrogativas arquivísticas que dão confiabilidade e autenticidade a esses documentos, o que só é possível a partir da utilização do conceito de cadeia de custódia voltada para o ambiente digital. Ou seja, combinar o que já é tradicionalmente estabelecido na área, com o que o e-ARQ Brasil atualmente nos apresenta em termos de requisitos (FLORES; ROCCO; SANTOS, 2016).

As proposições a seguir serão executadas durante a tessitura da tese, e podem, por isso mesmo, sofrer alterações devido às questões que surgirem pelo caminho. É preciso considerar que haverá uma intervenção arquivística no acervo, bem depois dele ter sido criado, e atualmente eles não são geridos por um sistema de gestão arquivística de documentos (SIGAD) e por isso mesmo, estão sujeitos à insegurança própria do ambiente digital, e até jurídica. Tendo em vista todas essas questões, com o arcabouço

teórico disponível e os desafios que se apresentam, nos parece razoável que sejam tomados os seguintes passos:

1. Entrevista com os criadores das páginas, para que sejam rastreados o contexto de produção desses documentos, seus objetivos, o tamanho do acervo a ser tratado e a estrutura lógica do projeto/ ONG;
2. Elaboração de um organograma de cada página, a ser apreciado pelos criadores das mesmas, refletindo sua estrutura, atividades - meio e fim;
3. Estudo dos fluxos de trabalho, para compreensão das etapas que são realizadas até o post ser criado na página, etapa importante para manter a cadeia de custódia;
4. Adaptação e aplicação do plano de classificação e tabela de temporalidade de atividade-meio vigente hoje no serviço público federal e estudo e elaboração de plano de classificação e tabela de temporalidade para atividade-fim para cada uma das páginas, considerando todas as especificidades destes documentos;
5. Construção de projeto de gestão e preservação digital do acervo produzido até o momento desta intervenção e os que serão criados a partir dela. Aqui será proposta uma política arquivística;
6. Desenvolvimento ou adaptação de sistema pré-existente para um SIGAD, a partir dos requisitos propostos pelo e - ARQ e migração do acervo considerado permanente ou de prazo de guarda longo para software específico que contemple uma das pontas do RDC- Arq, sendo as outras duas, o hardware e os metadados.

Neste sentido, como afirmado anteriormente, a interdisciplinaridade é fundamental e facilita a entrada na seara das tecnologias de informação voltada para a preservação digital, como é o caso do *Archivematica*, que atualmente, aparece como sendo o software mais seguro e viável para tal fim, visto que, se trata de "um sistema de preservação digital de software livre, gratuito e de código aberto projetado para manter os dados baseados em padrões de preservação digital e o acesso em longo prazo para coleções de objetos digitais". (COSTA; FLORES; MARTINEZ; NOVAIS; RODRIGUES, 2016, p.14).

O acesso a esses arquivos será possível através do software AtoM, pois, embora possam ser atualmente visualizados e receber interações na mídia social de origem, eles não estão preservados do ponto de vista arquivístico. Essa plataforma permite que os registros sejam acessados após estarem organizados e descritos, além de estarem a salvo da obsolescência das mídias sociais, visto que o acesso é o objetivo primordial do trabalho de preservação, neste caso pensado a partir da perspectiva de manutenção da cadeia de custódia segura para ambientes digitais.

4 Considerações finais

Movimentos sociais digitais ou net-ativismos (DIFELICE, 2020), podem contribuir para dar visibilidades positivas e criar redes colaborativas de atuação para pessoas que vivem à margem da sociedade. Neste sentido, a mídia torna-se um instrumento e, não apenas auxilia na definição de quem o povo afirma ser, mas "é o material da autoconstituição, o lugar da luta hegemônica sobre quem 'nós' somos" (BUTLER, 2018, p. 26). Como a obsolescência dessas mídias sociais é um fato, vemos a importância de preservar esse acervo, triangulando os conhecimentos da arquivologia, memória social e das tecnologias de informação, de forma que elas estejam à serviço da sociedade e dos direitos humanos. Inclusive, este trabalho tem como uma das metas criar uma ponte entre a arquivologia e essas mídias.

Conforme aponta Aleida Assman, "controle do arquivo é controle da memória"(ASSMAN ,2009, p.368), e se esses registros são arquivos, geri-los é também criar a possibilidade de colocar esse tipo de memória em disputa. Se as memórias oficiais, geridas pelo Estado, são frutos de processos robustos de enquadramento de memória, que definem e delimitam fronteiras entre coletividades, as memórias chamadas, "subterrâneas", são capazes de movimentar essas estruturas, quando tem a oportunidade de emergir de alguma forma (POLLAK, 1989). E essas páginas estão mexendo com esse tipo de memória, colocando-as em disputa no espaço público. Além disso, sabemos que para que um arquivo seja considerado de valor permanente, houve antes disso um processo de seleção, que se pretende o mais isento possível. Contudo, esses processos não são apenas aqueles previstos em manuais e códigos pré-estabelecidos, mas estão também inseridos em contextos sócio culturais.

Isso significa que, além da seleção que é realizada a partir das tabelas de temporalidade e planos de classificação, há uma anterior. A que decide se este ou aquele

suporte é ou não é passível de tratamento arquivístico. Já existem estudos que afirmam que, do ponto de vista institucional, esses registros são arquivísticos e devem ser geridos enquanto tal:

> Assim, a custódia deverá contemplar toda a informação manifestada em suporte, registrada na decorrência das funções e atividades do órgão, que poderão constituir fonte de prova ou imputar algo na vida das pessoas. Essa perspectiva inclui e-mails, websites, documentos digitais, sistemas informatizados para gestão e preservação, **redes sociais**, dados de pesquisa, filmagens de câmeras de videomonitoramento, entre outros. (FLORES; MAZUCO; SANTOS, 2020, p.252, grifo nosso)

Mas mesmo nas instituições públicas, sabe-se que na grande maioria não há uma preocupação com a gerência desse tipo de suporte, por algumas questões: a primeira, porque infelizmente muitas ainda precisam pleitear pelo investimento na preservação dos documentos analógicos e acabam não dando conta de pensar sobre esses novos suportes. A outra é que, pela falta de conhecimento na área de tecnologia de informação, existe uma aversão por parte da maioria dos profissionais de tratar desse tipo de acervo. Com isso, se a memória institucional do que é produzido no início do século XXI pode ser perdida, do ponto de vista da memória que é produzida pela sociedade civil, isso fica ainda mais evidente.

Portanto, estar atento às mudanças que ocorrem no mundo é importante, visto que se os arquivos são armazenadores de conhecimento (ASSMAN, 2009), trabalhar com registros produzidos por páginas de mídias sociais que militam para que vozes tradicionalmente silenciadas sejam ouvidas é também uma forma de tornar essas informações sobre net ativismo e pessoas em situação de rua, fonte de conhecimento para as próximas gerações e também, a geração atual. Se conseguirmos acompanhar a evolução das tecnologias, não sabemos, mas é necessário que haja um esforço consciente para tal, porque ou iremos protagonizar e contribuir para uma transformação digital que privilegia a preservação, ou iremos ser engolidos por ela, e perder grandes oportunidades de trabalhar com arquivos tão interessantes.

REFERÊNCIAS

ASSMAN, A. *Espaços da recordação. Formas e transformação da memória cultural.* Campinas: Unicamp, 2009.

BELLOTTO, H. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis RDC - Arq.* Rio de Janeiro. RJ, 2015. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021

BUTLER, J. *Corpos em Aliança e a política das ruas.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, M; FLORES, D; MARTINEZ,N; NOVAIS,M; RODRIGUES, S. *Guia do usuário Archivematica.* Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2016.

DAMIN, M. *Memória e ciclo de vida dos objetos digitais no Instagram*. 2020. 163f. Tese (Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2020.

DI FELICE, M. *Net-ativismo e ecologia das interações nas redes digitais*. Online. Disponível em: <https://www.massimodifelice.net/cpia-de-epistemologia-reticulares->. Acesso em: 10 set.2020.

LÉVY, P. A *inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.* São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SANTOS, H; MAZUCO, F; FLORES, D. Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. In: *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 244 - 271, maio/ago. 2020.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

DE MORTE "MORRIDA" OU "MATADA", DOCUMENTADAMENTE MORTO

Camila Mattos da Costa

Resumo: Abordaremos a construção da ideia de documento de arquivo como prova e testemunho de ações, relacionando-os com a documentação produzida pelo Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro (IML) utilizados no processo de estabelecimento de uma verdade jurídica a partir das reflexões etnográficas apresentadas na obra Matar o Morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, de Flavia Medeiros. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico. Está inserida em uma perspectiva de pesquisa arquivística que pretende perceber a contextualidade de forma mais ampla, baseando-se suas dimensões culturais e sociais. O debate teórico dá-se a partir dos trabelhos de Delmas (2010), Eastwood (2016), Foucault (1979; 2011) Freitas (2009), Frohmann (2004), González de Gómez (1999), Hjørland (1998), Iacovino (2016), Murguia (2010), Nesmith (2018) e a própria obra de Medeiros (2016). O resultado alcançado é a reflexão arquivística a partir da etnografia realizada pela antropóloga no IML. A etnografia de Medeiros pensa o processo de matar o morto, ou seja, sua institucionalização na burocracia que, para nós, é o processo de documentar o morto.

Palavra-Chave: Instituto Médico-Legal. Documento Pericial. Burocracia.

Abstract: We will approach the construction of the idea of archival document as proof and testemony of actions, relating it to the documentation produced by the forensic institution of Rio de Janeiro (IML), used in the proccess of establishing a juridic truth, based on the ethnographic reflexions presented in the book Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, by Flavia Medeiros. This is a exploratory and bibliographical research. It is part of a perspective on archival research that aims to analyse the context in a broader sense, by its cultural and social dimensions. The theorethical debate is conditioned by the works of Delmas (2010), Eastwood (2016), Foucault (1979; 2011) Freitas (2009), Frohmann (2004), González de Gómez (1999), Hjørland (1998), Iacovino (2016), Murguia (2010), Nesmith (2018) and the book by Medeiros (2016). The result achieved is the archival reflexion from the etnography implemented by the anthropologist in the IML. Medeiros' etnography thinks the proccess of killing the dead, that is, its institutionalization in the bureaucracy that, for us, is the proccess of documenting the dead.

Keywords: Rio de Janeiro Forensic Institute (IML). Forensic documents. Bureaucracy.

1 Introdução

Um corpo sem pulso vital que dá entrada em um Instituto Médico-Legal (IML) ainda é um vivo diante da burocracia. É preciso que este corpo tramite pelos caminhos burocráticos que atestarão sua morte. A tramitação dá-se na mesma medida em que os documentos que o acompanham circulam, compõem novos documentos e alcançam o objetivo, ou seja, atestam o óbito de determinado indivíduo.

Abordaremos a construção da ideia de documento de arquivo como prova e testemunho de ações, relacionando-os com a documentação produzida pelo Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro utilizados no processo de estabelecimento de uma verdade jurídica (MEDEIROS, 2016). O IML é um órgão da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro que possui funções auxiliares e, consequentemente, subalternas ao judiciário. Ressalte que auxiliar e subalterno não significam funções de menor importância, mas funções subordinadas dentro de uma estrutura administrativa complexa como é o Estado brasileiro e seu judiciário.

A sede do IML-RJ, cujo o nome homenageia o médico Afrânio Peixoto, realiza em média 17 *necropsias* por dia. Nessa instituição, que faz parte do quadro da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, corpos de pessoas vítimas de mortes violentas são examinados e identificados a partir de técnicas de medicina legal, e registros públicos são construídos através de práticas burocráticas. Os exames dos corpos e a produção dos registros têm como objetivos revelar a causa da morte; determinar a identificação civil do cadáver, declarando assim o *morto*; produzir informações sobre a morte e o *morto*; e encaminhar o corpo ao enterro. (MEDEIROS, 2016, p. 25-26). São realizados exames em cadáveres de indivíduos vítimas de algum tipo de violência ou aqueles em que a causa da morte é desconhecida. Os registros são, portanto, resultado e insumo das atividades da burocracia. O IML produz documentos porque há um conjunto de outros documentos que lhe confere as competências legais de produzi-los. Se não fosse formalmente autorizado a fazer, ou seja, a autoridade competente, seus documentos não teriam utilidade.

A partir do debate teórico feito por autores como Delmas (2010), Eastwood (2016), Foucault (1979; 2011) Freitas (2009), Frohmann (2004), de González de Gómez (1999), Hjørland (1998), Iacovino (2016), Murguia (2010), Nesmith (2018), em diálogo com a antropóloga Flávia Medeiros (2016) pretende-se abordar o papel social dos

documentos e seus agenciamentos. Muitas destas agências só são possíveis porque os documentos são entendidos como prova e testemunha das ações. Assim o são porque todo e qualquer documento público é produtor de provas, sejam elas provas administrativas e/ou jurídicas. A fé pública não é uma escolha de quem os produz ou utiliza, mas uma condição intrínseca aos documentos públicos). O direito, a administração da justiça e os policiais utilizam dessa percepção, que representa a "fala" do Estado, social dos documentos para operacionalização de suas ações que passam a ter efeito porque documentadas. Neste caso, a ação é, enfim, "matar o morto" (MEDEIROS, 2016).

O documento é entendido como um instrumento no processo de criação da verdade judiciária (MEDEIROS, 2016). A noção de instrumento ressalta o caráter material do documento independentemente de seu suporte. No caso do IML, são os documentos os instrumentos legais que atestam a morte.

Os documentos que são criados e tramitam no IML estão inscritos dentro de um jogo de poder e exercem um papel importante no processo de "matar o morto" (MEDEIROS, 2016). Por sua importância é que devem ser pensados dentro de seu contexto social, político, econômico e cultural. É necessário reconhecer a função dos documentos e da informação, seu contexto de produção, os agentes que o produzem, os processos burocráticos que os criam e as relações de poder em que estão inseridos.

Essa relação com os documentos faz parte de um regime de validação por meio da escrita (MURGUIA, 2010, p. 132; FREITAS, 2009, p. 3) e do registro. Deste modo, os documentos acabam funcionando como instrumentos na produção da verdade, mas de uma verdade jurídica e burocrática. São eles que certificam que um indivíduo está realmente morto. O documento enquanto prova não é uma abstração: na "linguística, a prova é uma fixação e controle do significado textual permitido pelo documento e referendado pela instituição que o gera e na qual ele se agencia" (MURGUIA, 2010, p. 135). Deste modo, os documentos são produzidos de determinados modos devido aos seus agenciamentos e o contexto que o produziu. Nesse sentido, a validação da verdade não está no fato de serem os documentos escritos ou escrituras, mas em grande medida na autoridade burocrática produtora.

Este artigo analisa de que maneira o caráter de prova e o poder de legitimar verdades jurídicas oriundos dos documentos de arquivo reflete as estruturas de poder vigentes na burocracia estatal, em especial, os documentos e as verdades do IML. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico. Relacionaremos a abordagem teórico-conceitual da arquivística ao trabalho etnográfico realizado por Flavia Medeiros no IML do Rio de Janeiro.

Insere-se em uma perspectiva de pesquisa arquivística que pretende perceber a contextualidade de modo mais amplo, baseando-se em suas dimensões culturais e sociais. Além de ressaltar a importância do conhecimento a respeito da história da criação dos documentos por parte da sociedade para que as instituições sejam transparentes em regimes democráticos. (NESMITH, 2018)

O resultado proposto é a reflexão arquivística a partir da etnografia realizada pela antropóloga no IML. A etnografia de Medeiros pensa o processo de matar o morto, ou seja, sua institucionalização na burocracia que, para nós, é o processo de documentar o morto.

2. Documentar os vivos e os mortos

Ao longo do trabalho etnográfico de Flavia Medeiros, fruto de sua pesquisa de mestrado em Antropologia, os documentos podem ser percebidos como centrais. É o crachá utilizado para entrar no IML que abre portas dos vivos, a identidade utilizada para retirar corpos do IML; são os documentos que tramitam com os corpos sem vida: a foto na entrada, a identificação por meio da impressão digital que exige que este corpo tenha sido identificado em vida, os laudos, o atestado de óbito.

Ao analisar as rotinas e procedimentos referentes à identificação dos cadáveres, a autora apresenta a transformação de corpos desfigurados em corpos apresentáveis às famílias, ao mesmo tempo que discute como esses mortos se institucionalizam através de sua conversão em "provas" de crimes, o que é o resultado da associação de dois saberes acadêmicos (Medicina e Direito) e um saber profissional (Polícia Judiciária), que caracterizam a construção de verdades pela "Polícia Técnico-Científica" (MIRANDA, 2016, p. 15), que confluem diversos outros saberes.

> Além das atividades investigativas da polícia, estão diretamente relacionadas a ela atividades burocráticas. Tal como a forma de construção judiciária, a maneira como os registros policiais são realizados revela a primazia do

> cartório, em que os registros são "reduzidos a termo" e feitos sob sigilo, sendo materializados em documentos que, para que tenham validade legal, são autenticados com carimbos e assinaturas. Destarte, os cartórios funcionam como instrumentos de poder e "alteram o caráter impessoal das regras públicas, introduzindo elementos personalistas e particularizantes ao funcionamento do serviço" (MIRANDA apud MEDEIROS, 2016, p. 74-75).

Para matar o morto é preciso documentar o morto. A etnografia da antropóloga demonstra como o IML dá continuidade à morte conforme a define. A continuidade desenvolve-se "em forma de um processo, e em termos nativos é reconhecido como *matar o morto*, referindo-se à identificação do corpo e à causa da sua morte. Isto é, definir quem morreu e como morreu" (MEDEIROS, 2016, p. 26).

Os documentos funcionam como chaves capazes de abrir as portas do IML para os vivos e para os mortos. O crachá que autoriza a entrada de Flavia Medeiros no IML não é, em certo sentido, muito diferente da guia que dá entrada no corpo sem vida.

Conforme explica Miguel, papiloscopista do IML a Flavia Medeiros (2016, p. 29, grifos da autora), o corpo "inicia no *Setor de Necropsia*, tira-se uma foto, e por último, é feita a identificação através da datiloscopia que, segundo ele, é o principal instrumento para a identificação: a impressão digital". A impressão digital é tão importante nesse processo porque conecta com outros documentos do mundo dos vivos. Afinal, identidades, carteiras de motorista e passaporte exigem o cadastro da impressão digital dos indivíduos. Em posse dos documentos do cadáver, ou seja, aqueles tirados em vida, que o procedimento de preenchimento da documentação é feito, confrontando o documento de identificação com as impressões digitais coletadas.

No Brasil, a morte de alguém afirma institucionalmente por meio da Declaração de Óbito[67] (DO) – documento de modelo único constituído por elementos da forma e do conteúdo da diplomática. Uma de suas características é que consiste em um ato médico. Ou seja, os médicos constituem as autoridades competentes que afirmam que determinado indivíduo morreu. As DOs emitidas no Brasil são assinadas por médicos e constam nome completo, registro profissional do médico no Conselho Regional de Medicina, data tópica e data cronológica em que a morte foi atesta e a assinatura do profissional responsável. A partir da DO, elabora-se a Certidão de Óbito.

Ciente da importância dos registros documentais, Medeiros (2016, p. 32) buscou "reconhecer as práticas institucionalizadas de trabalho dos profissionais do IML, no que se refere à produção de registros dos cadáveres". A autora observou a rotina burocrática

[67]Optamos por escrever os tipos documentais com as iniciais em maiúscula.

institucional, percebendo que, "mais do que identificar, ou não, cadáveres enquanto indivíduos ou pessoas, o IML constrói institucionalmente corpos sem vida enquanto mortos".

A autora identificou no IML as características da burocracia cartorial brasileira, já identificadas anteriormente por Kant de Lima (1995) e Miranda (2000).

O trabalho etnográfico de Medeiros (2016, p. 34) aborda de que maneira "uma instituição da burocracia estatal, submetida à polícia, exerce o controle sobre corpos sem vida e como esses corpos mortos são produzidos pela burocracia", demonstrando "como os registros públicos são produzidos".

Para Medeiros (2016, p. 34), descrever como os cadáveres são transformados em mortos e como a burocracia produz os corpos, "a partir da observação da realização de exames médico-legais, permite explicitar como os policiais do IML constroem documentos públicos e estabelecem verdades". Destaca-se o uso do verbo construir por parte da antropóloga. Afinal, costuma-se dizer que os documentos são produzidos ou elaborados.

Flavia Medeiros (2016, p. 38, grifos da autora) busca demonstrar "como os mortos são *mortos* burocraticamente e como nessa instituição pública, responsável por construir os *mortos* institucionalmente, são estabelecidas as relações dos vivos com os *mortos*". Inclusive, com a burocracia do universo dos vivos. Além disso, as relações estabelecidas pelos corpos mortos em vida influenciam no modo como são tratados os mortos: a celeridade no tratamento dado ao cadáver de um policial que chegou ao IML é um exemplo. Medeiros (2016) narra que chamou sua atenção "o cuidado no tratamento do corpo e a agilidade no preenchimento dos papéis". A autora prossegue destacando o cuidado no preenchimento a fim de evitar equívocos ou incoerências burocráticas. Que caminho percorrem as inscrições, fazendo com que contribuam para a estabilização de redes de elementos heterogêneos e produzem determinados fenômenos? De que maneira, os imperativos culturais constituem determinadas formas documentais? É importante investigar os caminhos pelos quais as inscrições são estabilizadas em virtude das relações com outros agentes e instituições da rede. (FROHMANN, 2004, p. 240). É, nesse sentido, que pensamos o IML como aquele que é responsável por produzir a morte diante da burocracia.

Os documentos, como partes das relações sociais, estão inscritos dentro de jogos de poder e funcionam como um dispositivo de validação (MURGUIA, 2010, p.127) da

verdade, exercendo um papel importante em sociedades letradas como a nossa. Por sua importância é que o papel que ocupam deve ser pensado dentro de seus contextos[68] (social, político, econômico, cultural). O documento reflete as relações da sociedade que o cria. Por isso, é necessário que compreendamos o local ocupado pelos documentos (e pela informação), seus contextos de produção e daqueles que os produzem. Se antes era visto como o reflexo de uma ação, o registro material de um fato, agora é preciso percebê-lo a partir daquilo que é capaz de acionar e que o acionou como parte de suas relações subjetivas, todavia concretas.

Nesmith (2018), ao apresentar as teses do pós-modernismo da arquivística, aponta que os documentos são limitados por diversas influências e condicionam aquilo que podemos apreender deles.

A partir da relação estabelecida com e por documentos, há um regime de validação por meio da escrita (MURGUIA, 2010, p. 132; FREITAS, 2009, p. 3). Os documentos acabam funcionando como dispositivos de produção da própria verdade. No caso dos documentos produzidos pelo IML, produzem a verdade jurídica. Destaca-se que os documentos institucionais, mais especificamente textuais, ainda guardam uma certa aura sagrada (a fé pública é uma crença (fé) de que aquilo que se registra é digno de verdade. Portanto, é o que torna a falsificação de documentos públicos um crime de grande gravidade, porque é capaz de alterar a força simbólica coercitiva. – Eis a expressão do que é burocracia) que os torna portadores da verdade dos fatos ocorridos, apesar de reduzi-los a pequenos fragmentos passíveis de documentação. Para além disso, os documentos ainda ajudam a garantir os direitos daqueles que permanecem vivos.

Neste sentido, os documentos representam a verdade porque são prova. Murguia (2010, p.135) indica que o documento enquanto prova não é uma abstração: na "linguística, a prova é uma fixação e controle do significado textual permitido pelo documento e referendado pela instituição que o gera e na qual ele se agencia".

Podemos identificar ao menos dois dos "efeitos correlatos e constitutivos e simbólicos" relacionados aos documentos:

[68] Baseando-nos nas ideias de Nesmith (2018), usaremos contextos, pois acreditamos que o uso no plural enfatiza as diversas dimensões que constituem o contexto de criação de documentos e/ou arquivos.

> instauração de sistemas de legitimidade exclusivos (e excludentes) sobre o texto escrito: processos sócio-políticos de validação do documento – e apenas ele – como garantia e prova, implicando sua monumentalização. (LE GOFF, 1984) O poder de registro efetiva-se em macro e micro-práticas de exame, controle e vigilância (FOUCAULT, 1974), implementando o poder disciplinar centralizado – no Estado; desenvolvimento de formas burocráticas de controle, impessoalizando a política como administração da vida – dispositivos de agenciamento do poder (FOUCAULT, 2002). (...)
> Lei escrita como marca da quebra do consenso. Crime como infração da lei, e não como dano a outro; justiça baseada em sistema de provas da 'verdade' (FOUCAULT, 1974). (FOUCAULT apud FREITAS; LE GOFF apud FREITAS, 2009, p.8-9)

Na construção da verdade jurídica, percebe-se uma relação direta entre documento/fato/verdade, provocando o apagamento das "formas de legitimidade institucional e autoridade envolvidas na constituição de evidência na cultura ocidental" (FREITAS, 2009, p.3)

Entretanto, Gallo indica que a evidência é sempre parte de um processo de construção que produz "circularidade" do poder entre as instituições e os documentos (GALLO, 1992 apud FREITAS, 2009, p.20).

> Dito de outra forma: os processos sócio-históricos de construção do dizer institucionalizado – especialmente pela via do documento, em sua eficácia legal e principalmente simbólica – naturalizam e invisibilizam tanto tal processo quanto produzem a ilusão de transparência de seus artefatos e 'conteúdos informacionais', que são igualmente insumo das relações institucionais de poder. O fundamento do poder do documento (instância institucional), invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. (FREITAS, 2009, p.24)

O escrito tem a capacidade de produzir um certo efeito de evidência porque cria uma ilusão de "completude" e de "fechamento".

A própria verdade do documento depende do lugar e do momento do enunciado, formadores de seus contextos de produção. Os documentos servem como prova porque estabelecem relações com o mundo dos vivos. A princípio, o objetivo de um documento sempre é a "verdade":

> A prova, a demonstração e a autoridade são os critérios que definem a veracidade do documento. Devido a essas características, ele se insere nos agenciamentos sociais. Porém, esses critérios são válidos dentro de um dispositivo de poder (MURGUIA, 2010, p. 138)

Algumas propriedades das práticas com documentos são significativas quanto aos seus efeitos:

> A primeira é a materialidade: já que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles (...) Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quão profundamente elas estão incorporadas nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção (...) Uma terceira propriedade é a disciplina social: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares (...) Uma quarta propriedade é a historicidade: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem – tudo sob circunstâncias históricas específicas. (FROHMANN, 2004, p.236 -237)

É preciso que atentemos para as práticas sociais com documentos, pois revelam "como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural tornam-se informativos". Esse caráter informativo depende de práticas documentárias, de seu conteúdo e de sua forma (FROHMANN, 2004, p.245) Frohmann (2008 apud FREITAS, 2009, p.21) aponta ainda uma dupla materialidade dos documentos: "além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos".

Os documentos permanecem como início e fim de processos teóricos e práticos porque estão envoltos em formas de legitimações das instituições ou modos históricos de agregação de autoria. O autor do documento tem importante papel na legitimação e aceitação do próprio documento enquanto verdade. (FREITAS, 2009, p.2). O agente – que aqui também é o "agente da lei" – é quem tem a autoridade para produzir tipos documentais determinados. O mesmo vale para a instituição. E cada agente o faz considerando uma rede dentro de um conjunto de possibilidades do dizer.

Foucault (1979, p.14) entende a verdade como "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados". A noção de verdade está intrinsecamente ligada ao sistema de poder com o qual está vinculado. A própria ideia de que há uma verdade jurídica corrobora com a ideia de que não existe verdade distante de relações de poder que a circundam. E os documentos são necessários aos "regimes de verdade" (FROHMANN, 2004, p.247).

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12)

A medicina legal, campo que surge a partir da confluência da medicina e do direito, e é a responsável pela emissão de uma DO, atua como ciência que serve como critério para a investigação e construção de provas para inquéritos policiais (MEDEIROS, 2016).

Os documentos são elaborados a partir de objetivos pré-definidos, por isso, a forma e o conteúdo usados são tão importantes. A apropriação de um documento por aquele a que se destina é também mediada pelos aspectos formais dos documentos. Os documentos servem a diferentes objetivos de acordo com o grupo ou indivíduos. (HJØRLAND, 1998). No caso do IML deve-se registrar a verdade sobre a morte de alguém.

O documento de arquivo é registro formal e instrumento de uma determinada ação. São produzidos com o objetivo de viabilizar ações, portanto, são indissociáveis de seus contextos de produção. As ações são compostas por uma sucessão de passos, assim como são os documentos (DELMAS, 2010, p. 58). Os documentos são objetos/agentes vinculados a outros objetos e/ou agentes, além de possibilitarem que outras associações sejam realizadas no seu entorno. As relações estabelecidas por meio dos documentos são determinantes na forma e no conteúdo e constituem o próprio documento (MURGUIA, 2010, p. 139).

Segundo Delmas (2010, p. 129), o documento de arquivo é definido a partir de uma perspectiva clássica, "é aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte, foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais". Trata-se de um registro que tem valor probatório e informativo, assim como os produzidos pelo IML, apesar de concordarmos com a perspectiva que reconhece que os documentos "não pertencem ao mundo natural, mas são criações sociais" (EASTWOOD, 2016, p. 23) e que a proveniência de determinados documentos traduz-se dos processos técnicos e sociais "da inscrição, transmissão, contextualização e interpretação de documentos, os

quais são responsáveis por sua existência, características e continuidade histórica" (NESMITH apud NESMITH, 2018, p. 158).

O conteúdo, a estrutura e a organização do documento estão sujeitas antes às ações e aos agentes que a produziram (a própria ação e aos documentos) tanto quanto aos fatos apontados por elas existentes no mundo natural, bem como aos universos de referência discursiva que pertencem. As condições daquilo que é informado são determinantes ao próprio documento. Os documentos relacionam-se com ordem cultural, cognitiva, ética e estética, em que se enraízam as preferências semânticas e de conteúdo, remetendo-se a um universo de referência e uma formação discursiva próprios (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5).

Os aspectos da forma e do conteúdo servem para garantir a autenticidade dos documentos. Consequentemente, sua credibilidade. A credibilidade dos documentos relaciona-se aos tipos de práticas documentárias que os cercam. (DEAR apud FROHMANN, 2004, p. 239). Evoca-se novamente a noção de circularidade, apontada anteriormente. As ferramentas para verificação da autenticidade criadas pela diplomática apontam que um documento "pode ser factualmente incorreto, mas legal e diplomaticamente autêntico e genuíno" (IACOVINO, 2016, p. 267). Em busca da verdade jurídica e o critério de verdade no direito dependem do modo de evolução das regras relacionadas às provas (IACOVINO, 2016).

As ações de documentar e suas consequências podem funcionar com um mínimo de acordo entre os agentes envolvidos, mas também podem ser exigências institucionais e legais. Gallo (1992 apud FREITAS, 2009, p.20) afirma que o "domínio da circularidade" do dizer institucionalizado, escrito, garante-se e legitima-se, assegurando a instituição em que se origina.

Os policiais que atuam no IML são atores sociais que baseiam seus testemunhos escritos em regras explícitas ou implícitas compartilhadas pelos agentes (ou atores sociais). Aponta-se que

> a construção de testemunhos de informação responde a **regras construídas por sujeitos coletivos de práticas e discursos concretos, ancorados no tempo e no espaço.** Denominamos a estes sujeitos "atores sociais" quando existe algum grau de institucionalização e estruturação das ações coletivas dos quadros conceituais e das estratégias prático-discursivas que agenciam, suficientemente diferenciais para configurar ações **formativas** que os singularizem e sustentem expectativas de reconhecimento social.

> Sendo que um "testemunho de informação" só será sustentado ou construído por um indivíduo em situações e condições próprias (…) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 24, grifos do texto original)

Os policiais civis compartilham de valores, experiências e situações próprias de uma atividade profissional duradoura. Isso faz com que tenham condutas e relações com a sociedade civil próxima. Essas relações podem ser percebidas pelo modo como manipulam e registram cadáveres, mas também pelo modo como se relacionam com os reclamantes dos corpos mortos. As formas de ação diante dos acontecimentos são próprias de cada grupo social e são o que os diferenciam das outras formas de sociedade humana. Os atores sociais envolvidos dividem a realidade com atuações e comportamentos possíveis e concordam com suas ações porque compartilham uma rede de conceitos (COLLINS & KUSH apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.19).

A autoridade de quem registra os diversos documentos que circulam pelo IML é determinante para os sistemas de crenças no qual estão inseridos. A "palavra" do policial reafirma a veracidade do texto. É um dos efeitos discursivos oriundos do "princípio de autoria" provocador do "efeito discursivo de unidade no texto" (GALLO, 1992 apud FREITAS, 2009; ORLANDI; GUIMARÃES, 1993 apud FREITAS, p. 20-21).

O processo e o contexto de criação dos documentos que fazem com que sejam necessariamente produzidos no decorrer das atividades contém uma presunção de autenticidade (DELMAS, 2010). A tradição jurídica brasileira exige o registro em cartório, como faz o IML, "para dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos praticados, assegurando o cumprimento das formalidades legais necessárias a cada situação". Ana Paula Miranda e María Victoria Pita (2011) afirmam que há uma "lógica cartorial" que atravessa os procedimentos jurídico-burocráticos, que implica que o registro é algo de responsabilidade do Estado e dirige-se ao próprio Estado, objetivando a criação de uma interpretação autorizada sobre os fatos. A legitimidade do registro dá-se pela "fé pública", ou seja, pela imposição de certeza-veracidade ao documento produzido.

Os corpos de vítimas de mortes violentas são examinados e identificados a partir das técnicas de medicina legal, e registros públicos são construídos através de práticas burocráticas. Os exames dos corpos e a produção de registros têm como objetivo revelar a causa da morte; determinar a identificação civil do cadáver, declarando assim o morto;

produzir informações sobre a morte e o morto, e encaminhar o corpo ao enterro. (MEDEIROS, 2016 p. 26)

Um cadáver não é um morto. O cadáver que entra é construído como morto a partir de uma forma específica de registro dos fatos. Conforme aponta Medeiros (2016, p. 106), após observarem os órgãos e lesões internas, o perito médico-legista, em diálogo com o técnico em necropsia, apresentam a *causa mortis*. A causa da morte define-se de acordo com "categorias médicas em relação às razões anatomofisiológicas que motivaram a morte". É a transformação de traumas, perfurações, rompimentos e fraturas em registro. Depois, fotografa-se o corpo.

No IML, o papel dos documentos não demonstra sua importância a partir apenas daqueles produzidos pela própria instituição. Outros documentos cuja origem é exterior ao IML, como por exemplo os documentos necessários para a retirada do corpo. É preciso comprovar o grau de parentesco e isso é feito através de documentos.

3. Considerações Fúnebres

Além de diversos documentos diplomáticos relacionados à tradição cartorial brasileira, alguns já citados ao longo do texto, no IML circulam documentos de diversas ordens: Registro de Remoção, Registro de Ocorrência, Inquérito Policial, Livro de Óbito, Guia de Remoção de Cadáver, Minuta de Declaração de Óbito, Laudos Médicos. Documentos em mais de uma via e vias em cores diferentes demonstram um código compartilhado entre aqueles que produzem e circulam documentos dentro do IML. Matar o morto, então, é tornar o morto classificado e documentado. Não se deve desconsiderar a existência de outros registros que, sendo produzidos informalmente pelos próprios agentes públicos ou pelas pessoas que lá são obrigadas a ir, são fontes importantes de uma gama significativa de relações e valores que por lá circulam, ainda que não se configurem como documentos públicos capazes de oficialmente matar os mortos.

No IML, a morte acontece através da confluência do direito, da justiça, da medicina, da medicina legal e da polícia. O resultado da morte não é apenas o enterro do corpo, mas também a documentação que a certifica. O IML desloca a morte de algo natural da vida, mas burocratiza-a e a institucionaliza por meio de documentos.

Nesmith (2018) e Iacovino (2016) reafirmam a importância do debate a respeito do contexto de produção de documentos que são constructos sociais do mundo dos vivos e que acionam elementos nesse mesmo mundo.

É possível concluir que a centralidade dos documentos produzidos pelo IML dentro da tradição cartorial brasileira vai ao encontro das reflexões produzidas por de Freitas (2009), Murguia (2010), Frohmann (2004), González de Gómez (1999), Hjørland. Os documentos oriundos do IML estão inscritos em relações de poder que extrapolam os corpos dos mortos e os muros da instituição, além de terem efeitos para aqueles que permanecem vivos, garantindo direitos e estabelecendo relações.

REFERÊNCIAS

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: A natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 261-302.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.

FREITAS, Lídia Silva de. **Documento e Poder: uma arqueologia da escrita**. Rio de Janeiro: 2009.

FROHMANN, Bernd. Documenting Stability. In*:* **Deflating Information: From Science Studies to Documentation**. Toronto, Canadá: University of Toronto Press, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. Informare, vol.5 , no 2.,1999; p. 7-31

IACOVINO, Lívia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 261-302.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, [London] v. 54, n. 5, p. 606 - 621, dez. 1998.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o Morto: Uma etnografia do Instituto Médico-Legal do**

Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016.

MIRANDA, Ana Paulo; PITA, María Victoria. Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 59-81, out. 2011.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In: MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (orgs). **Documento: Gênese e Contextos de Uso**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. **Pensar os Arquivos: Uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

TORTURAS E TORTURADOS: MEMÓRIA, TESTEMUNHO E DENÚNCIA

Paula Ribeiro Igreja[69*]

Resumo: O período de 1964 a 1985 é marcado pela violência física e intelectual. A prática sistemática de torturas foi denunciada desde 1964 e declarada como excessos do golpe. O deputado Márcio Moreira Alves reúne uma série de testemunhos e documentos para denunciar a violação dos direitos humanos no regime militar brasileiro. Assim, publica em 1966 *Torturas e torturados*, o livro que seria proibido e publicado novamente em 1967. O presente trabalho procura pensar o título como um dispositivo de memória diante do negacionismo e políticas de esquecimento promovidos.

Palavras-Chave: Tortura. Livro de denúncia. Memória. Ditadura Militar

Abstract: The years from 1964 to 1985 are known for physical and intellectual violence. The systematic practice of torture has been denounced since 1964 and declared as coup's excesses. Deputy Márcio Moreira Alves gathers a series of testimonies and documents to denounce the violation of human rights in the Brazilian military regime. Thus, in 1966 he published *Torturas e Torturados*, book that would be banned and published again in 1967. The present work analyzes the title as a memory device in the face of the promoted negationism and policies of forgetfulness.

Keywords: Torture. Denunciation book. Memory. Military Dictatorship.

[69*] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (FGV CPDOC) Graduada em Biblioteconomia e Documentação. Membro do conselho editorial da Revista Mosaico.

1 Introdução

O Brasil viveu uma ditadura civil-militar entre os anos de 1964 e 1985. Ao longo desses 21 anos o país esteve sob os signos da violência física e intelectual. A Comissão Nacional da Verdade estima 434 mortos e desaparecidos ao longo do regime. Já no campo intelectual, Ventura (1988) estima que entre os anos de 1968 e 1978 foram censurados 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, 100 revistas, 285 capítulos e sinopses de telenovelas, e 500 letras de músicas. A censura configurou-se como uma forma de legitimação do discurso autoritário, negando-se ao diálogo e coibindo as críticas e acusações da mídia. Nesse sentido, a indústria cultural e os intelectuais atuaram como agentes de resistência e oposição a esse discurso hegemônico.

A memória da ditadura é ainda uma ferida aberta, Traverso (2012) fala em "amnistia" ao abordar a ditadura argentina. A redemocratização brasileira traçou o caminho de uma anistia amnésica, a Lei 6.683 de agosto de 1979 concedeu anistia ampla, sem condenação de culpados e responsáveis por quaisquer violações. A violência estatal no contexto ditatorial remete ao conceito de justiça de transição que compreende o

> [...] (re)estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos – suas vítimas e autores – e a promoção das possibilidades de aprofundamento democrático, pela justiça, verdade, reparação, memória e reforma das instituições. (ABRÃO; GENRO, 2012, p. 33).

A justiça de transição lida com o passado para resguardar o futuro, relaciona-se aos conceitos de memória ao passo que prova o forte elo entre o ontem e o amanhã. Assim, resolve que a ampla compreensão do passado e a reconciliação são primordiais para que a violação dos direitos e o autoritarismo tornem-se impensáveis.

> A ideia é que, se os elementos constituintes da justiça transicional forem compreendidos e aceitos pela sociedade, o futuro e o passado estarão sendo contemplados. Ao enfrentarmos os abusos passados, nos perceberemos lutando para que esses não voltem a atuar no futuro, pela garantia de que não mais se repitam. (BETTAMIO, 2014, p. 27).

Sendo a construção do passado fundamental para o futuro é preciso recorrer aos indivíduos e suportes que possam auxiliar a escrita dessa narrativa. Entre esses suportes abordaremos o livro. Há diversas publicações responsáveis por relatar os mais diversos aspectos da ditadura e suas violações. No presente artigo, recorreremos a *Torturas e Torturados*, o livro de 1966 consta na lista de "Livros Proibidos pelo Sr. Ministro da

Justiça”[70]. O documento enviado pelo Ministério da Justiça foi objeto de estudo do meu trabalho de conclusão de curso, apresentado em 2019. A presença do título, relacionado à denúncia de torturas, na listagem que elenca livros considerados subversivos e pornográficos despertaram o interesse para a obra. Sua repercussão e seu caráter precursor nas denúncias trouxeram diversos questionamentos, entre eles a reflexão acerca do papel do livro ao revisitar tais memórias. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo compreender como *Torturas e Torturados*, objeto importante para denúncia das torturas, pode ser analisado também como um dispositivo da memória.

A fim de alcançar tal resposta o trabalho foi dividido em cinco seções. A primeira introduz o tema; a seguinte aborda os conceitos de memória e esquecimento, conectando tais conceitos ao contexto da ditadura brasileira; posteriormente, centra-se no livro como um receptáculo da memória, uma testemunha do passado que irá transpor-se no universo do leitor; em seguida o foco é o livro *Torturas e Torturados*, seu alcance, reflexões acerca de sua trajetória como agente de denúncias e mecanismo contra o apagamento dos relatos e lembranças; por fim, são apresentadas as considerações sobre as reflexões exercidas.

2 Contra O Lembrar

A memória ocupa lugar fundamental nas questões sociais. Nesse escopo, Padrós (2001) afirma que há uma conspiração contra o “lembrar”[71] no pós-ditaduras do Cone Sul, e, portanto, essa caça destaca a memória. A supressão dos relatos e denúncias no período, através da censura e a escassez de políticas de reparação da memória – retratados no negacionismo da violência estatal, por exemplo – traçam elementos dessa conspiração. Como Padrós afirma (2001, p. 85): “os regimes totalitários do século XX deram à memória um estatuto inédito na medida em que perseguiram com afinco sua supressão”.

A fim de compreender tal questão é preciso compreender o que é a memória.

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o

[70] Encaminhamento nº 010/10355/75/SICI/1/DSI/MEC/76. Lista enviada em 1976 às Assessorias de Informação das universidades brasileiras. Contém 205 títulos considerados subversivos ou pornográficos pelo Ministério da Justiça. Referência no Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT4_0017_0004_d.

[71] Sem desconsiderar os diversos projetos e esforços que busquem reparar essa “conspiração do esquecimento” nos países do Cone Sul e do notável progresso em comparação com 2001, ano da publicação de Padrós. Contudo, destacando o caso brasileiro, “a recuperação factual sobre a repressão política empreendida durante a ditadura, assim como a reflexão sobre os sentidos desse passado permanecem inconclusas.” (Teles, 2015, p. 193).

> homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, não paginado).

A memória pode ser entendida como uma leitura de eventos passados, um campo que apesar das tensões que provoca é parte fundamental para manutenção da coesão dos grupos.

> A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. aldeias. regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLACK, 1989, p. 9).

O ato de lembrar, entretanto, como destacado por Pollack (1989), não é feito de forma solitária. Como expõe Halbwachs (1990) a memória é coletiva, isto é, mesmo os acontecimentos que vivemos sozinhos são lembrados através de referenciais calcados nas relações construídas socialmente.

> Qualquer lembrança, por mais pessoal que seja, mesmo a de acontecimentos de que tenhamos sido as únicas testemunhas, mesmo a dos pensamentos e dos sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas, palavras e formas da linguagem, com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte. Quando evocamos uma lembrança, e quando lhe damos um carácter preciso através da sua localização, em suma, quando a completamos, diz-se por vezes que a ligamos ao que a rodeia: na realidade é porque outras lembranças relacionadas com ela subsistem à nossa volta, nos objectos, nos seres no seio dos quais vivemos, ou em nós mesmos: elementos de destaque no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da existência corrente e modos familiares de ver [...]. (HALBWACHS, 1994, p. 38-39 apud SOBRAL, 1995, p. 292).

Assim, pode-se concluir que "conceito de memória coletiva ilumina que as formas de consciência do passado são em alguma medida compartilhados pelos indivíduos que convivem em determinados grupos e/ou coletividades". (MELLO, 2018, p. 14). A rememoração, entretanto, não é feita de forma espontânea, como aponta Bloch (1998, p. 227), "toda memória é um esforço", ou seja, o passado nunca é totalmente apreendido ao lembrar, ele é sucessivamente reinterpretado e construído. Dessa forma, a memória é composta de uma narrativa a ser construída e em contínuo embate. A memória coletiva é fruto de um discurso elaborado com base em escolhas e renúncias, portanto, a escrita da memória é composta também de esquecimentos. Nessa perspectiva, o esquecimento não é a oposição a memória, mas parte do processo de sua construção.

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, **aberta à dialética da lembrança e do esquecimento**, inconsciente de suas formações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA,1993, p. 9, grifo nosso).

Na perspectiva que a memória não é natural, mas uma construção com base em um esforço, passível de interpretações e apagamentos, Nora (1993) apresenta os lugares de memória.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas **se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los**. (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

A memória para Traverso (2012) é construída através da leitura do passado configurada pelas percepções do presente. Dentro do mesmo escopo, Traverso (2012) aponta que tanto a memória quanto a história preocupam-se e almejam o mesmo, isto é, a construção do passado. Contudo, história e memória diferenciam-se a partir da concepção que a história, segundo Traverso (2012) e Nora (1993), é o relato escrito a partir das exigências e de uma "operação intelectual". E, portanto, distancia-se das subjetividades da memória. À vista disso, para Traverso (2012) a história faz uso da memória como ferramenta de suas investigações.

A materialização da memória é demonstrada por Nora (1993) como uma obsessão pela preservação do passado pela preocupação do desaparecimento.

> À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que o tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15).

A supressão e perseguição das memórias da ditadura, segundo Padrós (2001), induz a um "esquecimento organizado". Pollack (1989) discorre acerca da presença das "memórias clandestinas" e seu lugar na cena cultural. No cenário autoritário brasileiro, destacamos a repressão à cultura que se mostrava como um obstáculo para o discurso autoritário.

> A uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constitui a base para centralização e o fortalecimento do poder totalitário. Para instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis. [...] Para fundamentar a verdade oficial inculca-se uma ideologia nos

> cidadãos que muitas vezes requer o terror, visando afastar da mente das pessoas a possibilidade de alternativas e opções. (NOVINSKY, 2002, p. 31).

A repressão cultural age como uma das políticas de desmemória. É possível citar inúmeras iniciativas por parte dos nichos culturais e intelectuais de resistência à ditadura e ao terrorismo cultural imposto pelo silenciamento. No contexto dos livros durante a ditadura militar, vemos que tais representações tiveram seu papel na indústria cultural, além disso, se tornaram referenciais da memória através do registro, materializando-as e, por isso, tornaram-se alvos da perseguição estatal.

> O poder que os livros possuem, a força das ideias impressas, por sua capacidade de difusão, é que dá aos impressos – e em especial aos livros – seu significado cultural e político insubstituível na história; e àqueles que os produzem, um papel particular no processo de "criação intelectual" (REIMÃO,2016, p. 11).

Com base no exposto anteriormente e no empenho de superar os esquecimentos orquestrados, iremos refletir nas próximas seções a formação da obra *Torturas e Torturados*, uma referência para a denúncia às torturas e uma publicação de valor incalculável para o registro das memórias dos que sofreram com a violência do Estado. Ao analisar o livro de Márcio Moreira Alves pretendemos compreender de qual forma um impresso pode lutar contra o esquecimento e denunciar os crimes do regime civil-militar.

3 A eterna testemunha

O livro, pela perspectiva de Borges (2011), é uma extensão da memória, um objeto "impregnado de passado", capaz de relatar todo o tempo transcorrido desde o momento de sua escrita até o da leitura. Sendo assim, o livro é entendido como um depositário da memória.

> O livro mobiliza a memória de duas maneiras: o livro é escrito por alguém que lembra, e se forma através da língua de outros livros que carrega consigo, e nos leva a fazer um trabalho de chamar de volta as lembranças para estabelecer conexões, intratextuais e intertextuais. O livro, nesse sentido, **é memória depositada**, sedimentada em sua escrita e memória ativa, a do leitor que estabelece suas próprias relações no tempo por ele designado. (CRIPPA,2007, p. 119, grifo nosso).

A relação entre leitor e palavra impressa dialoga com as percepções do leitor, ditadas por seu contexto, e o discurso do autor. Portanto, o livro possibilita a conexão entre passado e presente, como grifa Fischer (2006, p. 40): "os leitores conseguem

ampliar sua comunicação no tempo e no espaço; podem também expandir sua memória em extensão e duração."

O livro, enquanto receptáculo da memória e instrumento capaz de unir passado e presente, é constituído como "uma instituição da memória para a consagração e permanência" (BAÉZ, 2016, p. 51), ao passo que registra e preserva a memória, tornando-se capaz de revivê-la no futuro, porém, através de uma perspectiva e contexto distintos, e através de novos intermediários. Diante disso, é possível compreender o porquê a destruição dos impressos é chamada de memoricídio[72]. Para Bossié (2009), tais práticas preveem uma tentativa de construir uma nova "subjetividade na sociedade" ao tentar apagar o registro dessas memórias.

Os impressos são alvo dos grupos hegemônicos e dos poderes que os perseguem – censura, proibições, destruição e apreensões – pelo potencial que possuem de difundir os ideais que registram, mas também a apresentação de novos pontos de vista. Assim, Manguel (2010, não paginado) indica que "a ilusão acalentada por aqueles que queimam livros é a de que podem cancelar a história e abolir o passado". Entretanto, o efeito da censura não é de apagamento, conforme Silva (2010), as proibições revertem o estigma e podem popularizar o título.

> É claro que são de natureza diversa os motivos que levam o público a procurar o ilícito desde os tempos imemoriais do paraíso terrestre, onde o fruto proibido era o mais apetecido, mas no geral constata-se uma atenção especial para com o censurado. [...] Ao contrário do que poderia esperar a censura, o livro proibido adquire um charme adicional com a proibição. O estigma funciona ao contrário. (SILVA, 2010, p. 35).

A resistência do impresso aos atos que coíbem seu discurso e ao passar do tempo lhe conferem a condição de "testemunha imortal", de modo que "testemunham a glória e os conflitos de nosso passado." (FISCHER, 2006, p. 40). Sendo assim, o livro, enquanto registro das mentalidades humanas, é capaz de preservar memórias, assim como atua em conjunto com a "memória ativa" ao possibilitar que novos agentes sejam transportados para os escritos, sentimentos e percepções de outrora.

4 Torturas e Torturados

O livro *Torturas e Torturados* de Márcio Moreira Alves, prefaciado por Alceu Amoroso Lima, teve sua primeira edição em 1966, publicado pela editora Idade Nova. A obra apresenta sete capítulos, além de seu prefácio, introdução e apêndice. Os

[72] Ver Baéz (2006).

capítulos intitulados “A Mecânica da Dor”, “A Campanha de Imprensa”, “Nas Prisões do Recife”, “Relatório da Comissão Civil”, “O Estupro de Goiás”, “A Polícia da Guanabara” e “Casos Esparsos” abordam as denúncias dos casos de torturas, seus depoimentos e investigações.

Trata-se de “um livro documental que procura registrar os casos de tortura ocorridos naquele período da forma mais detalhada possível.” (MAUÉS, 2011, p. 51), ou como define seu próprio autor:

> Este livro, este inquérito, esta reportagem, como queiram chamá-la, não é um libelo contra pessoas ou contra regimes ou contra acontecimentos históricos, é um libelo contra a inumanidade. É a demonstração de que a brutalidade é negativa e contraproducente. (ALVES, 1966, p. X).

De acordo com o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2001), o jornalista e deputado Márcio Emanuel Moreira Alves, elegeu-se deputado federal em 1966 pelo Movimento Democrático Brasileiro e teve seu mandato cassado pelo AI-5, manteve-se em exílio de 1968 até 1979, quando retornou ao Brasil graças ao decreto da Anistia.

O autor narra ter ouvido as primeiras notícias de tortura vindas de Recife em abril de 1964, essas seguidas da promessa das autoridades do Exército de visitas de jornalistas e fotógrafos aos quartéis, apesar disso, logo conclui:

> É desnecessário dizer que a visita jamais foi feita. A primeira vez que jornalistas puseram os pés nos quartéis de Pernambuco para este fim foi em setembro, quando acompanharam a comissão civil de investigações criada em virtude das denúncias que fizéramos. (ALVES, 1966, p. 31).

A “primeira notícia concreta” de tortura, segundo Alves (1966), teria sido em 18 de abril de 1964. Quando o operário membro do Sindicato dos Ferroviários, José de Souza, detido no DOPS, “cometeu suicídio”. Em resposta, Márcio publica o artigo “Excesso da Inquisição” no Correio da Manhã de 19 de abril de 1964. A publicação condena os maus tratos, declarando que os crimes cometidos contra a integridade humana não poderiam mais ser considerados excessos das primeiras horas da “revolução”. Márcio clama pelo posicionamento dos jornalistas, oposicionistas ou não.

O artigo dá prosseguimento às reportagens de Márcio denunciando as torturas. Suas publicações nos jornais o transformam em um interlocutor das vítimas das torturas.

> Denunciei as torturas e chamei os intelectuais brasileiros à luta contra o aviltamento da condição humana, que era impunemente praticado pelos policiais do movimento de 1. ° de abril. Este artigo fez com que, dali por diante, em minhas mãos se concentrasse uma verdadeira torrente de informações, mais ou menos detalhadas, sobre os maus tratos a presos políticos. (ALVES, 1966, p. 36).

Assim, Márcio, junto dos demais jornalistas responsáveis pelas denúncias, relata a sensação de responsabilidade pela vida dessas testemunhas, bem como o quanto tal sacrifício era essencial.

> A defesa dos direitos inalienáveis do homem é um ideal pelo qual qualquer sacrifício deve ser feito. Mas a capacidade humana de abstração é limitada. Liberdade e Direito não têm a cara arrebentada pelos cassetetes da polícia. Não têm nome, mulher, filhos e endereço. Púnhamos o zêlo na defesa de nossos ideais abstratos expondo casos concretos, de gente com ficha e lugar de nascimento. E carregávamos para casa, para os exaustos fins de noite que se sucediam ao trabalho da redação, o peso daquelas vidas que, sem que as conhecêssemos, de nós em parte dependiam. (ALVES, 1966, p. 38).

Diante disso, Márcio empenhou-se no levantamento, documentação e denúncia dos casos.

> A partir daquele instante a grande campanha contra as torturas estava consolidada. Todos os recursos foram concentrados na obtenção de informações, em sua triagem e confirmação e na exposição dramática do imenso painel de bestialidade que cobria o Brasil inteiro. (ALVES, 1966, p. 39).

A publicação de *Torturas e Torturados* ocorre em 1966, o livro reunia um compilado das publicações de Márcio denunciando as arbitrariedades do regime e as sevícias cometidas. No entanto, sua proibição em 1966 fez com que o lançamento tenha sido adiado para uma segunda edição em 1967.

> Já em 1964 surgiram as primeiras denúncias de torturas, que deram origem, em 1966, ao primeiro livro de denúncia desses fatos: Torturas e torturados, de Márcio Moreira Alves (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966). Lançado em 1966, o livro foi proibido e recolhido pelo governo federal – e foi, também, usado como argumento para a tentativa de impugnação da candidatura a deputado federal do autor. No entanto, a obra foi liberada pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu sua segunda edição. (MAUÉS, 2011, p. 51).

A proibição do livro em 1966, e seu novo lançamento em 1967 não impediram a repercussão do livro mesmo após seu novo lançamento. Todos os exemplares foram apreendidos, ocasionando também a prisão de um gráfico.[73] A obra foi enquadrada como um crime contra a segurança nacional e sua apreensão ordenada ao Departamento de Polícia Federal através da resolução nº 109-B de 1967, conforme sua transcrição no processo 41.098 do Superior Tribunal Militar[74].

> Considerando que o livro "Torturas e Torturados" de autoria de Marcio Moreira Alves, ofende a dignidade das Forças Armadas, instituições nacionais permanentes e regulares (Constituição Federal, art. 92), e deliberada e publicamente incita a animosidade das classes civis contra elas, o que constitui delito definido no artigo 33 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967;

[73] Correio da Manhã 31/05/1967.

[74] Disponível no banco de dados Brasil: Nunca Mais. BNM 078. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/136052>. Acesso em: 2 jun. 2020.

> [...] Considerando, ainda, que o aludido livro está eivado de inverdades, falseando episódios e buscando induzir o leitor a conclusões totalmente alheias à realidade dos fatos resolve:
> Nº 109-B- Determinar ao Departamento de Polícia Federal a apreensão do livro "Torturas e Torturados" de autoria de Marcio Moreira Alves. (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1977, não paginado, grifo conforme o original).

O Decreto-Lei nº 314, define os crimes contra a segurança nacional. Destacamos do referido artigo:

> Art. 33. Incitar publicamente:
> I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;
> II - à desobediência coletiva às leis;
> III - **à animosidade entre as Fôrças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;**
> IV - à .luta pela violência entre as classes sociais;
> V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;
> VI - ao ódio ou a discriminação racial:
> Pena - detenção, de 1 a 3 anos.
> Parágrafo único. **Se o crime fôr praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos e de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, será aumentada de metade.** (BRASIL, 1967, não paginado, grifo nosso).

As apreensões tiveram como resposta manifestações do Congresso. O deputado catarinense, Doin Vieira, em declaração publicada no Correio da Manhã de 1 de junho de 1967, alertou para o agravo à liberdade intelectual e declarou que os atos repressivos contra a obra aumentariam sua relevância, sua divulgação e o desejo de lê-la. A divulgação do título foi além das repercussões repressivas, em 31 de maio de 1967 no Correio da Manhã, foi anunciado o lançamento festivo de *Torturas e Torturados* na Livraria do Teatro Santa Rosa.

O livro de Márcio Moreira Alves como precursor dos livros de denúncia foi um estímulo do contraponto ao discurso oficial para as publicações que, como aponta com Maués (2011), popularizaram-se a partir de 1979.

> Mas foi em 1979 que a denúncia da tortura passou de fato a ser um tema recorrente em diversos livros. O clima político um pouco mais aberto, a campanha da anistia e as discussões sobre a reorganização partidária mostravam que o país começava a entrar em um novo momento político, em que a ditadura ainda vigorava, mas que certos temas podiam começar a ser debatidos de forma efetivamente pública. Temos aí já uma variedade de obras que abordam a questão da tortura, seja como um de seus temas centrais, seja como um dos elementos do livro. (MAUÉS, 2011, p. 54-55).

A literatura brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 foi marcada pelos títulos com viés político, como demonstra Reimão (2018). Diante desse contexto, destacam-se, conforme Hollanda; Gonçalves (1980), os gêneros "romances políticos", os "relatos testemunhais" e a "literatura de sintoma". Hollanda e Gonçalves (1980) apontam que

tenha havido uma invasão da memória no campo da literatura na década de 1970. Assim, os autores demonstram que diante do contexto cultural e político vivido, a literatura tenha assumido o papel de "contar a história, testemunhar, colar-se ao real imediato." (Hollanda; Gonçalves, 1989, p. 13). Apesar de publicado no fim da década de 1960, *Torturas e Torturados* mostra os sintomas da "febre da memória" na literatura.

Ao escrever sobre os livros, Borges (2011), de forma afetiva e devotada, declara que a leitura de um jornal é fadada ao esquecimento, já a leitura do livro é feita para memória. Deixando de lado a afetividade ao livro, destacamos que embora o alcance em número da publicação em periódicos seja imensamente maior do que a de um livro, a repercussão do livro possui maior alcance com o passar do tempo. Além disso, as atividades realizadas em sua promoção suscitam as discussões e dão visibilidade ao tema. A publicação dos artigos de Márcio no formato livro pode ser associada à questão da visibilidade do material.

> O livro, apesar de sua tiragem muito menor em termos quantitativos, permite um maior detalhamento de informações e, ao mesmo tempo, dá ao texto uma maior perenidade, proporcionando que ele circule e repercuta por um tempo muito maior. E permite também que diversos eventos, como lançamentos e noites de autógrafos, sejam promovidos em torno da publicação, fazendo com que o livro seja lançado diversas vezes, em lugares diferentes, possibilitando, em cada ocasião, a realização de debates e mobilizações sobre o tema abordado, além de permitir ao autor conceder entrevistas, realizar palestras e outras atividades relacionadas à sua obra. (MAUÉS, 2011, p. 57).

O silêncio provocado pela censura tornou-se uma preocupação quanto à responsabilização dos crimes cometidos, como afirma o autor uruguaio:

> A impunidade é filha da má memória. Sabiam disso todas as ditaduras militares de nossas terras. Na América Latina foram queimadas cordilheiras de livros, livros culpados por contar a realidade proibida e livros culpados simplesmente por serem livros e também montanhas de documentos." (GALEANO, 2009, não paginado).

A respeito da preocupação com a impunidade, há a versão de que a tortura não tenha sido uma prática sistemática do regime, mas casos isolados. Ainda, é preciso considerar a eliminação de documentos oficiais, também destacada por Galeano (2009). Nesse aspecto, destacamos o trecho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

> Como é usual em governos que institucionalizam a tortura, sua existência sempre foi oficialmente negada. Há notícia sobre a existência de um registro documental de interrogatórios com violência, mas ele teria ficado "estrategicamente em mãos seguras" ou teria sido destruído conforme depoimento à CNV, em 7 de fevereiro de 2014, de Marival Chaves Dias do Canto, ex-analista do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. Não obstante, eram admitidos casos isolados, qualificados como "abusos", "excessos", ou "situações fora de controle. (BRASIL, 2014, p. 343).

Os testemunhos e relatos foram essenciais para comprovação da prática sistemática das torturas.

> Se nesse tipo de narrativa é admitida a existência da tortura, outras evidências confirmam tratar-se de uma prática institucionalizada e sistemática nos interrogatórios realizados com presos políticos. Entre essas evidências, apresentadas ao longo deste relatório, estão numerosas denúncias e testemunhos – contemporâneos e posteriores aos fatos – detalhados no que diz respeito a métodos, a instrumentos, a locais, a nomes das vítimas, a agentes envolvidos nos crimes e a seus colaboradores. Existem ainda diferentes documentos atestando um esforço por parte da cúpula do regime para evitar o conhecimento público das denúncias, refutá-las sumariamente e impedir investigações. (BRASIL, 2014, p. 343).

As práticas de violência estimulam a permanência do silêncio, componente da "cultura do medo" conforme Alves (2005).

> "O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um "efeito demonstrativo" capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. [No Brasil] A evidência da repressão de Estado criou uma "cultura do medo" na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e consequente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. (ALVES,2005, p.205 apud MAUÉS, 2011, p. 48).

Se por um lado há a dificuldade do silêncio estruturado pelo Estado, do outro temos a quietude dos que sofrem com tais memórias, os "não-ditos", como mostra Pollack (1989). À vista disso, Márcio Moreira Alves abordou o aspecto dos "não-ditos" e da dificuldade em documentar e comprovar parte dos relatos na escrita *de Torturas e Torturados*.

> Independentemente de seu valor histórico — tanto nacional como internacional, dentro da precariedade do seu levantamento, sempre sujeito a desmentidos (**pois ninguém, salvo excessões raríssimas, confessa as torturas que sofreu**) — o livro é um documento humano terrível. Há emprego de torturas, minuciosamente executadas no Brasil após o golpe militar de 1. ° de abril de 1964, parece ter causado incredulidade em quase todo mundo e surpresa entre os bem pensantes. (ALVES, 1966, p. XII, grifo nosso).

Dessa maneira, a publicação de *Torturas e Torturados* reúne os escritos das memórias individuais dos atingidos pela agressão, registrados para o por vir. Em diversos trechos da narrativa Márcio destaca a importância do registro de tais testemunhos não só para acusação e condenação de algozes, mas para preservar tais testemunhos, impedir que se esqueça ou desacredite da prática de torturas como mecanismo do Estado entre os anos de 1964 e 1985. Por ser o primeiro livro de denúncia às torturas, Maués (2011), destaca ainda a importância de *Torturas e Torturados* como responsável por romper com a cultura do silêncio imposta.

É fundamental destacar a reverberação do título além das manchetes e episódios de apreensão da época de seu lançamento. Com esse propósito, é possível citar *Direito à Memória e à Verdade* (2007), livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Nesse relatório, *Torturas e Torturados* é apresentado como responsável pela denúncia do caso de morte sob tortura do sindicalista Antogildo Pascoal Viana que havia tido a causa de morte declarada como suicídio, a prisão e retirada não justificada do hospital que se encontrava o sargento do Exército Manuel Alves de Oliveira e o desaparecimento do sindicalista rural Pedro Inácio de Araújo. Do mesmo modo, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, concluído em 2014, indica a importância das denúncias de Márcio para o questionamento das versões de suicídio de presos e opositores, como no caso de Antogildo. O relatório da CNV também aborda *Torturas e Torturados* como fonte de investigação da morte do sargento Bernadino Saraiva, morto pelos militares.

> Em sua clássica denúncia sobre torturas e torturados, no início da ditadura de 1964, Márcio Moreira Alves aponta casos de "suicídios" suspeitos de constituírem efetivas situações de induzimento ao suicídio por pressão dos agentes do aparelho repressivo do Estado. Vítimas de induzimento ao suicídio seriam, então, Antogildo Pascoal Viana, ativista do Sindicato dos Portuários de Manaus e dirigente comunista, e o operário José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2014, p. 79).

Entre os esquecimentos e lembranças retomamos à Mello (2018) e sua abordagem sobre a necessidade de recuperar as lembranças acerca da violência exercida ao longo da ditadura para poder prosseguir. Como declara Galeano (2009, não paginado): "recordar o passado, para nos livrarmos de suas maldições: não para atar os pés do tempo presente, mas para que o presente caminhe livre das armadilhas." Assim, sintetizam Reimão, Silva e Maués:

> Atualmente, nas primeiras décadas do século XXI, em uma sociedade repleta de cicatrizes do período ditatorial e em processo de busca de construção de valores democráticos, percebe-se claramente que não é possível caminhar-se para uma sociedade mais justa e menos violenta sem se conhecer e entender o passado. (REIMÃO; SILVA; NERY, 2017, p. 221).

A partir de suas motivações e do alcance da obra, Márcio Moreira Alves publica um livro de testemunhos, que ao romper com o cerco do silêncio registra e preserva os testemunhos dos que sofreram torturas e, por isso, é fundamental para resistir aos negacionismos e os possíveis apagamentos estruturados.

> É preciso, para que purifiquemos a mancha que a tortura joga sobre todos os brasileiros, não apenas que se punam os oficiais e policiais responsáveis pelo seviciamento de homens e mulheres entregues à sua guarda, como que se acabe de vez com o sistema de brutalidade montado nas prisões brasileiras e,

> **sobretudo, que se guarde a lembrança dos crimes cometidos para que sua repetição amanhã se torne impossível.** (ALVES, 1966, p. XVIII, grifo nosso).

Como declara Guimarães Rosa (1979) no prefácio de *O que é isso, companheiro?:* "narrar é resistir". E, sendo assim, *Torturas e Torturados* age como uma forma de denúncia das inúmeras atrocidades, mas também como um registro delas e, portanto, sua narrativa se posicionou e resistiu contra a violência do regime vigente. A preocupação do autor em documentar essas arbitrariedades vai além da condenação, mas propõe-se a perdurar tais testemunhos, não permitir seu apagamento, comprometendo-se com o ideal de futuro que a reincidência de tais práticas se inviabilize

5 Considerações finais

Sendo a memória uma construção coletiva, e, portanto, elemento da coesão dos grupos, a narrativa do passado e a reconciliação com o mesmo são fundamentais para o presente. A memória é leitura do passado, mas é pautada no presente, por isso, não é um elemento estagnado, é alvo das constantes reinterpretações e dos esquecimentos, intencionados ou não. Nesse sentido, os registros da memória são essenciais para preservar as memórias individuais dos que viveram tais eventos.

O livro, enquanto depósito da memória, tem o papel de contar e registrar esses testemunhos. A publicação de *Torturas e Torturados* propõe-se a documentar relatos e reunir informações sobre as torturas exercidas nos primeiros anos da ditadura e a denúncia de tais violações. Sua publicação representou um rompimento com o cerco do silêncio sobre esses crimes, tendo sido o antecessor de muitas outras publicações e iniciativas responsáveis pela construção da narrativa desse passado. A publicação de Márcio Moreira Alves mostrou-se como uma forma de resistir e de não deixar apagar as violações cometidas e sofridas. Seu percurso e repercussão mostram que os livros podem conectar passado e presente, investigando e denunciando, mas, principalmente, não permitindo que tais relatos sejam questionados e que a narrativa da tortura como exceção vigore.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil.* Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ALVES, Márcio Moreira. Excesso da Inquisição. *Correio da manhã*, 19 abr. 1964, 1º caderno, p.6.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Jornalistica PN, 1966. 225p.

BAÉZ, Fernando**.** *História universal da destruição dos livros*: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. 1. reimp. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. E-book.

BETTAMIO, Rafaella. A Justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In: THIESEN, Icléia (Org.). *Documentos sensíveis*: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. 341 p. p. 21 – 42.

BLOCH, Marc. rc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". [1925] In: *História e historiadores*. Lisboa, Editorial Teorema, 1998, p. 224-233.

BORGES, Jorge Luis. *Borges, oral & sete noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 214p. E-book.

BOSSIÉ, F. De libros, bibliotecas y bibliotecarios en tiempos de dictadura. 12.º Congreso Internacional de Promoción de la Lectura y el Libro, 2009, Buenos Aires. *[Anais]*.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília: CNV, 2014. E-book.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 314, de 13 De Março De 1967.* Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13, mar. 1979.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de agosto de 1979*. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28, ago. 1979.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa & GONÇALVES, Marcos A. "Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira". In: FREITAS FILHO, Armando (org.). *Anos 70. Literatura*. Rio de Janeiro, Ed. Europa, 1980.

CONDÉ, José. Noite do Escritor Brasileiro. *Correio da Manhã*, 31 mai. 1967, 2º caderno, p.2.

CONGRESSO protesta contra apreensão de livro: torturas. *Correio da Manhã*, 01 jun. 1967, 1º caderno, p.3.

CRIPPA, Giulia. Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. *Informação e contemporaneidade*: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 119-136.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO-BRASILEIRO. *Marcio Emanuel Moreira Alves*. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-emanuel-moreira-alves >. Acesso em: 21 mai. 2020.

DIREITO à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 499p.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* : depoimento . 8. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. 190 p. E-book.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 2009. viii, 372p. E-book.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. E-book.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 405 p. E-book.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964. *Cadernos Cedem*, v.2, n.1, p. 47-59, 2011.

MELLO, Felipe Correa de. Comunicação, hegemonia e memória: lutas discursivas sobre a ditadura civil-militar na sociedade brasileira contemporânea. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 32, n. 79, p. 13-24, jan.- abr. 2018. ISSN: 1806-6925.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,* [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp, 2002. 614 p., p. 25-36.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos Da Memória E Do Esquecimento Na História. *Letras*, [S.l.], n. 22, p. 79-95, jun. 2001. ISSN 2176-1485.

POLÍCIA APREENDE LIVRO DE MÁRCIO E PRENDE GRÁFICO. *Correio da Manhã*, 31 mai. 1967, 1º caderno, p.2.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis; SILVA, Flamarion Maués Pelúcio; NERY, João Elias. *França, 1971; Brasil, 2013*: duas edições do livro Pau de arara e a memória da repressão. [S.l: s.n.], 2017.

REIMÃO, Sandra. (Org.). *Livros e subversão*: seis estudos. Cotia, SP: Ateliê: FAPESP, 2016.

REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ECA- USP, 2018. E-book.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura*: sexualidade, literatura e repressão pós 64. 2. ed.Barueri, SP: Amarilys, 2010.

TELES, J.A. 2015. *Ditadura e repressão*: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. Lua Nova, São Paulo, 96:191-220.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. 1ª edição. Unipop, Lisboa, 2012.

VENTURA, Zuenir. *1968*: O ano que não terminou. A aventura de uma geração. 17 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. E-book.

AS NOVAS DEMOCRACIAS E OS ARQUIVOS DA REPRESSÃO: TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL, ARQUIVOS E REPRESSÃO E SEUS USOS

Fernanda de Moraes Costa

Resumo: Assistimos no final do século XX ao processo de desmantelamento de parcela significativa dos regimes de exceção. Parte dos arquivos produzidos pelos órgãos de repressão desses regimes, que eram fonte de informação para agirem em detrimento das liberdades políticas e civis e na perseguição de indivíduos, sobreviveram à transição democrática e se tornaram uma questão para as novas democracias. Pretendemos neste trabalho analisar a categoria de arquivos que os incipientes Estados democráticos tiveram que lidar: os denominados "arquivos da repressão", bem como tratar dos debates e questões trazidas pela descoberta e abertura desses documentos e as possibilidades e limites de sua utilização instituídos pelas conjunturas e escolhas políticas no caso do Brasil.

Palavras-Chave: Novas democracias. Arquivos da Repressão. Transição política.

Abstract: At the end of the 20th century, we saw the dismantling process of significant portion of the exception regimes. Part of the files collected by the repression organs of these regimes, whose sources of information were due to act against political and civil liberties and to the hunting of remaining opposition individuals, and that survived to the democratic transition and now are a problem for the new democracies. In this work, we intend to analyze a category of these archives that the incipient democratic states have to deal with: the so-called "repression archives", as well as to deal with the questioning and discussions to be brought to light by the discovering and exhibition of these documents and as its possibilities and limits and according with the circumstances and political choices in the case of Brazil.

Keywords: New democracies. Repression archives. Political Transition

1 Novas democracias e os arquivos da repressão

A partir, principalmente, da segunda década do século XXI vemos surgir uma questão premente: o futuro da democracia no mundo. De acordo com a *Freedom House*, ONG americana que faz o monitoramento anual das democracias no mundo, teríamos atualmente 49 países no mundo sob regime ditatorial. A ONG publicou em 2018 um relatório que mostraria uma crise democrática no mundo, pois pelo 12º ano seguido a ONG teria encontrado um déficit de democracia, ou seja, o número de países que sofreram guinadas autoritárias foi maior do que o de países que avançaram em seus modelos democráticos [75].

> Há uma percepção crescente de que a democracia está recuando em todo o mundo. Venezuela, Tailândia, Turquia, Hungria, Polônia. Larry Diamond, talvez a mais notável autoridade em democracia no mundo, acredita que entramos num período de recessão democrática[76]. Será a presente crise norte-americana parte de uma onda global de retrocesso? Antes da eleição de Donald Trump, afirmações sobre recessão democrática global eram exageradas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 226).

Uma série de obras que tratam das ameaças à democracia e do avanço do autoritarismo foram publicadas e se tornaram publicações muito vendidas, lidas e debatidas. *Como as democracias morrem* de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), por exemplo, um mês após a publicação no Brasil se tornava a obra mais vendida da Amazon[77]. Outras publicações se tornaram bastante populares como: *Como a Democracia chega ao fim* de David Runciman (2018); *Ruptura: a crise da democracia liberal* de Manuel Castells (2018); *O ódio à democracia* de Jacques Rancière (2015) e *Sobre o autoritarismo brasileiro*, da Lilia Schwarcz (2019).

Vivemos um momento muito diferente daqueles vividos por boa parte dos cidadãos e Estados nos anos de 1990. A lógica desse período, o último quartel do século XX, era oposta da atual. Vivíamos a certeza do avanço dos Estados democráticos no mundo. Estaríamos em plena terceira onda de democratização no mundo, segundo Huntington (1994), iniciada com a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974. A obra polêmica do momento, escrita pouco depois da queda do Muro de Berlim e da queda da

[75] In < https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-paises-ainda-vivem-em-ditadura/>. Acesso em 30 out. 2020

[76] "expressão cunhada pelo cientista político norte americano Larry Diamond para descrever o fim do processo contínuo de ampliação de democracias no mundo. O fracasso da democratização nos países que promoveram a Primavera Árabe (apenas a Tunísia conseguiu fazer uma passagem bem-sucedida) e a reversão de experiências similares incipientes na África, no Leste Europeu e na Ásia ensejaram um novo ciclo de análises, em geral pessimistas, sobre os Estados democráticos. (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 8)

[77] BILLER, David. Livro sobre fim de democracia é o mais vendido da Amazon no Brasil. *Exame*, 23 de outubro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/livro-sobre-fim-de-democracia-e-o-mais-vendido-da-amazon-no-brasil/>. Acesso em 19 nov. 2020.

União Soviética, era o livro *O Fim da História*, do filósofo Francis Fukuyama, que, fazendo uma análise muito superficial da obra, podemos afirmar que o autor celebrava o triunfo da democracia liberal. A vitória do liberalismo político e econômico para o autor seria indiscutível, a democracia liberal havia derrotado os totalitarismos e autoritarismos à direita e à esquerda.

Os números e a realidade nos impunham, então, um olhar otimista em relação ao avanço da democracia. Assistíamos ao processo de desmantelamento de boa parte dos regimes de exceção. Segundo Nicolau (LEVITSKY e ZIBLAT, 2018), o número de países democráticos a partir deste período cresceu significativamente e este aumento se deveu, principalmente, ao processo de transição dos países comunistas do Leste Europeu, à extinção das ditaduras na América Latina e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Escreve o autor que:

> Segundo o Polity Project (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo) em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 8).

Um termo caracteriza essas democracias que conquistavam parte do mundo a partir da Revolução do Cravos, em 25 de abril de 1974, dando fim a regimes autoritários: novas democracias. Para Weffort (1992) devemos entender por novas democracias as democracias em construção, vivendo processos de transição política que se misturam com heranças do seu passado autoritário.

Uma das questões a serem tratadas por esses incipientes Estados democráticos era justamente seus legados autoritários. Ou seja, o que teria sobrevivido aos regimes de exceção, colocando em risco democracia e cidadãos. E os documentos produzidos pela exceção, especificamente aqueles produzidos para vigilância e perseguição dos opositores políticos e "comportamentos desviantes", eram parte desse legado autoritário tanto quanto instituições, práticas repressivas e agentes.

Esses documentos foram produzidos pelo Estado com a finalidade de controlar, perseguir, prender e fazer desaparecer os seus opositores e, segundo Quintana (2009), se categorizam como "arquivos da repressão", arquivos dos serviços de segurança do Estado dos desaparecidos regimes repressivos.

Os arquivos da repressão podem conter dois grupos diferentes de documentos, o primeiro consiste no conjunto de documentos produzidos pelas ações de repressão como batidas policiais, sequestros, interrogatórios e torturas. São dossiês, fichas, pastas,

pedidos de informação ou busca, confissões e ordens de serviço, entre uma série de outros documentos que foram produzidos “pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho meticuloso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma” e o segundo no “conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal” (PADRÓS, 2009, p. 40).

Fonte de informação para governos repressores agirem em detrimento das liberdades políticas e civis e na perseguição de indivíduos - no caso do Brasil por décadas -, no momento imediato de retorno do Estado de direito, o que fazer com estes documentos. Deveriam ser preservados e organizados, pois eram parte da história de países e do mundo ou logo descartados devido às informações que continham e à ameaça que podiam representar a cidadãos e sociedade, lembrando que muitos países viviam momentos de transição política complicados em que a consolidação da democracia não era uma certeza. E caso a sua sobrevivência fosse garantida como tratar e dar acesso a arquivos com informações tão sensíveis e questões tão polêmicas.

Preocupado com essas questões e mais uma série de outras trazidas por esses arquivos, em 1993, o Conselho Internacional de Arquivos decidiu formar um grupo de peritos em arquivos dos regimes ditatoriais recentemente desaparecidos com o objetivo de elaborar uma reflexão conjunta sobre as questões (geralmente polêmicas e sensíveis) geradas a partir da sua descoberta, recolhimento, tratamento e acesso, como também uma série de recomendações.

Assim, em janeiro de 1994, sob o patrocínio da UNESCO, criou-se o grupo de trabalho, integrando arquivistas com experiência nesse tipo de arquivos, ou em ética arquivística, bem como especialistas em defesa dos direitos humanos. O grupo foi coordenado por Antonio González Quintana, diretor da Seção "Guerra Civil" do Arquivo Histórico Nacional de Salamanca e formado pelo diretor dos arquivos da Stasi, Dagmar Unverhau; pelo diretor dos Arquivos Municipais de Budapeste, Lazlo Varga; por Vladimir Kozlov, do Arquivo Estadual da Federação Russa em Moscou; Alejandro González Poblete, presidente da Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação de Santiago; Narissa Ramdhani, diretora de arquivos do Congresso Nacional Africano e Mary Ronan, dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos.

Para o levantamento de informações os membros do grupo fizeram um breve histórico das instituições repressivas de seus países e de como se deu o tratamento dos

arquivos dessas instituições. Foram elaborados questionários homogêneos para coletar dados que iriam formar o "Guia para Arquivos Repressivos", que deveria ser utilizado também por arquivistas de outros países, que não participavam do grupo.

O grupo lançou, assim, um trabalho de coleta de dados sobre os arquivos de instituições repressivas, visando a elaboração de um censo sobre eles, o que se constituiu em um primeiro passo para preservação, publicização e acesso a esses documentos. O Censo incluiu informações sobre as instituições repressivas que desapareceram no período de 1974 a 1994 nos seguintes países: Alemanha, Brasil, Chile, Espanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Paraguai, Polônia, Portugal, Rússia, África do Sul e Zimbábue.

O Censo permitiu, apesar de cada país tê-lo preenchido de forma desigual, com mais ou menos campos ou utilizando de uma gama maior ou menor de informações, o levantamento dos nomes dos principais fundos, suas datas – limites[78], local de guarda e volume aproximado, bem como informações sobre a utilização destes arquivos pelo novo regime político.

De acordo com Kahan (2007), o Censo nos mostra como o destino destes arquivos foi distinto: "da destruição total à conservação, passando pela ocultação". No caso de destruição total temos o exemplo do Zimbábue, antiga Rodésia, que destruiu ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 todos os documentos produzidos pelas quatro instituições especializadas do regime ditatorial. Quando se trata de conservação destes arquivos temos o caso da Alemanha, que após a queda do Muro de Berlim manteve preservado e acessível tudo o que foi possível recolher do arquivo da STASI, a Polícia Política da República Democrática Alemã. No caso de ocultação temos como exemplo um parceiro do cone sul, o Chile, onde não se conhece nenhum documento das principais instituições repressivas da ditadura de Pinochet. Como caso único temos a Grécia, em que os arquivos foram usados para fins administrativos de demandas de indenização e responsabilização para depois serem destruídos "seguindo uma linha ética que considerou indesejável manter registros públicos que se referem a pessoas ligadas a atitudes consideradas ilegais no regime anterior. "[79] Segundo o autor:

> Embora a bibliografia sobre essas coleções seja escassa, os trabalhos sobre os "arquivos da repressão" sejam abundantes em informações sobre as condições de sua abertura, debates, agentes envolvidos e, em alguns casos, descrevem

[78] Elemento de identificação cronológica, em que são indicados o início e o término do período de uma unidade de descrição (ARQUIVO NACIONAL, 2005, 64).

[79] Tradução nossa.

> qual foi o significado de seu uso durante regimes repressivos subsequentes. Esses artigos tendem a destacar a relevância desses arquivos no contexto das ditaduras militares que ocorreram durante o século XX na América Latina. No entanto, o Documento elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos da UNESCO (ICA-UNESCO) estende seu olhar a vários "arquivos de repressão" que abrem o leque de regimes repressivos em todo o mapa e, em particular, daqueles que estavam deixando o poder entre 1974 - a "Revolução dos Cravos" - até 1994 - a conclusão do Apartheid.[80] (QUINTANA, 1995 apud KAHAN, 2007, p. 2)

Outro objetivo do trabalho UNESCO-ICA era elaborar um conjunto de orientações a ser utilizado pelos arquivistas no tratamento e utilização dos arquivos da repressão, apresentando os problemas que terão de enfrentar, levando em consideração cada caso particular, posto que cada processo de transição política é único.

Segundo Quintana (1995), a influência dos arquivos sobre a vida da sociedade e das pessoas é decisivo e nenhuma outra categoria de documentos ilustraria melhor essa afirmação do que os arquivos da repressão. De acordo com o autor:

> A imagem dos arquivos dos serviços de segurança do estado nos regimes repressivos é uma amostra gráfica em si da dimensão de sua transcendência. Embora seja verdade que, durante a vida de tais regimes, as vítimas dos serviços de informações policiais sentem em sua carne, mesmo sem ouvi-las, o peso desses arquivos, quando a democracia chega e seus fundos abertos é quando se tem plena consciência de sua influência na vida das pessoas (QUINTANA, 1995, p. 6).

Ainda nas palavras de Quintana (1995), esses arquivos que foram "absolutamente necessários para o exercício de atividades repressivas", na democracia e à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, se transformam em:

> [...] instrumento social insubstituível para moldar as novas relações sociais. O efeito bumerangue que os documentos têm a esse respeito é atípico e único e requer, do ponto de vista profissional do arquivista, uma profunda reflexão sobre a gestão de tais fundos. Ao mesmo tempo, uma responsabilidade desconhecida recai sobre as instituições de arquivo (QUINTANA, 1995, p 6).

Ishaq (2008) atenta para papel estratégico dos documentos produzidos pelo governo militar tanto para a construção da nossa história, quanto para a defesa dos direitos humanos, afirmando que esses arquivos contêm:

> [...] documentos produzidos durante interrogatórios, investigações, operações militares e policiais, sendo fontes imprescindíveis, por exemplo, para a elucidação de fatos políticos, registro de falecimentos ou de localização de corpos de desaparecidos políticos. [...] (ISHAQ, 2008, p.1).

[80] Tradução nossa.

Antunes (2008), afirma que com a transição democrática, os arquivos da repressão se tornaram testemunhos da atuação dos organismos a serviço do Estado autoritário, com informações que demonstram as práticas utilizadas no "exercício das atividades repressivas".

Abrãao e Guimarães (2016) sustentam que em sociedades marcadas por ditaduras e conflitos civis, esses arquivos se constituem em ferramenta "para enfrentar e desconstruir legados autoritários" [81].

A abertura de cada um desses arquivos tendeu a concentrar a atenção de vários agentes (KAHAN, 2007, p. 3). A polêmica envolvida no processo de sua descoberta e abertura envolveu diversos representantes principalmente de dois grupos: ativistas e/ou sobreviventes, que muitas vezes fizeram da busca e divulgação dos arquivos dos regimes de exceção parte de sua luta e os simpatizantes e/ou participantes do regime que ou negam a existência desses documentos ou, quando não houve como negar a existência, foram contrários à sua abertura.

Os arquivos da repressão[82], mesmo tendo cada um as suas características e particularidades se configuram em um caso paradigmático no mundo dos arquivos. São fonte para resolver disputas públicas e privadas que estão ancoradas no presente. Sensibilizam parte significativa da sociedade que viveu o período de exceção, sejam suas vítimas ou agentes, bem como as organizações de direitos humanos e as comunidades como um todo que veem "refletidas ações e práticas de seus cidadãos diante da repressão: delação, solidariedade, medo, etc... " (CATELA, 2011, p. 385) [83].

A atração e repulsão em relação a esses arquivos se devem, principalmente, ao fato de que parte dos interessados nos arquivos estão vivos tanto do lado da repressão quanto do lado dos perseguidos. O que faz com que os documentos em questão estejam além do seu caráter histórico ou judicial e sintetizem também "um valor/memória e um valor/identitário" (CATELA, 2011, p. 385).

Quintana (1995) afirma que o destino dos arquivos de repressão política está ligado à forma como se deu o fim dos regimes que os produziram, havendo dois casos

[81] In SANTOS, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016. p.11

[82] Catela (2011) considera arquivos da repressão tanto os objetos sequestrados das vítimas quanto os produzidos pelas forças de segurança, bem como muitas vezes podem ser associados a essa categoria os produzidos pelas entidades de direitos humanos na busca por informações e denúncias das ações arbitrárias do Estado. Neste trabalho consideraremos categorias diferentes, embora complementares.

[83] Tradução nossa.

típicos: o de reconciliação nacional ou ruptura pactuada e o de ruptura revolucionária. No primeiro caso, a prioridade de ação é a compensação das vítimas da ação do Estado, muitas vezes fugindo da responsabilização dos agentes da repressão, a partir das "leis de ponto final", tendo como objetivo a busca de pacificação do país. No segundo caso a prioridade é a apuração da responsabilidade dos agentes responsáveis.

2 Transição política no Brasil, arquivos da repressão e seus usos

Entendemos por transição política o intervalo existente entre dois regimes políticos distintos. A transição para a democracia, especificamente, é o processo de dissolução de um regime autoritário e o estabelecimento de alguma forma de democracia (O'DONNEL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1998).

Cada processo de transição democrática é único, o que talvez seja comum a todas as transições é a dificuldade de institucionalização da democracia. Não há transição sem problemas, independente da forma como se deu o fim do regime anterior.

A partir da forma como se deu o fim do regime podemos distinguir, segundo Freire (2014), dois tipos de transição política: a conduzida por cima, pelo próprio regime, a partir de algum tipo de acordo com grupos de oposição, o que daria origem à comumente designada transição pactuada[84]; e a por colapso, quando o regime é derrubado por forças de oposição, com grau variável de envolvimento de setores populares.

Algumas das características ligadas à própria transição, como forma, profundidade e "timing" da mudança política, também nos permitem diferenciar processos de transição de regimes autoritários para uma ordem democrática. Um modelo marcado por um ritmo lento de reformas, pelo papel determinante desempenhado pelas elites do regime autoritário e pelo caráter moderado da mudança é um caso típico da chamada "transição pelo alto" (ELI DINIZ, 1986, p.1).

No caso do Brasil em que o próprio regime produziu as designações do processo, distensão e abertura, fica claro o papel das elites do regime autoritário no processo de transição, (FREIRE, 2014). Para Besser Pereira (apud FREIRE, 2014, p. 442) a abertura se configurava numa estratégia do regime para conceder o menos possível e postergar a democratização.

[84] Também descrita como "transição pelo alto".

Nossa lei de "ponto final" foi a Lei de Anistia (Lei nº 6683/79) publicada em 1979 que instituiu a anistia aos dois lados, repressão e resistência, mas que na verdade privilegiou os agentes da repressão, posto que grande parte da resistência havia sido presa, torturada, exilada ou morta já havendo sido punida pelo Estado de exceção por sua oposição (ou suposta oposição) ao regime.

Muitos foram os esforços para a revisão da lei, pelo menos no que tange aos crimes de tortura e assassinato, que segundo a constituição de 1988 são crimes sem possibilidade de anistia ou prescrição. Mas em 2010, o STF fechou a questão ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) em que rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia.

Os usos possíveis dos arquivos da repressão no Brasil estiveram desde, principalmente, os anos de 1990 - com a instituição da Comissão Especial de Mortos Desaparecidos políticos (1995) e depois com a constituição da Comissão da Anistia (2001) - muito associados às ações de reparação[85] de atingidos.

Foram, por exemplo, apresentados à comissão de anistia até o final de 2018 mais de 75 mil requerimentos de anistia política, 67 mil apreciados e 11 mil pendentes[86].

Cabe lembrar também a utilização destes arquivos pelas comissões da verdade[87] para a elucidação da participação de agentes do Estado em desaparecimentos e assassinatos como o caso Stuart Angel, Rubens Paiva e Fernando Santa Cruz e para uma maior compreensão do período e da atuação das instituições repressivas durante a ditadura militar.

O caso do Brasil com sua abertura política "lenta, gradual e segura" instituída pelo próprio regime confirma a teoria de Quintana: o destino dos arquivos da repressão está associado à forma como se deu o fim dos regimes que os produziram. Possuímos um volume grande de documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança dos governos de exceção no Brasil (lembrando que a exceção política no Brasil não se limita ao período da ditadura militar, de 1964 a 1985), que sobreviveu à transição

[85] Um dos 5 pilares da Justiça de Transição: "processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação" (VAN ZYL, 2009, p. 34).

[86] In:< https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/transparencia> Acesso 20 set. 2018. A partir de 2019 não foi mais possível acesso a dados da Comissão de Anistia através de páginas oficiais.

[87] Cerca de dez anos depois da instituição da Comissão de Anistia e das Comissões de Reparação estaduais e quase trinta anos após o fim da ditadura militar no Brasil, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade, em 2011, com o intuito de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas no período de 1946 e 1988 e para efetivar o direito à memória e à verdade histórica, bem como promover a reconciliação nacional. Seguindo o governo federal, uma série de estados, municípios e instituições implementaram suas próprias Comissões da Verdade.

política e se encontram acessíveis, mas cujo uso se encontra limitado pela legislação instituída.

Parcela expressiva dos arquivos da repressão que sobreviveu à transição democrática foi sendo recolhida a partir da década de 1990 às instituições arquivísticas pertinentes. Podemos destacar dois momentos significativos:

- Os anos de 1990 com o recolhimento de parte dos arquivos das polícias políticas estaduais: Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS), em 1991; do Departamento Geral de Investigações Especiais do Rio de Janeiro (DGIE), em 1992; da Delegacia de Ordem Política e Social no Maranhão (DOPS/MA), em 1991; da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS/PB), localizada em 1992[88]; da Delegacia de Ordem Política e Social de Goiânia (DOPS/GO), em 1995; da Delegacia de Ordem Política e Social Sergipe (DOPS/SE), em 1996; a Delegacia de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), em 1998.

- O período de 2005 a 2010, quando diversos documentos de órgãos de segurança e informação como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), entre outros, foram recolhidos ao Arquivo Nacional. Até abril de 2010, por sucessivos recolhimentos, o acervo da Coordenação Regional sobre o regime militar passou de 2 para 43 fundos documentais, correspondendo a aproximadamente 16,5 milhões páginas de textos. [89]

Se tratarmos de arquivos sobre a ditadura militar no Brasil (1965-1985) especificamente - lembrando que no século XX vivemos uma série de períodos e governos repressivos e possuímos documentação sobre eles – podemos afirmar que o Estado é o maior produtor de fontes sobre o período. O Estado, por exemplo, é o maior produtor de documentos sobre a ditadura militar, tanto em relação ao número de fundos/coleções contemplados, quanto em volume produzido. A partir de análise dos fundos e coleções contemplados na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional é possível ver que o Estado é o produtor de 44,4% dos fundos/coleções apresentados e produziu em termos de volume 91,03% dos documentos (MORAES COSTA; SILVA, 2019).

[88] Na descrição do fundo na base de dados memórias reveladas não fica clara a data de seu recolhimento.

[89] Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/memorias-em-rede>. acesso em 20 set. 2020.

No entanto, com um processo de abertura política, instituído de cima para baixo e conduzido pelos militares, foi garantida a impossibilidade de julgar os agentes perpetradores das arbitrariedades da exceção, inclusive aqueles considerados inafiançáveis e sem possibilidade de anistia pela Constituição de 1988. Documentos contendo uma série de informações sobre agentes e abusos não podem ser utilizados para julgar criminalmente indivíduos, mas podem ser utilizados pelos atingidos para a busca por alguma forma de reparação, seja ela econômica ou não.

3 Considerações finais

Os arquivos da repressão no Brasil são os conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de inteligência e segurança política instituídos no país ao longo do século XX. Possuímos um volume vasto de arquivos da repressão que sobreviveram à transição democrática, em relação aos nossos vizinhos da América do Sul, como os casos da Argentina, Chile e Uruguai.

Não sabemos como esses arquivos sobreviveram e porque não foram descartados por um regime que controlou o processo de transição. O que entendemos, desde que foi possível saber da sua existência, é que são fontes imprescindíveis para analisarmos a lógica, a estrutura e as atividades do Estado repressor. O que podemos compreender também é a importância da sua preservação e acesso para além da relevância histórica, devido ao seu papel na vida dos atingidos direta ou indiretamente pela repressão, pois se tornaram essenciais na democracia instituída pós Constituição de 1988 para a garantia de direitos, como anistia, indenizações, aposentadorias, pensões, entre diversas possibilidades de reparação.

Outra análise que podemos fazer sobre os arquivos da repressão é que os usos possíveis de seus documentos nas democracias instituídas, tratadas neste trabalho como novas democracias, estão delimitados pela lógica da transição democrática implementada. No caso do Brasil, exemplo de transição pactuada ou "pelo alto", o processo foi conduzido pelos próprios dirigentes autoritários, garantindo boa parte de seus objetivos políticos, como a não punição para os crimes cometidos nas ações de repressão, a manutenção de importantes prerrogativas políticas das Forças Armadas, bem como "a sobrevivência e continuidade da elite civil do regime" (ARTURI, 2001). Assim, até o momento não foi possível - apesar da existência de documentos que mostram ações da repressão, agentes e estrutura das atividades e das cadeias de

comando-, punir criminalmente os envolvidos em atividades de violação de direitos humanos, mesmo as ligadas a crimes de lesa humanidade.

Os usos possíveis dos nossos arquivos da repressão, além de base para pesquisa sobre o período, estão ligados principalmente às atividades de reparação de indivíduos por parte do Estado democrático. Seus documentos foram utilizados nas atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, da Comissão de Anistia, das Comissões da Verdade, bem como em processos encaminhados à justiça para a concessão de direitos negados pelo regime autoritário.

Vivemos a democracia que talvez tenha sido possível construir em um país onde a garantia de direitos foi, desde a sua constituição, mais exceção do que regra. Nossas conjunturas políticas estiveram muito mais associadas à lógica do autoritarismo e da repressão do que da participação política e democracia. Conseguimos ao menos garantir a sobrevivência de parte dos arquivos da repressão - que frente à realidade de outros países da América Latina é muito significativo-, e a partir deles analisar o Estado autoritário e suas práticas, assim como utilizá-los para atividades de reparação[90], uma realidade, mesmo que limitada, impensável para aqueles que vivenciaram décadas de perseguição política e autoritarismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jaime. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas. *Acervo*, v. 21, n. 2 jul-dez, p. 13-28, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de sociologia e política*, n. 17, p. 11-31, 2001.

BARROS, Celso Rocha. *O Brasil e a recessão democrática.* O Valor das ideias: Debate em tempos turbulentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. *Lei n. 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em 20 set. 2020.

_____. *Lei n. 9.140*, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades

[90] Não sabemos como estão ou ficarão essas atividades na conjuntura política que estamos vivendo.

políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm#:~:text=Reconhece %20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d %C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.>. Acesso em 20 set. 2020.

_____. *Lei n. 10.559*, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm#art22>. Acesso em 20 set. 2020.

_____. *Lei n. 12.528*, de 18 de novembro de 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em 20 ag. 2019.

CASTELLS, M. Ruptura: *a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. *Justicia transicional:* manual para América Latina. Brasilia: Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2011.

DINIZ, Eli. **A Transição política no brasil perspectivas para a democracia**. Iuperj, 1986.

FREIRE, Américo. Ensaios democráticos no Brasil Contemporâneo: notas historiográficas. *Revista Portuguesa de História*, v. 45, p. 439-455, 2014.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda:* a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo* - Revista do Arquivo Nacional, dossiê Arquivos do regime militar, v. 21, n. 2, 2008.

KAHAN, Emmanuel Nicolás. ¿ Qué represión, qué memoria? El "archivo de la represión" de la DIPBA: problemas y perspectivas. *Question*, v. 1, n. 16, 2007.

LEVITSKY, S & ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem.* Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MORAES COSTA, Fernanda de e SILVA, Elaine Alves da. *Pelo buraco da fechadura: um olhar sobre os arquivos que integram o banco de dados do Memórias Reveladas*. Pesquisa Arquivística, Escola de Arquivologia da UNIRIO / CCH, 2019 <http://www.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/pesquisaemarquivistica/publicacoes>

O´Donnell G.; Schmitter P; Whitehead L. *Transiciones desde un gobierno autoritario. América Latina.* Buenos Aires: Paidós. 1998.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*.

UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <http://www. ica.org/6458/resources/the-management-of-the>. Acesso em 20 ab. 2020.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Los Archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos.* Texto resumido por Antonio González Quintana del aprobado por el Grupo de Expertos establecido por la UNESCO y el Consejo Internacional de archivos, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Boitempo Editorial, 2015.

RODRIGUES, Georgete Medleg; DA SILVA, Lúcia Margarida Alheiro. *Os arquivos da repressão*: o papel da revista 'Quadrilátero'na divulgação desses acervos. Dimensões, n. 12, 2001.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim.* Editora Todavia SA, 2018.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina. Brasília: Ministério da Justiça*, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019.

TEITEL, RUTI. Transitional Justice Genealogy. *Harvard Human Rights Journal*. Vol. 16, 2003.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. *Revista anistia política e justiça de transição*, v. 1, p. 32-55, 2009.

WEFFORT, Francisco. Novas democracias: Que democracias? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 27, p. 05-30, 1992.

A LUTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR EM VOLTA REDONDA: O CASO DA JOC E DA FRENTE OPERÁRIA (1962-1971)

Márcio C. Coutinho

Jean R. Sales

Alejandra Estevez

Resumo: Esse artigo tem o objetivo de analisar a luta contra a Ditadura Civil-Militar em Volta Redonda durante a regime militar, com ênfase no caso da Juventude Operária Católica (JOC) e da Frente Operária, um grupo formado por militantes da JOC e de grupos de organizações clandestinas de esquerda (POC, POLOP, PCBR, VAR e PCdoB), que buscaram realizar no município um trabalho de conscientização política contra a regime militar. Entretanto, essas ações eram contrárias à política do Estado brasileiro que os consideravam como subversivos. Fato que acarretou na prisão e torturas a militantes desses dois grupos, desarticulando a experiência jocista na cidade.

Palavras-Chave: JOC; Organizações de esquerda; Frente Operária.

Abstract: This article aims to analyze the fight against the Civil-Military Dictatorship in Volta Redonda during the military regime, with an emphasis on the case of the Youth Workers Catholic (JOC) and the Frente Operária, a group formed by militants of the JOC and groups of left-wing clandestine organizations (POC, POLOP, PCBR, VAR and PCdoB), which sought to carry out political awareness work against the military regime in the municipality. However, these actions were contrary to the policy of the Brazilian State, which considered them to be subversive. This fact resulted in the arrest and torture of militants of these two groups, disrupting the youthful experience in the city.

Keywords: JOC; Left-wing organizations; Frente Operária

A luta contra a Ditadura Civil-Militar em Volta Redonda ainda é uma questão que até hoje está encoberta na historiografia da cidade. Um período que tem sido identificado como uma época de "passividade" ou "peleguismo" dos trabalhadores diante da repressão militar e das imposições da CSN. Entretanto, é preciso reconhecer que essa foi uma época de suma importância na reorganização da classe trabalhadora na cidade, no qual os trabalhadores e Igreja se uniram contra as arbitrariedades do Estado Militar e CSN, e utilizaram várias estratégias de luta e resistência contra a opressão dos militares.

SANTANA e ESTEVEZ (2016) afirmam que parte da história e da memória sobre a cidade de Volta Redonda foi construída pelos próprios atores envolvidos no processo de renovação política dos anos 1980. Assim, disseminou-se certa versão em torno da passividade da classe trabalhadora durante os anos do regime militar até a abertura política. Com isso, ignorou-se não apenas as violações praticadas contra o conjunto da classe trabalhadora na cidade desde o dia 1° de abril de 1964, mas também as estratégias de resistência e luta adotadas no decorrer do regime autoritário pelos trabalhadores e sua aproximação com outros setores da sociedade civil, como o movimento católico progressista, liderado pelo bispo Dom Waldyr, e as organizações revolucionárias que se instalaram na cidade.

Esse artigo deriva de minha pesquisa de mestrado, que buscou demostrar que Volta Redonda foi um polo de resistência ao autoritarismo. Se analisarmos o relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR), veremos inúmeros casos de resistência no município. Nesse trabalho vou apresentar um desses polos de resistência: a Frente Operária, grupo que surgiu no município em 1970, que tinha como objetivo um trabalho de conscientização da população contra a Ditadura Civil-Militar imposta no Brasil.

O objetivo do trabalho é compreender as relações entre a Juventude Operária Católica (JOC) e as Organizações Revolucionárias durante a Ditadura Civil-Militar, as suas formas de lutas e resistência ao Estado brasileiro em Volta Redonda entre os anos de 1962 a 1971.

O século XX foi marcado por profundas transformações na sociedade, principalmente no que se refere às questões relacionadas ao trabalho e ao capital. Neste processo se destacam as lutas libertárias do proletariado que, mediante uma consciência

revolucionária, conseguiram despertar vários setores da sociedade a encontrarem soluções para os problemas provocados pelo processo de industrialização.

Neste processo de lutas por melhores condições de trabalho, surgiu a Juventude Operária Católica (JOC), criada em 1925 por Joseph Cardijn. Tinha como objetivo evitar a indiscriminada exploração dos trabalhadores e a missão de libertar os jovens trabalhadores e trabalhadoras através do exemplo da presença libertadora de Jesus no seio da classe operária. O movimento jocista consistia, portanto, em aliar o compromisso das lutas dos jovens trabalhadores à consciência cristã.

Cardijn acreditava que a juventude deveria ser conscientizada para que pudesse, através do conhecimento e consciência adquirida, agir de forma a solucionar seus problemas. Assim, toda ação do grupo deveria ser realizada pelos jovens trabalhadores. O fundador da JOC entendia que o jocista deveria ser um apóstolo no meio operário, tendo toda sua ação fundamentada no método "Ver, Julgar e Agir[91]".

A expansão internacional do movimento, a partir de 1930, alcançou países de outros continentes. No Brasil, os primeiros grupos também foram criados nesta década, mas a oficialização da JOC só aconteceu em 1948 e, ao ser instalada no Brasil, a JOC passou a representar a tentativa de união dos jovens em torno de luta pela transformação operária, ou seja, a união da juventude trabalhadora em torno do movimento recém-criado constituiria uma força capaz de mudar a humilhante situação dos trabalhadores imposta pelos patrões. Os jocistas seriam testemunhas de Cristo nas fábricas, escritórios e repartições públicas.

Em 1962 a JOC, com o objetivo de levar a religião católica e buscar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores da região, se organizou no município de Volta Redonda, onde uniu os trabalhadores e a Igreja Católica, aproximando-os em causa comum: a luta por justiça social[92] e a partir do golpe de 1964, a retomada da direção do

[91] O Método VER, JULGAR e AGIR, foi criado por Josep Cardijn e reconhecido pelo Papa João XXIII em sua encíclica Mater et Magistra publicada no dia 15 de maio de 1961. O método que foi adotado por toda a Igreja, consistia em VER o problema para JULGAR a situação presente, os problemas, as contradições, as demandas. AGIR com vistas à conquista do seu destino temporal e eterno.

[92] A justiça social significava uma forma de se ter uma sociedade mais igualitária, em que os direitos humanos e a democracia fossem respeitados. Entretanto, no Brasil, com o regime militar atuando contra a subversão, que na época tinha uma definição muito ampla, qualquer ação que ameaçasse o governo ou criticasse o regime, como organizações camponesas, movimentos estudantis e canções de protesto, passou a ser perseguida.

Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR)[93], inspirando futuras lutas sociais e outros modelos de organizações populares no município.

A criação da JOC em Volta Redonda, ocorreu em um período muito conturbado no cenário nacional, marcado pela intensificação dos movimentos sindicais que buscavam modos de impedir a erosão salarial, utilizando-se de greves que se estendia por vários setores da economia para conseguir tal objetivo.

Neste contexto de lutas sindicais, Volta Redonda por ser uma cidade operária, berço da industrialização do país, onde se localiza a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vai se destacar por ter um sindicato organizado e combativo, fato que segundo Edgar Bedê (2010) é comprovado pela grande mobilização sindical que desde o final da década de 40 se mobilizava e denunciava a exploração dos trabalhadores da CSN.

A JOC de Volta Redonda vai atuar na luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, além de buscar levar a religião católica aos operários, conforme afirma Edir Alves de Souza:

> .... quando foi criada a JOC aqui em Volta Redonda... por exemplo... ela foi criada justamente pra levar o Cristo Vivo aos trabalhadores… nós tínhamos essa racionalidade... o jovem naquela época era muito explorado… não tinha carteira assinada... não tinha nada... Então nós tínhamos certa preocupação em orientar os jovens e naquela época o jovem era muito explorado... (Edir Alves de Souza, CMV-VR, p. 260)

Segundo José Ventura (ex- dirigente da JOC) a filosofia da JOC consistia na libertação da juventude trabalhadora contra qualquer tipo de exploração. Atuando de uma forma que contrariava muitos padres da época, os jocistas buscavam conciliar a fé com o mundo do trabalho, utilizando do método Ver, Julgar e Agir para lutar por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho dentro da usina.

Segundo relatos de militantes da época, a JOC no município foi criada pelo Padre Conrado, um padre belga que orientou e ensinou todos os passos para a organização do movimento. Os primeiros núcleos da JOC foram organizados nos Bairros Retiro, Vila Brasília, Niterói e Pinto da Serra, de acordo com Antônio Liberato, (ex-militante)[94], o grupo jocista do Retiro chegou a ter um número de 45 a 50 jovens,

[93] Com a implantação do Golpe Civil-Militar, o SMVR foi invadido e sua direção substituída por interventores do Estado, um dos objetivos dos militantes da JOC e dos sindicalistas da cidade, era reconquistar a direção do sindicato dos militares.

[94] Antônio Liberato em entrevista a CMV-VR.

com reuniões semanais após a missa, na Igreja de São Sebastião. Estas reuniões tinham o objetivo de discutir os problemas que a juventude trabalhadora passava dentro da empresa. Baseando-se no método da JOC os militantes traçavam metas e modos de atuação sobre aquele problema, sempre inspirados na luz do evangelho.

Em Volta Redonda, também existia a Juventude Operária Católica Feminina (JOCf), criada posteriormente à JOCm. A JOCf era composta em sua maioria por empregadas domésticas[95]. De acordo com Arly Matildes Amorim, em suas reuniões discutiam a situação de trabalho. Pois segundo a militante, eram muito exploradas e passavam por diversos tipos de humilhação, conforme é relatado em entrevista:

> Eu fiz um trabalho com as domésticas, as domésticas sofriam muito, eram tratadas igual a... Nem empregada não eram, pagavam o tanto que eles queriam e tudo isso. Eles traziam meninas do interior... pra...fica qui servindo os donos da casa. Eu vendo aquilo, eu tinha muita revolta. Eu fiz um trabalho com elas, mas era muito difícil eles (patrões) falavam até em bater nelas, algumas até apanhavam. Doméstica apanhava.[96]

Diante desse quadro, Arly relatou que procurava realizar encontros com empregadas, mostrando a importância de seu serviço, e que as mesmas não deveriam ter medo de seus patrões. Orientando-as a não aceitar esse tipo de tratamento, e que se fosse necessário, denunciassem às autoridades.

A JOC se tornou uma escola de vida para os militantes, pois questionava a situação dos trabalhadores através do método ver, julgar e agir, pelo qual passavam a entender o mundo do trabalho no qual conviviam, levando à conscientização política de seus membros. Essa politização da JOC fez com que muitos de seus membros passassem a se preocupar com as questões sindicais, e começaram a realizar um trabalho de conscientização entre os trabalhadores da CSN.

O auto grau de conscientização política dos militantes, fez com que parte de seus membros fossem perseguidos pelos militares em 1964, após a implantação do golpe, por

[95] Apesar do grupo, não se enquadrar no grupo de operários, trabalhadores da usina, o movimento jocista embora tenha o nome "juventude operária", entendia como operários todos os trabalhadores, independente da área em que atuavam. Desta forma o termo "trabalhador", "trabalhadora" pode ser estendido à categoria das empregadas domésticas, grupo com grande atuação da JOC. (MURARO, 1985, p. 131-132.)

[96] Arly Matildes Amorim – Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2019.

considerá-los inimigos do regime[97]. A forte repressão por parte dos militares, enfraqueceu o movimento jocista, que ficou desarticulado e sem rumo a tomar.

Esse cenário de perseguição ocorreu em todo o país. A JOC foi surpreendida pelo golpe. Sem apoio da parte conservadora da Igreja, os jocistas tinham dificuldades de se defender, pois não tinham voz diante da hierarquia eclesiástica, apesar de existirem eclesiásticos que a defendiam abertamente. (SOARES, et all, 2002, p. 65)

Essa situação começa a mudar, pouco tempo depois quando ocorrem desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais e uma forte repressão a todos os que se opunham ao regime, inclusive aos membros da Igreja. Isso fez com que parte dessa instituição, que antes apoiara o golpe, passasse a ser manifestar contra os militares, entrando num confronto contra o Estado, apoiando os movimentos sociais e reivindicações das classes populares.

De acordo com ESTEVEZ (2011), a Igreja de Volta Redonda também acompanhou a conjuntura nacional, e isso se mostrou de fato em 1966, com a chegada de D. Waldyr Calheiro ao comando da Diocese, adotando a partir de então, uma postura contrária às arbitrariedades dos militares na cidade e rompendo com os antigos laços de união com a CSN. Iniciando uma maior proximidade com a população, incentivando-a a participar dos movimentos sociais que ocorreram na cidade.

A chegada do novo bispo deu um novo ânimo para a JOC, que volta a se organizar a partir de 1966. D. Waldyr se identificou muito com o grupo. Com uma metodologia muito diferente do bispo anterior, facilitou o trabalho da JOC, permitindo encontros na sede do bispado e levando os jocistas a eventos em cidades vizinhas para discutir experiências com outros jovens.

Para ajudá-los nessa tarefa, o bispo receberia o auxílio de padres assistentes, Padre Natanael e Padre Arnaldo, que seriam responsáveis pela orientação religiosa do grupo e, seguindo os ensinamentos de Cardijn, acompanhariam o jovem até se tornar adulto, quando então, passava às fileiras da Ação Católica Operária.

O padre Natanael, segundo a CMV-VR, era um homem muito dedicado e politizado que, por isso, teve imediata identificação com a JOC organizada no

[97] Com a implantação do golpe de 64, os militares sentiram a necessidade de um maior controle dos movimentos sociais e terá lugar toda uma estrutura de combate à esquerda e à eliminação dos ditos "inimigos internos". Ao longo desses mais de 10 anos subsequentes, serão editados atos institucionais e leis repressivas, com o intuito de dar legitimidade ao regime, e serão criados órgãos de informação para vigiar, identificar e eliminar o "inimigo" interno. Em pouco tempo, diferentes setores da sociedade serão enquadrados no conceito de "inimigo" do regime. (ESTEVEZ, 2015, p.207-231)

município. Durante seu período na diocese teve uma atuação importante, sempre próximo a Dom Waldyr. Esteve envolvido em todos os conflitos entre a Igreja e os militares na cidade, foi acusado de "subversão" em vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs)[98].

Padre Arnaldo, em 1968, foi indicado pelo bispo de Volta Redonda para ser o novo assistente eclesiástico, substituindo o padre Natanael, seguindo os regulamentos da JOC que estabelecia um período de dois anos na função. Entretanto, é importante enfatizar que Natanael não se afastou das atividades jocistas, pelo contrário continuou apoiando os jocistas em todas as suas ações (Brasil Nunca Mais Digital, p. 378).

Padre Arnaldo Werlang, também era muito politizado e dedicado ao movimento da Igreja progressista. Testemunhou e participou ativamente de um ambiente onde o movimento jocista era muito ativo no campo sindical. O clérigo tinha a plena confiança de Dom Waldyr, sendo responsável pela Pastoral Operária e encarregado da assistência espiritual em vários bairros da cidade[99].

Segundo SOARES (2019), o padre Arnaldão, como era conhecido, chegou ao município no ano de 1968 e em pouco tempo tornou-se um dos mais entusiastas do projeto de implantação de uma Igreja Popular na cidade. De acordo com a investigação do IPM JOC-Ibrades-AP, o clérigo era considerado o líder do "movimento de esquerda em Volta Redonda" e de pertencer à "Igreja Renovada de Esquerda", além de fazer pregações favoráveis a uma "Igreja Progressista Socializante".

A atuação do padre refletia muito bem o espírito da JOC, um movimento de conscientização dos problemas da classe operária, sempre com intuito de defender os interesses dessa classe. Uma das formas de atuação do clérigo era a produção e distribuição de panfletos de crítica à realidade social existente em Volta Redonda. Em um desses folhetos informativos com o título "Como andam seus direitos", faz uma dura crítica aos graves problemas socioeconômicos existentes na cidade, destacando, principalmente, a situação das empregadas domésticas, grupo do qual pertenciam a maioria das militantes da JOCf, como podemos ver em suas palavras:

[98] Padre Natanael foi processado em vários IPMs, entre eles: IPM D. Waldyr e 11 padres denunciam torturas no BIB, em que a Igreja denunciou a tortura no sindicalista Genival Luiz da Silva, que havia estado preso, entre 14 de dezembro de 1968 e 13 de março de 1969 (89 dias), no 1º BIB, em decorrência da "Operação Gaiola" do AI-5, naquele grupo de 40 "detidos para averiguações", fora novamente preso na mesma Unidade Militar, entre 16 de abril e 7 de junho de 1969 (52 dias), num total de 141 dias, 4 meses e 21 dias.

[99] Relatório do IPM – D Waldyr e 16 padres em 17 de novembro de 1969. Pag. 7. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Pasta 2ª. Doc. 30.

> Já reparou a quantidade de farmácias que existem em nossa cidade? E os preços dos remédios? Sabia que os laboratórios dos remédios (fábricas) são quase todos estrangeiros? Você quando ficar doente será que poderá entrar num hospital? Terá vaga? Terá dinheiro? Você sabia que em Volta Redonda ainda há escravidão? Centenas de empregadas domésticas recebem salários de escravos e comem os restos e quando têm restos. Trabalham num horário sem proteção. E os desempregados? Qual a proteção que existe para eles? Existe sim, a indústria do desemprego? Existe a exploração da mão de obra? Para eles (os patrões) isso é muito bom, por que aumenta o lucro? ... Seu salário é mesmo justo? Satisfaz suas necessidades? E os salários dos camponeses que produzem nossos alimentos? Eles têm sindicatos?[100]

Os assistentes eclesiásticos conseguiram transformar a JOC numa trincheira de lutas, introduziram um sistema pastoral que não era marcado apenas pelo lado catequético, mas também por uma nova visão social, uma visão operária no sentido que os jovens tivessem consciência dos seus direitos e não se deixassem ser explorados pelo capital (COUTINHO, 2020).

Essa aproximação íntima da Igreja com os operários e outros militantes que contestavam o regime acarretou feroz perseguição ao movimento na cidade. A luta em prol dos menos favorecidos ajudou a formar uma mentalidade de luta e resistência, criando uma consciência de classe nos trabalhadores.

Nesse processo, percebe-se que os jocistas vão criar novos valores morais, crenças e maneiras de lutar por seus direitos, desenvolvendo a partir de experiências em comum, diferentes formas de resistência às atrocidades dos militares no município. A partir dessas experiências, na luta contra o Estado, representado pelos militares e pela CSN, os trabalhadores se descobrem como classe, num processo de autoconstrução da consciência de classe.

Nesse contexto, o conceito de experiência de Thompson pode nos ajudar a entender esses acontecimentos, pois, segundo o autor, a experiência de lutas e resistência dos trabalhadores pode criar uma consciência de classe formando uma mentalidade de confrontação e resistência, em um processo de construção de identidade coletiva[101].

Esse processo de conscientização dos trabalhadores vai contribuir para a formação de uma identidade operária, que vai transformar a cidade em um dos locais mais mobilizados do Brasil e, assim, se tornar alvo de constante vigilância do Estado Brasileiro.

[100] Idem.
[101] THOMPSON, 1987. p. 303.

Com a implantação do Ato Institucional nº 5, aumentou a perseguição a grupos de oposição por todo o Brasil[102]. Em Volta Redonda, essa situação não foi diferente, a repressão agiu de imediato prendendo e torturando militantes de movimentos ligados à Igreja Católica. De acordo com SOARES (2019), o maior reflexo do AI-5 na cidade foi a deflagração da "Operação Gaiola"[103] que aprisionou militantes ligados ao PCB, PTB, AP, sindicalistas e católicos.

No entanto, a grande perseguição a esses grupos não impediu de surgir um novo grupo de contestação ao regime civil-militar na cidade. No ano de 1970 foi criada a Frente Operária, um grupo composto pela Juventude Operária Católica e por organizações da esquerda revolucionária (POLOP, POC, PCBR, VAR-Palmares, UJP lidado ao PCdoB) e, cuja proposta era a realização de um trabalho de base e conscientização junto a setores populares.

Em Volta Redonda, estes grupos de esquerda encontram na JOC um campo fértil para suas propostas. Um movimento cuja liderança estava sob a orientação de um bispo progressista e um grupo de padres engajados nos problemas e lutas sociais, além de jovens politizados, conhecedores do debate sobre a realidade social dos operários e desejosos de realizar um trabalho de conscientização na cidade.

Os militantes, apesar de toda vigilância e repressão, buscavam realizar um trabalho de conscientização nas bases. Para isso, passaram a distribuir panfletos na cidade, de preferência em locais menos vigiados pelos militares, como relata um jocista:

> Eu participei da elaboração de um panfleto, que eu me lembro que, esse panfleto que eu estava idealizando foi feito numa arquibancada do estádio do Guarani esporte clube, por que? Por que ali é um lugar escondido, a cidade tornou-se pequena. Eu, Liberato, Emídio, Chiquinho e a turma da

[102] "O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. [...] O AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus". D'ARAUJO, Maria Celina. AI-5. O mais duro golpe do regime militar | CPDOC. Disponível em:https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5.

[103] A "Operação Gaiola" também prendeu sindicalistas processados no IPM da CSN e comunistas processados no IPM do PCB (ambos de 1964), além das prisões dos sindicalistas da Chapa Azul (1968), no mesmo processo das prisões de católicos progressistas. Todos ficaram presos no 1º BIB, ao todo 40 detidos, segundo documentos secretos do Exército, para averiguações. (CMV-VR, 2015)

> JOC decidimos: 'vamos elaborar um panfleto pra soltar'. A ideia nossa era contra o regime que estava vigente no país naquela época, regime ditatorial, você não tinha liberdade de expressão, você tinha toda uma proibição de coisas que a gente não via o porquê. Então aí eram ai assim, esse panfleto foi dirigido mais pra...talvez, e união sei se seria a ideia de alertar. No panfleto, acho que a realidade que a gente queria mostrar é da diferença de status entre o poder do Exército e a população brasileira. E nós, não sei se é por que vivemos na sociedade, não sei se é por que a gente vivia naquela classe dominada, então a gente sentia realmente que existia uma diferença, muita diferença, tanto é verdade que essa diferença se tornou muito patente quando nós percebemos que a CSN dava aos militares do batalhão as melhores casas em Volta Redonda .... (João Batista da Silva. Em depoimento a CMV-VR).

O principal objetivo da "Frente Operária" (F.O) era a criação de um movimento de massa operário contra a Ditadura, baseado no Programa Socialista para o Brasil". Sua formação ocorreu durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, que foi marcado por um intensa repressão aos movimentos de esquerda, que sofriam esvaziamentos contínuos, aumentando a necessidade de novos militantes para seus quadros.

Diante disso, o trabalho de conscientização entre os trabalhadores passou a ser uma necessidade, principalmente para os grupos que ainda não haviam abandonado a luta armada e precisavam de novos militantes. E também para outros grupos que criticavam o vanguardismo, o militarismo e o foquismo guerrilheiro, que passaram a priorizar um trabalho junto aos trabalhadores nos grandes centros urbanos, onde existia uma grande concentração operária, buscando que dali nascesse um movimento revolucionário do proletariado contra a opressão e a exploração capitalista[104], como foi o caso da F.O.

A principal responsável pela articulação do grupo foi a militante da OCML-POLOP, Estrella Dalva Bohadana[105]. Estrella, seguindo as orientações de seu partido, que era de trabalhar nas bases operárias, formar comitês de empresa e bairros e denunciar o papel nocivo dos sindicatos existentes[106], buscou organizar militantes da região para formar a frente dos trabalhadores. Para isso, a militante conseguiu reunir grupos integrantes de outras organizações de esquerda como o PCBR, POC, VAR-Palmares e UJP e alguns militantes da Juventude Operária Católica.

[104] Arquidiocese de São Paulo, 1985.

[105] Em depoimento a CMV-VR, a militante se declarou militante da POC que depois migrou para a POLOP, que a partir desse momento já tinha sido refundada como OCML-POLOP.

[106] REIS, 2007, p.63.

Para a militante Estrella Dalva Bohadana, um dos motivos da aproximação do seu grupo com a JOC de Volta Redonda aconteceu graças ao desejo de realizar um trabalho de esclarecimento e de conscientização na vida dos operários da CSN e dos ferroviários de Barra do Piraí. Estrella conta que, ao entrar em contato com a JOC, sentiu-se acolhida, pois o movimento tinha o apoio de Dom Waldyr e do Padre Natanael. A ex-militante da POLOP explica que acreditava na necessidade de conscientização e mobilização junto a operários e camponeses. Segundo sua opinião, a revolução não poderia ser realizada apenas por estudantes.

> ... uma militante que sempre me voltei mais com trabalho operário apesar de ser estudante... O que eu sempre acreditei é que era necessário um trabalho de mobilização junto com os operários e camponeses...de que a revolução dificilmente sairia só...éh:: que não sairia dos estudantes nós estudantes iríamos apoiar... Mas era importante um trabalho de conscientização... Junto a esses operários e camponeses então com dezenove anos... não... com dezessete pra dezoito, eu fui pro POC POLOP depois rachou né virou... era POC depois rachou virou POLOP e::... lá no partido nós então vimos que era importante um trabalho de frente operária junto com aqueles lugares naqueles lugares que tinham tido uma tradição importante de luta no golpe militar...que foi Barra do Piraí e Volta Redonda... Então comecei todo um trabalho aqui... que culminou numa frente operária com o pessoal da JOC... PCdoB, PCB, PCBR e e nós tínhamos um apoio fundamental que era o apoio da Igreja do Dom Waldyr. [107]

Nesse relato, a militante destaca uma característica da cidade que considera ser um dos principais fatores que levaram a militante a procurar a JOC: a tradição de luta contra o regime civil-militar. O movimento progressista de Volta Redonda ganhou notoriedade, chamando atenção de diversos grupos de contestação ao regime. Entre eles, podemos destacar o Grupo dos Onze e a Ação Popular[108].

[107] Depoimento de Estrella Dalva Bodahana na Comissão da Verdade de Volta Redonda. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLlQtvg&t=75s. Acesso em 08/09/2018.

[108] "O Grupo dos Onze Companheiros, Comandos Nacionalistas ou simplesmente o "Grupo dos Onze", eram pequenos grupos populares organizados em 1963, por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e um dos maiores líderes das esquerdas brasileiras. Eram formados por 11 componentes com o objetivo de defender João Goulart e lutar pela realização das reformas de base". Em Volta Redonda, existia uma célula do "grupo dos onze", composta por Alberto Almirante Barbosa, João Pereira Alves, João Alvarenga e José Bonifácio de Castro. Esses suspeitos responderam ao IPM 1556-64, que resultou na condenação de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves a seis meses de prisão, que foi cumprida antes da conclusão do veredito e depois foram absolvidos pelo STM em agosto de 1966. Os integrantes do grupo foram enquadrados como "subversivos" e demitidos da empresa nos episódios iniciais do golpe em 1964 (SOARES, 2019).

A Ação popular atuou em Volta Redonda no final dos anos 1960, organizando células clandestinas na cidade. De acordo com Wilton Meira, um dos líderes do grupo, o objetivo da AP era obter o controle do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo os militares, as células clandestinas da AP na cidade colaboraram para a eleição da Chapa Azul, à presidência do SMVR, em 1968. A atuação do grupo se restringiu a distribuição de panfletos e ações de pichações com críticas a ditadura e a CSN. O grupo foi

Essa união da JOC com esses grupos clandestinos representou uma etapa mais radical do movimento no município que, seguindo as orientações da JOC em nível nacional e as de CELAM de Medéllin, passaram a atuar em movimentos que buscavam melhores condições de vida para os trabalhadores e lhes dessem instrumentos para sua libertação, nesse caso, a conscientização política.

Um aspecto importante a ser destacado, é que esse processo de conscientização política ocorrida nesse momento, não era novidadade para a JOC, nem mesmo para a Igreja progressista de Volta Redonda, pois, como vimos, os militantes católicos atuavam desde 1967 em atividades desse tipo. Em 1967, os jovens da Judica foram presos distribuindo panfletos com críticas à ditadura, e, nesse mesmo ano também, foi criado o "Grupo dos Oprimidos da Região", que realizou esse tipo de trabalho; e, em 1968, militantes da AP no município foram presos pelo mesmo motivo. Este último grupo, apesar de não pertencer à Igreja de Volta Redonda, tinha o apoio da instituição.

Outro aspecto importante a ser analisado, é quanto às ideologias e aos integrantes dessas organizações. Nota-se algumas características em comum, o que foi essencial na formação da Frente Operária. Todos esses grupos, com excessão do PCdoB, eram contra o uso de ações armadas contra a ditadura. Eram a favor de um movimento de massas que tivesse como base a ação no meio operário.

Outra característica em comum era o perfil dos militantes dessas organizações. Segundo SOARES (2019), todos esses jovens provinham das classes médias, estudantes que, através do contato com as ideias de esquerda, começaram a atuar no movimento estudantil. Para NAPOLITANO (2014), o movimento estudantil representou a ala mais radicalizada do movimento de oposição. Os estudantes realizaram protestos, protagonizaram conflitos com a Polícia e realizaram campanhas pregando o voto nulo. Dispondo de certa margem de ação política, o movimento estudantil tomou para si a tarefa de criticar o regime e assumir a vanguarda da luta por mudanças sociais . Esses jovens universitários eram considerados muito perigosos pelos militares, pois poderiam cooptar mais militantes contra o regime.

A partir de março de 1970, vai ser formada a F.O, quando ocorreram os primeiros contatos dos militantes destas organizações com a Juventude Operária Católica. Estrella Bohadana relata que tinha recebido a missão de aproximar-se da JOC visando ter acesso

desarticulado em abril de 1968, quando os agentes de repressão prenderam os militantes (SOARES, 2019).

aos jovens operários. A militante começou a frequentar as missas realizadas na Igreja Santa Cecília, onde o Padre Natanael atuava como sacerdote. Em agosto, utilizando o codinome de Lúcia, foi apresentada ao clérigo e, a partir deste momento, pôde expor suas ideias e intenções, conforme relata o ex-coroinha Marco Antônio da Rosa que a apresentou ao religioso:

> Eu que apresentei a Estrella para o Padre Natanael. Eu era coroinha da Igreja e convivia muito com o Padre Natanael. Quem me apresentou ela foi Sérgio Peixoto que morava na minha rua. Ele me mostrou uma arma de fogo e que ia me apresentar a Lúcia (codinome da Estrella). Encontrei com ela numa praça, ela me propôs participar de um grupo. Mas eu disse que não tava querendo e que isso aí podia ser perigoso pra mim. Então disse a ela que apresentaria o Padre Natanael que está sempre atualizado nessa questão de Ditadura. Ela estava sozinha, na época. Então, eu apresentei para o Padre Natanael, levei apenas ela lá, chamei o padre e falei:' Olha, tem uma pessoa aqui que tá querendo conversar com você'...Aí, no canto, eu falei:' Olha, eu acho que o negócio dela aí é conversar política'... E ele falou: 'vamos ver, vamos bater um papo'... E aí eu sai fora, fui embora, depois, o Padre Natanael falou: 'olha, a questão dela é que ela tá querendo lutar, ela tá com um movimento aí contra a Ditadura, a princípio deve ser comunista... (Marco Antônio da Rosa em depoimento a CMV-VR).

O grupo tinha como tarefa a realização de um bom trabalho de conscientização junto às massas operárias e, para conseguir seu objetivo e ganhar o apoio da população, a principal atividade do grupo era a produção e distribuição de panfletos que continham críticas e denúncias ao regime civil-militar. Para isso, contavam com o engajamento político e sindical dos jocistas que tinham contatos com membros da Igreja e um bom diálogo com outros grupos de esquerda da cidade. A atividade de panfletagem, de acordo com Estrella Bohadana, era considerada pedagógica, pois mostraria a verdadeira situação do país ao povo. Nas palavras de Estrella:

> Nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significa um país com o golpe militar como o nosso, o que tinha sido a própria história desse país, que não tem uma tradição, ou que está longe de ter uma tradição democrática, então, nosso trabalho inicial e a estratégia era de como trazer os operários pra poder discutir um programa socialista para o Brasil. (Estrella Bohadana, em depoimento a CMV-VR).

Essas atividades eram realizadas clandestinamente, pois a distribuição de panfletos com críticas ao governo era considerada um crime contra a Lei de Segurança Nacional (LSN)[109]. A distribuição era feita de madrugada, em sacolas de pães, em

[109] A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 13 de março de 1967, Decreto-lei nº 314, Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. No seu

bairros de periferia, nas entradas da Companhia Siderúrgica Nacional e no comércio local em horários com grande circulação de pessoas.

Essas ações do grupo demonstram um caráter revolucionário. As experiências de resistência compartilhadas por esses jovens revelam que tinham o conhecimento da realidade dos trabalhadores da região e que estavam dispostos a lutar contra o regime que os oprimia. A penetração das ideias socialistas contribuiu para o desenvolvimento de uma "identidade coletiva" entre eles, que os guiavam na luta por uma sociedade mais justa.

A situação de opressão que viviam despertou uma "consciência de classe" nos militantes da F.O. Apesar de pertencerem a grupos sociais diferentes, os integrantes das organizações de esquerda em sua maioria da classe média, enquanto grande parte dos jocistas, eram trabalhadores da CSN. Eles compartilhavam a experiência comum da opressão dos militares que tomaram o poder em 1964, e a repressão imposta a todos os movimentos de contestação ao governo, além de uma política de arrocho salarial e perda de direitos trabalhistas. E à medida que vivenciavam as experiências de exploração e opressão, se revoltavam contra essa situação. Thompson afirma que essa influência cultural contribui para a formação da "consciência de classe":

> A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural". (THOMPSON, 2001, p. 277)

Para THOMPSON (2001), a consciência de compartilhar e se identificar com os mesmos interesses do grupo social forma a classe. Para o autor, a classe não existe sem a consciência e sem consciência não se desenvolve a luta de classes, que é resultado da ação coletiva desenvolvida pela classe mediante a consciência de si mesma.

Em novembro de 1970, durante a distribuição de panfletos na entrada do cemitério da cidade, o exército iniciou uma grande perseguição ao movimento, realizando a prisão de 15 jocistas e de 15 membros de organizações revolucionárias, ou

artigo 14, estabelece que divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade o crédito ou o prestígio do Brasil: pena - detenção, de 6 meses a 2 anos. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 09 mai de 2019.

de pessoas próximas a eles. Acontecimento que desarticulou a JOC em Volta Redonda. (CMV-VR, 2015, p. 282).

Os militares, para justificar essas prisões, acusavam os jocistas de estarem envolvidos com grupos de luta armada. Em um jornal publicado no dia 29 de abril de 1971 e com o título de "Subversão de Batina", os padres da diocese foram acusados de atos subversivos e de que o objetivo desses sacerdotes era promover um movimento de guerrilha na região do Vale do Paraíba.

> As informações que os órgãos de segurança têm sobre essas atividades subversivas foram dadas pelo padre Natanael de Morais Campo, pároco da Igreja de Santa Cecília, Volta Redonda, implicado, com o bispo de Volta Redonda e vários outros padres num processo de subversão (acusação: aliciamento de estudantes e metalúrgicos para a deflagração de uma guerrilha no Vale do Paraíba)[110].

Em um dos trechos desse jornal, é afirmado que o Padre Natanael manteve o contato com grupos de esquerda porque acreditava que a luta armada era o único jeito de mudar o atual regime do governo e a estrutura social vigente. E a manchete é finalizada com uma frase que o jornal afirma ser do pároco: *"*Eu largaria a batina, assim como outros padres que pensam como eu, para engajar-me numa luta armada"[111].

Diante dessas informações oficiais, poderíamos acreditar que a Frente Operária era uma organização com uma estratégia de atuação foquista[112]. Entretanto, a pesquisa realizada pela Comissão da Verdade de Volta Redonda mostrou o contrário, afirmando que o objetivo do grupo não era luta armada, mas sim uma luta no campo sindical voltada para a construção de um Partido Socialista forte e de um movimento de conscientização da população.

[110] Arquivo Nacional – Serviço Nacional de Informações. Ofício 160 - E2 - Ministério do Exército – Divisão Blindada – Rio de Janeiro, 03, 04 de novembro de 1970.

[111] Jornal da Tarde, 29 de abril de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Pasta 3. Doc 120 – 121.

[112] O termo "foquismo" era utilizado entre as esquerdas nos anos de 1960, caracterizando movimentos que, influenciados pela Revolução Cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista como dirigente do movimento insurrecional. Acreditava-se que era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa está de que a presença do foco guerrilheiro se encarregaria. Uma vez iniciados os combates as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a vitória da revolução. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas. (SALES, 2007, p. 11)

> A FRENTE OPERÁRIA, segundo depoimentos dos jocistas à CMV-VR, propunha- se a realizar trabalho de base, de esclarecimento político dos operários, para construir num nível estratégico, um movimento de massa revolucionário contra a Ditadura e a exploração do Capital, mas no nível tático, as atividades eram reuniões de estudo, panfletagens, pichações e ampliação do grupo com novos militantes. (CMV-VR, 2015, p. 281)

O depoimento do Padre Natanael à CMV–VR se contrapõe à afirmação do jornal citado acima. Segundo o ex-militante da Frente Operária, a ação do grupo não tinha um caráter foquista e sim de conscientização de massas. Além disso, não foi encontrada nenhuma prova que comprovasse que o grupo tinha a intenção de iniciar uma guerrilha na região. Até mesmo o IPM 65/70, que foi aberto contra a JOC, foi arquivado por falta de provas. A única atividade comprovada pelos militares foi a distribuiçao de panfletos com críticas à ditadura e a de conscientização de novos militantes, o que já foi suficiente para iniciar um processo de prisão.

É também importante enfatizar que, independente do movimento ser "foquista" ou "massista", o movimento representou, antes de tudo, uma importante forma de resistência contra o regime civil-militar na região Sul Fluminense. A luta desses militantes se enquadra no que Marcelo Ridenti denomina de "resistência" contra a ditadura. Para o autor, qualquer bloco heterogêneo de oposição ao regime militar pode ser chamado de "resistência", independente das oposições políticas, que muita vezes eram inconciliáveis, pois a única afinidade que existia entre eles era o fim da ditadura. (RIDENTI, 2004, p. 57-59)

A união em torno da F.O mostrou que quando um grupo de jovens estão unidos por um ideal comum, pode ocorrer a conciliação de posições que às vezes parecem inconciliáveis. Lembrando que esse diálogo talvez não ocorreria em outros grupos católicos, como vimos, a JOC era o movimento que agregava jovens trabalhadores em prol de melhorias das condições de trabalho, e esse fato possibilitou o interação com as organizações de esquerda que atuaram na região.

Com a prisão dos membros da F.O., seus militantes juntamente com outros jocistas que não faziam parte desse grupo[113], passaram por momentos traumáticos,

[113] Importa lembrar que nem todos os integrantes da JOC estavam cientes da organização da Frente Operária. Em depoimento a CMV-VR, José Ventura e Emídio Jeremias relatam que somente alguns militantes (Padres Natanael e Arnaldo, João Cândido, Emídio Jeremias, José Ventura e Hélio Medeiros, Marco Antônio Rosa, José Francisco Barbosa e Marcos Vinícius de Vasconcelos) tinham o conhecimento da política clandestina do grupo. A restrição de informações a um mínimo de pessoas era vital para a segurança de todos, já que a vigilância dos militares era constante e, amparados pelo AI-5, prendiam e

sofreram torturas físicas e psicológicas. As torturas não poupavam ninguém, mulheres e homens tinham o mesmo tratamento, o sistema repressivo não os diferenciava, o que variava era a forma de tortura, no caso das mulheres, muitos oficiais do exército as fizeram de objetos especiais de suas taras, eram torturadas através de violação, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais, sempre com o objetivo de humilhá-las. A militante Arly Matilde relata seu tratamento no quartel de Barra Mansa, onde ficou presa por 57 dias, sendo torturada pelos militares, que queriam que a militante confessasse que era amante de D. Waldyr Calheiros:

> ...No dia 6 à noite me levaram pruma sala com dois quartos... Você vai assinar aqui ó. Vai assinar. Eu falei: Não, eu não vou assinar. Vai assinar aqui ó que você é amante do Dom Waldir. Aí falou assim: Então você não vai? apanhou lá os aparelhos de choque, tirou a roupa, colocou choque no corpo todinho. a ponta nos dedos, nas pernas, nas virilhas e até na língua. Aí deu choque, choque, choque, choque, choque, choque... Eu tava sem roupa, toda. Eram quatro pessoas torturando, Tenente Tenório, Sargento Pires, Tenente Cezar e Sargento Izaque. E palavrões, humilhações e tudo... [114]

O principal objetivo das torturas era obter informações sobre os integrantes do grupo, ou confissões que o torturado, ou algum outro elemento do grupo fosse comunista, e principalmente que denunciassem D. Waldyr como um comunista, difamando sua imagem, como relata um militante:

> Eles falaram, queriam difamar o Padre Natanael, queria difamar o bispo, o objetivo era incriminar o Padre Natanael e o D. Waldyr. Então, eu contradizia as afirmações deles, as possíveis afirmações e ai eles rodavam a manivela, davam aqueles choques. Tinha que responder o que eles queriam, mas, como eles já estava sabendo. (Marco Antônio da Rosa em depoimento a CMV-VR, 2015, p. 294)

Outro ponto que merece destaque sobre a experiência dos militantes da Frente Operária que foram detidos em novembro de 1970, foi à perseguição aos líderes do movimento. Esses integrantes ficaram presos por mais tempo, dos 30 detidos pelo Exército, no mês de fevereiro de 1971, só restavam 8 detidos. Isso ocorreu por dois motivos, o primeiro é porque queriam que eles confessassem que D. Waldyr era o líder do grupo, ou que eram comunistas; já o segundo, por causa

torturaram todos que fossem considerados uma ameaça à "Segurança Nacional". (COUTINHO, 2020, p. 127)

[114] Arly Matildes - Relatório pessoal do tratamento que dispensaram a Arly Matildes quando detida no 1º BIB de Barra Mansa. Amorim, 15 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3.

do perigo que representavam, alguns eram estudantes e para os militares tinham um nível intelectual muito elevado, por isso eram perigosos.

No mês de fevereiro de 1970, esses militantes foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande como presos políticos, onde ficaram por seis meses aguardando o Julgamento do IPM 65/70[115]. Entretanto Estrella Dalva foi transferida para o DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro e mais tarde para o Instituto Penal Talavera Bruce em Bangu.

Durante o período, Estrella relata que a sua estadia no DOI-CODI do Rio de Janeiro também foi complicada, pois as torturas eram mais técnicas e não ficavam marcas, que foi torturada com queimaduras de cigarro, choques elétricos, pau de arara e sessões de geladeira. Estrella que estava no início de gravidez, não aguentou a intensidade das torturas e teve um aborto. Já os outros que foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande, relatam que não mais sofreram torturas, ficando como presos políticos. (CMV-VR, 2015, p. 310)

O assistente eclesiástico do grupo, o Padre Natanael foi o que mais sofreu durante o cárcere, foi um dos primeiros a ser preso e o último a sair do cativeiro, passou por vários tipos de torturas físicas e psicológicas.

Pelo fato de ser religioso, passou por diversos rituais macabros de tortura, como por exemplo: em uma das sessões de tortura, foi queimado com uma vela; em outro momento, o obrigaram a olhar para uma militante nua, e quando se negava, tomava choque; e num outro dia, ele e outros elementos do grupo foram obrigados a participar da PROCISSÃO, uma forma de tortura em que os torturados eram obrigados a andarem nus, amarrados em um fio desencapado, à noite em um terreno próximo ao 1º BIB. E durante o trajeto recebiam choques elétricos e eram obrigados a cantar a música" "JESUS CRISTO, EU ESTOU AQUI".

> ... eu cheguei sendo brindada com essa procissão... nua... éh:::... com essa vela... com choque no ânus na vagina no seio... e tinha que cantar... a música "Jesus Cristo eu estou aqui"... quem não cantasse mais choque... éh::: e isso era uma procissão ao ar livre quer dizer em volta de:(parecia) um lago, né um frio, um frio que era terrível... o dia amanhecia e eu ouvia quando tinha o toque do alvorecer eu ouvia o chefe lá... da guarda... dizer pros soldados que ali tinha uma comunista que na outra cela tinham homens comunistas que todos comiam crianças... éh:: que eles tinham que se afastar do comunismo então aqueles soldados todos de alguma forma eles viam e participavam e

[115] Pelo ofício 34/IPM, o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti justifica porque os oito militantes foram mantidos em prisão preventiva, relatando cada caso individualmente. (BNM, p. 389)

> assistiam e alguns... éh:: por exemplo tinham uns que faziam... todo mundo disputava pra querer levar minha comida pra ver como é que era uma mulher comunista que comia criança... éh:: então isso mostra também o como eles tentavam fazer uma lavagem cerebral tinha um lado de uma:: coisa ideológica também né... quer dizer nós éramos exemplo do que havia de pior. (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CMV-VR, p.311)

Segundo a CMV-VR, havia duas razões para essa perseguição ao pároco: a primeira porque ele era o líder do grupo e tinha pleno conhecimento de seus integrantes. No entanto, eles queriam que o padre acusasse sob intensa tortura, que D. Waldyr era o mentor da Frente Operária; e outro motivo pode ser resumido no depoimento da Irmã Elizabeth a Comissão da Verdade de Volta Redonda: "o Exército fez com o Padre Natanael tudo aquilo que queria fazer com Dom Waldyr e não podia". (CMV-VR, 2015, p.314)

Em junho de 1971, após uma cansativa luta judicial, os últimos militantes da Frente Operária foram postos em liberdade, depois de 8 meses e 18 dias de prisão, e em setembro de 1972 o IPM 65/70 foi definitivamente arquivado por falta de provas.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli: *Formação da Classe Operária em Volta Redonda.* Volta Redonda: Editora VR, 2010.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros – Volta Redonda (CMV-VR). Relatório Final. Volta Redonda, RJ, 2015.

COSTA, Célia Maria Leite et all (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiro*s. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

COUTINHO, Márcio Goulart. *A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários em Volta Redonda (1962-1971).* Dissertação de mestrado. 2020. 178 p. UFRRJ. Seropédica.

D'ARAUJO, Maria Celina.*AI-5. O mais duro golpe do regime militar*PDOC. (online) Disponível em:https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESTEVEZ, Alejandra. *A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980).* 2008. 159 p. Dissertação de mestrado – UFRJ. Rio de janeiro.

_____. *Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a Ditadura Militar* (online). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 35, nº 69, p.207-231, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/revista_anistia_n10_web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. *Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos* (online). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300657689_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011ESTEVEZ.pdf. Acesso em 15 de set. 2018.

JESUS, Paulo Sérgio de. *A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970*) (online), Projeto História São Paulo, nº 33, p. 365-373, 2006. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume33/pesquisa_08.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SALES, Jean Rodrigues (org). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil.* Rio de Janeiro: Lamparina – FAPERJ, 2015. Colocar na ordem alfabética

_____. *A luta armada contra a ditadura militar*. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2007.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985*). São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *A Juventude Operária Católica*. (online), Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 6º Ano VI. Nº 2. Abril/ Maio/ Junho de 2009. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p5/28614>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2006.

MORAES, Segundo Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André. (1954-1964*). 2008. 207 p. Dissertação de mestrado – USP, 2003.

MURARO, Valmir F. *Juventude Operária Católica.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo. Contexto, 2014.

RIDENTE, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. *In:* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio e ESTEVEZ, Alejandra. *Trabalho, memórias e identidades:* os usos do passado na experiência da Cidade do Aço (impresso). Artigo. 2016.

SOARES, O. A et alli. *Uma História de Desafios. JOC no Brasil – 1935/1985*. Rio de Janeiro: ed., 2002.

SOARES. Paulo Célio. *Encontros e confrontos na Frágua: Igreja, Esquerdas e Militares em Volta Redonda (1967-1979*). 2019. 228 p. Tese de doutorado. UFRRJ. Seropédica.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.